

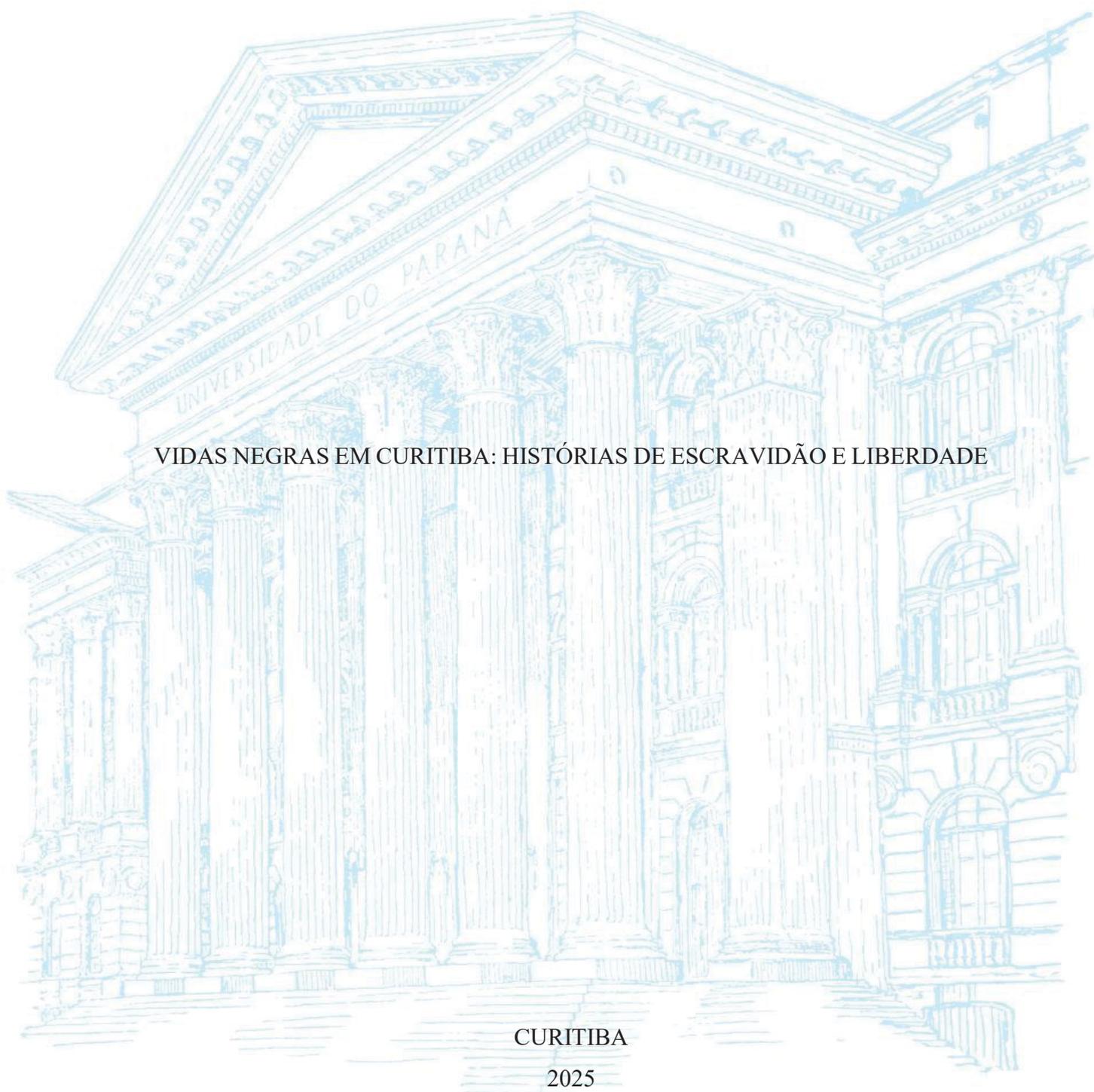
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO PITZ

VIDAS NEGRAS EM CURITIBA: HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE

CURITIBA

2025



GUSTAVO PITZ

VIDAS NEGRAS EM CURITIBA: HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA -, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça.

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pitz, Gustavo

Vidas Negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade. /  
Gustavo Pitz. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado  
Profissional em Ensino de História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joseli Maria Nunes Mendonça.

1. História – Estudo ensino. 2. Escravidão - Paraná. 3. Negros –  
Curitiba (PR) - História. 4. Material didático. I. Mendonça, Joseli Maria  
Nunes, 1960-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-  
Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

## **ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ENSINO DE HISTÓRIA**

No dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco às 10:00 horas, na sala virtual - Link da videochamada: <https://meet.google.com/euh-nrno-pvm>, Universidade Federal do Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **GUSTAVO PITZ**, intitulada: **Vidas Negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade**, sob orientação da Profa. Dra. JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), NOEMI SANTOS DA SILVA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ), MELINA KLEINERT PERUSSATTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 25 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 15:22:20.0

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/03/2025 21:11:21.0

NOEMI SANTOS DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 15:17:44.0

MELINA KLEINERT PERUSSATTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUSTAVO PITZ**, intitulada: **Vidas Negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade**, sob orientação da Profa. Dra. JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 15:22:20.0

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/03/2025 21:11:21.0

NOEMI SANTOS DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 15:17:44.0

MELINA KLEINERT PERUSSATTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Dedico esta pesquisa ao meu pai, Elzeário Pitz, professor de História e meu guia.  
Também dedico à Pamela Fabris, historiadora e inspiração dessa pesquisa.  
Essa dissertação é um tributo às suas memórias.

*O contrário da vida não é a morte, mas o desencanto.*

Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Regina, e à minha irmã, Maria Luisa, professoras e minhas inspiradoras. O suporte e o apoio que vocês me deram ao longo de toda vida são a base da minha sustentação e, por isso, vocês são parte fundamental dessa pesquisa.

Agradeço à minha companheira, Bárbara, professora e minha inspiradora. Mais do que escrever, com você aprendi o que é viver e o que significa aproveitar as experiências da vida. Obrigado pelo apoio, pelo incentivo e pelo inesgotável companheirismo.

Agradeço à minha orientadora, Joseli, responsável por me abrir as portas do PROFHISTÓRIA e por me ensinar a ser professor-pesquisador. Suas aulas e reuniões de orientação foram preciosas para a minha vida profissional e pessoal. Ser o seu orientando foi um privilégio e uma honra para mim.

Agradeço a todos os demais professores e professoras do PROFHISTÓRIA, cujas observações e sugestões deram corpo a este estudo. Em especial, agradeço ao professor Fábio pelo apoio no projeto de pesquisa.

Agradeço às historiadoras Melina Kleinert Perussatto e Noemi Santos da Silva, por aceitarem ser a banca de qualificação e defesa desta dissertação. Suas leituras e contribuições foram fundamentais para o aperfeiçoamento da pesquisa.

Agradeço aos meus colegas do PROFHISTÓRIA pelo compartilhamento de vivências e saberes, que me ajudaram a amadurecer enquanto professor.

Agradeço a Cyntia Wachowicz, pela oportunidade concedida para trabalhar no Turistória, cujas pesquisas e publicações foram parte importante da origem desta dissertação.

Agradeço aos profissionais do Colégio Estadual Padre Cláudio Morelli, instituição que me formou aluno e, agora, professor, e que me possibilitou realizar o mestrado profissional.

Agradeço aos estudantes do Colégio Estadual Padre Cláudio Morelli, responsáveis por me incentivar a realizar essa pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus amigos, pelo apoio e pela paciência.

*Quem construiu Tebas, a das sete portas? Nos livros vem o nome dos reis, mas foram os reis que transportaram as pedras? Babilônia, tantas vezes destruída, quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas da Lima Dourada moravam seus obreiros? Bertold Brecht*

## RESUMO

Esta dissertação investiga as trajetórias de vida de pessoas negras em Curitiba no período que abrange o final da escravidão e as primeiras décadas após a abolição. A pesquisa baseia-se em obras historiográficas sobre a escravidão e o pós-abolição, com foco em narrativas biográficas, visando à produção de um material didático para professores e estudantes: *Vidas negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade*. A dissertação analisa o ensino de história local, o uso de biografias em sala de aula, o estado da arte sobre a escravidão e o pós-abolição na historiografia e no ensino, além da abordagem desse tema nas escolas estaduais do Paraná. Como resultado, foi elaborado um instrumento pedagógico composto por biografias de homens e mulheres negras que nasceram escravizadas, conquistaram a liberdade e criaram espaços de protagonismo e luta por direitos na cidade de Curitiba. O material reúne as trajetórias de Vicente Moreira de Freitas, eixo central da narrativa, e de João Baptista Gomes de Sá, Leocádio Júlio de Assunção, Benedito Candido, Candido Ozório, Isidoro Mendes dos Santos, Norberto Garcia, Sebastiana Garcia, Olympia de Assunção Freitas e Eugenia Alves de Araújo. Além das biografias, o material inclui atividades didáticas que articulam essas histórias ao contexto local, constituindo um recurso para o ensino da escravidão e do pós-abolição por meio da história de Curitiba. O objetivo do material proposto, nesse sentido, é realçar o protagonismo negro e combater, nas escolas, a permanência de discursos que valorizam unicamente a memória dos imigrantes e descendentes de europeus para a história da cidade.

Palavras-chave: história local de Curitiba; escravidão; pós-abolição; Ensino de História; trajetórias de vida; material didático.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the life trajectories of Black individuals in Curitiba during the period spanning the end of slavery and the first decades after abolition. The research is based on historiographical works on slavery and post-abolition, with a focus on biographical narratives, aiming to produce educational material for teachers and students: *Black Lives in Curitiba: Histories of Slavery and Freedom*. The dissertation explores the teaching of local history, the use of biographies in the classroom, the state of the art on slavery and post-abolition in historiography and education, as well as the approach to this topic in public schools in Paraná. As a result, a pedagogical tool was developed, consisting of biographies of Black men and women who were born enslaved, gained freedom, and created spaces of leadership and struggle for rights in Curitiba. The material brings together the life stories of Vicente Moreira de Freitas, the central figure of the narrative, along with João Baptista Gomes de Sá, Leocádio Júlio de Assunção, Benedito Candido, Candido Ozório, Isidoro Mendes dos Santos, Norberto Garcia, Sebastiana Garcia, Olympia de Assunção Freitas, and Eugenia Alves de Araújo. In addition to the biographies, the material includes educational activities that connect these stories to the local context, providing a resource for teaching slavery and post-abolition through Curitiba's history. The goal of this material is to highlight Black protagonism and challenge the persistence of narratives in schools that exclusively emphasize the memory of European immigrants and their descendants in the city's history.

Keywords: local history of Curitiba; slavery; post-abolition; History teaching; life trajectories; educational material.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 — MENU DO REGISTRO DE CLASSE ONLINE (RCO) .....	25
FIGURA 2 — CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO 8º ANO.....	25
FIGURA 3 — PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 8º ANO.....	26
FIGURA 4 — CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO 9º ANO.....	55
FIGURA 5 – PAINEL EM GRANITO DOS CICLOS ECONÔMICOS DO PARANÁ, NA PRAÇA DEZENOVE DE DEZEMBRO.....	64
FIGURA 6 — PAINEL EM AZULEJOS DA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ, NA PRAÇA DEZENOVE DE DEZEMBRO.....	65
FIGURA 7 — PREFEITO RAFAEL GRECA COM SÍMBOLO PARANISTA .....	66
FIGURA 8 — POST DE RAFAEL GRECA .....	67

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL.....</b>	<b>17</b>
1.1 HISTÓRIA LOCAL: POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA HISTÓRICA .....	17
1.2 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIAS E IDENTIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA	24
1.3 HISTÓRIAS DE VIDA COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO DE HISTÓRIA .....	33
1.4 EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E LUTA ANTIRRACISTA...	38
<b>2. HISTORIOGRAFIA, ESCRAVIDÃO, PÓS-ABOLIÇÃO E O MOVIMENTO</b>	
<b>PARANISTA .....</b>	<b>43</b>
2.1 A ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA.....	43
2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO .....	48
2.3 O PÓS-ABOLIÇÃO NA HISTORIOGRAFIA .....	51
2.4 O ENSINO DE HISTÓRIA DO PÓS-ABOLIÇÃO .....	54
2.5 NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIDÃO E DE LIBERDADE: HISTÓRIA DE UM APAGAMENTO .....	57
<b>3. HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE EM UMA CURITIBA NEGRA .....</b>	<b>69</b>
3.1 ESCRAVIDÃO EM CURITIBA .....	69
3.2 PÓS-ABOLIÇÃO EM CURITIBA .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>91</b>

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo reconstruir trajetórias de homens e mulheres negras que, tendo vivido como pessoas escravizadas na região de Curitiba em meados do século XIX, posteriormente conquistaram a liberdade. Essas trajetórias foram utilizadas para elaborar a parte propositiva do trabalho – requisito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) -, que é um material didático intitulado *Vidas negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade*, a ser utilizado em sala de aula por educadores e estudantes, especialmente no Ensino Fundamental II. A escrita biográfica dá destaque às ações desses sujeitos históricos antes e depois da conquista da liberdade, aos locais e espaços que frequentavam desde o final do século XIX até o início do XX, com intuito de valorizá-los enquanto sujeitos históricos. Por isso, essa pesquisa também é uma forma de escrever uma história local de Curitiba que ressalta o protagonismo negro.

O meu envolvimento com esse tema de pesquisa não começou pela experiência docente, mas quando atuei produzindo conteúdos de História Pública. Em 2020, fiz parte de um projeto de produção e divulgação da história local para o perfil *Turistória* (<https://www.turistoria.com.br/>) que hoje é uma instituição cultural beneficente, atuando por meio de redes sociais, escrita e publicação de artigos em site e mediação de percursos históricos em Curitiba. Durante o auge da pandemia, nossa principal estratégia foi criar textos sobre patrimônios da cidade de Curitiba, tratando de sua origem, usos e preservação, com fotos antigas e atuais. Esses textos eram divulgados tanto no Instagram como no Facebook, por meio de postagens reduzidas e adaptadas à linguagem dessas mídias, especialmente em grupos de memória e entusiastas, como o *Antigamente em Curitiba* (<https://www.facebook.com/groups/417557358409468>) e o *Curitiba de Outros Tempos* (<https://www.facebook.com/groups/CURITIBADEOUTROSTEMPOS>), que, somados, têm cerca de 320 mil membros atualmente. Convivendo com esses membros dos grupos e acompanhando seus comentários, fui notando que o interesse deles girava em torno das memórias e histórias que diziam respeito às elites de Curitiba. Além disso, percebi que o passado que eu narrava deveria, para atender a esse interesse, glorificar personagens, evitar contradições, e, sobretudo, desconsiderar temas que diziam respeito a minorias sociais e raciais.

Incomodado com isso, passei a buscar assuntos para escrever uma “história a contrapelo”, dos de baixo. Foi assim que cheguei às produções sobre o movimento operário em Curitiba, a formação da periferia, a organização estudantil e sobre a escravidão e o pós-abolição,

por meio do contato com o *AfroCuritiba*, projeto de extensão da UFPR cujo resultado de suas pesquisas é a realização de percursos históricos em locais de Curitiba que têm relação com a história da população afro-curitibana (<https://afrocuritiba.ufpr.br/>). O teor crítico dos artigos acabou atraindo um público que tinha interesse nessas memórias que fugiam da identidade hegemônica de Curitiba, e isso me motivou a investigar e publicar mais. Foi assim que surgiram textos sobre a Sociedade 13 de Maio, a Sociedade Operária, os times de futebol Britânia e Clube Atlético, entre outros temas relacionados à história afro-curitibana.<sup>1</sup>

Enquanto produzia esses conteúdos, em 2022 iniciei a minha carreira docente no ensino público e observei certas semelhanças com o que vivenciei produzindo conteúdos de História Pública. Pelo quarto ano seguido, tenho turmas de 8º ano do Ensino Fundamental, ano em que, de acordo com o planejamento escolar, preciso abordar o Império Brasileiro, a resistência à escravidão, o movimento abolicionista, a abolição da escravidão e as teorias racistas do final do século XIX. No ano de 2024, também passei a dar aulas para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, no qual deve ser abordado o pós-abolição. Foi complexo tratar desses temas porque muitos estudantes acham que esse passado é distante e não tem relação com Curitiba, e porque os alunos negros ficam visivelmente incomodados, principalmente quando a escravidão e o pós-abolição são tratados na perspectiva única da violência e da desumanização e vitimização dos escravizados e ex-escravizados, ou seja, como se a experiência negra se restringisse à escravidão e ao racismo e, portanto, as pessoas negras fossem simplesmente objetos de violência.

Enquanto curitibano, branco e professor, minha hipótese de pesquisa é que o ensino e a aprendizagem sobre a história e a memória afro-brasileira, em Curitiba, são problemáticos porque o currículo, o planejamento e o livro didático refletem a ideia de que a cidade é somente branca e fruto da imigração europeia. Como resultado desse quadro, há a ausência, tanto no planejamento curricular do Estado do Paraná<sup>2</sup> quanto no livro didático utilizado pela sua Secretaria de Estado de Educação (SEED-PR)<sup>3</sup> de textos, atividades e fontes sobre o período

---

<sup>1</sup> <https://www.turistoria.com.br/a-historia-da-sociedade-13-de-maio>  
<https://www.turistoria.com.br/que-fim-levou-a-sociedade-protetora-dos-operarios>  
<https://www.turistoria.com.br/britania-sport-club-o-clube-dos-pretos-de-curitiba>  
<https://www.turistoria.com.br/clube-atletico-ferroviario-o-boca-negra>

Esses artigos se encontram no site [www.turistoria.com.br](http://www.turistoria.com.br). Acesso em 04 de ago. de 2024.

<sup>2</sup> Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Paraná, 2018. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial\\_curricular\\_parana\\_cee.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf). Acesso em 05 de dez. de 2023.

<sup>3</sup> BOULOS JUNIOR, Alfredo. História sociedade & cidadania: 8º ano. São Paulo: FTD, 2022.

escravocrata paranaense, a resistência à escravidão e o pós-abolição para a população negra, e de qualquer outra relação desses temas com a história local.

Parafraseando o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, se o mundo — neste caso, a escola — é o teatro do mundo, ocorre que no Paraná — e no Ocidente, de modo geral — os seus personagens representados continuam a ser somente brancos.<sup>4</sup> Esse estabelecimento do branco como “padrão ideal” Ramos denomina de “culto da brancura”. A origem disso, conforme discutido nessa dissertação, não é natural, mas uma criação de europeus e descendentes de europeus no Paraná, que é bastante latente em Curitiba, cidade na qual o “culto da brancura” ainda persiste. Por isso, o material didático proposto aqui tem o intuito de ser uma ferramenta para incluir outra narrativa sobre o passado de Curitiba e do Paraná na sala de aula.

Para produzir essa pesquisa, foi muito importante constituir uma base teórica, que apresento no Capítulo 1. Nele abordo o conceito de História Local apropriando-me da interpretação de autores para analisar o meu recorte espaço-temporal. Ainda nesse capítulo, discuto a relação entre o Ensino de História e a História Local, mostrando como o atual cenário do ensino público do Paraná dificulta a possibilidade de o professor ou a professora ensinarem História a partir da História Local. Na sequência, disserto sobre a chamada “História Vista de Baixo”, trago contribuições de Jörn Rüsen para meu trabalho e reflito sobre o uso de biografias no Ensino de História. Por fim, discorro sobre os conceitos memória e identidade, para questionar a maneira como a história — no caso desta pesquisa, a de Curitiba —, pode reforçar narrativas excludentes, e como, ao mesmo tempo, eles podem ser uma maneira para combater a exclusão por meio da produção de novas memórias e identidades. Encerro o capítulo recuperando reflexões e orientações importantes sobre a Educação Para as Relações Étnico-Raciais, e o papel que o ensino a partir de trajetórias negras pode representar para a prática de uma educação antirracista.

No Capítulo 2 faço uma análise da historiografia sobre a escravidão, o pós-abolição e a abordagem desses temas no ensino de História. O objetivo dessa problematização é mostrar como, nos últimos 30 anos, a produção historiográfica passou a evidenciar o protagonismo negro, deixando de reproduzir uma visão segundo a qual o escravizado era somente um objeto passivo. Da mesma forma, disserto sobre como surgiram as pesquisas sobre o pós-abolição e qual é a sua importância atualmente, no sentido de valorizar as experiências de afro-brasileiros enquanto sujeito históricos livres, sua agência social e política, superando uma visão que

---

<sup>4</sup> RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou: a questão étnica-racial e o Brasil – ensaios, artigos e outros textos (1949-1973)**. Organização de Muryatan S. Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

restringia a história da população negra ao período da escravidão. Nesse sentido, me amparo em trabalhos historiográficos que valorizam experiências de escravidão e liberdade, dando destaque àqueles que se utilizam de trajetórias de vida. Além disso, nesse capítulo avalio, a partir da análise do currículo, do planejamento e do livro didático utilizado pela SEED-PR, a maneira como o período da escravidão e do pós-abolição são apresentados e ensinados atualmente no ensino público do Paraná. Por fim, discuto a produção ideológica e historiográfica do Movimento Paranista, com enfoque na visão de história e na memória hegemônica que ajudou a construir no Paraná, refletindo sobre seu impacto na elaboração de identidades históricas em Curitiba e como afeta o ensino sobre a história da população negra na cidade.

No Capítulo 3, sistematizo obras historiográficas sobre a escravidão e o pós-abolição no Paraná que superaram essa memória hegemônica e que têm como objeto o espaço de Curitiba; vários desses textos esmiúçam trajetórias de vida de pessoas negras, e por isso elas se constituem como fonte principal da minha pesquisa e para a produção do material didático. Desse modo, a minha dissertação se apropria e expande as biografias que já foram evidenciadas nesses trabalhos. Por fim, faço uma análise da escravidão em Curitiba no século XIX e suas características específicas; do processo de abolição na cidade e das lutas pela emancipação; e do contexto do pós-abolição, com enfoque no associativismo negro. As trajetórias construídas aqui serviram de base para o material didático, que está publicado no apêndice desta dissertação.

A partir de todo esse percurso teórico e de pesquisa historiográfica, produzi um material didático em duas versões, uma destinada a professoras e a professores, e outra a estudantes. Esse material apresenta biografias de homens e mulheres negras que nasceram escravizadas, conquistaram a liberdade e criaram espaços de protagonismo e luta por direitos na cidade de Curitiba. Além das biografias, o material inclui atividades didáticas que articulam essas histórias ao contexto local, constituindo um recurso para o ensino da escravidão e do pós-abolição por meio da história de Curitiba.

Realizada dessa forma, minha pesquisa atende as três dimensões estabelecidas pelo programa do PROFHISTÓRIA, que são: a) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre o tema; b) criticidade de conhecimento e de práticas na área e; c) produção e atuação na área de Ensino de História que contribua para a melhoria de práticas profissionais em sala e fora dela.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Regimento Geral do Mestrado Profissional em Ensino de História, aprovado pelo o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ. Sem data. Disponível em: <http://site.profhistoria.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Regimento-Geral-do-ProfHistoria.pdf> Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

Além disso, o formato deste trabalho corresponde ao solicitado, uma vez que está dividido em duas partes: uma crítico-analítica, que é a dissertação, e outra propositiva, que é a referente ao produto didático.

Espero que com esse trabalho realizado no PROFHISTÓRIA, eu tenha podido alcançar o objetivo que coloquei desde o início de minha trajetória no Programa: o de realçar o protagonismo negro na história e contrapor as abordagens que valorizam unicamente a memória dos imigrantes e descendentes de europeus para a memória da cidade.

## 1. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

Neste capítulo sistematizo aspectos relativos às orientações teóricas e aos conceitos pertinentes ao trabalho desenvolvido. O estudo aqui apresentado foi orientado de maneira central pela perspectiva da História Local, enfatizando as trajetórias de vida e sua relação com a memória e a produção de identidades. Neste capítulo apresento minha compreensão sobre a História Local, tendo em vista a sua consolidação enquanto um campo de estudo historiográfico e a maneira como pode ser utilizada para a pesquisa de trajetórias de vida. Além disso, nele também abordo como a História Local foi e tem sido utilizada em sala de aula, avaliando as suas limitações e pertinências; nesse aspecto, é debatido o papel desse campo para a construção de memórias e identidades positivas a partir da valorização de pessoas e grupos sociais não representados pela escrita da história, como é o caso da população negra em Curitiba. Discuto também a forma como as biografias podem ser utilizadas para a prática de um ensino antirracista, ressaltando-se importância delas no processo de aprendizagem histórica.

### 1.1 HISTÓRIA LOCAL: POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA HISTÓRICA

A História Local é um campo de pesquisa que ganhou destaque na produção historiográfica brasileira a partir da década de 1990. Antes disso já havia pesquisas do gênero, sem que ainda fossem designados como História Local.

Não há um consenso rigoroso entre historiadores sobre o que seja a História Local. Alguns a consideram uma vertente da historiografia que estuda uma ou poucas localidades, uma área geográfica não maior do que uma cidade ou província. É o caso do historiador demográfico Jean-Pierre Goubert, da *Escola dos Annales*.<sup>6</sup> De acordo com o historiador José D'Assunção Barros, na década de 1950 a *Escola dos Annales* passou a se interessar pelo pequeno espaço como uma forma de comprovar ou corrigir grandes modelos explicativos da História.<sup>7</sup> Esse tipo de abordagem, segundo Barros, foi chamada de “História Local”, que depois acabou sendo absorvida pelo campo da “História Regional”. Seu objetivo era “oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais”.<sup>8</sup> Para isso, a historiografia reorientou o seu olhar

---

<sup>6</sup> GOUBERT, Pierre. História Local. **História & Perspectivas**, Uberlândia, Jan/Jun 1992, p.45.

<sup>7</sup> BARROS, José D'Assunção. História, Regionalidade e Espacialidade. **Revista de História Regional**, 10(1), 2005, p.107.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.108.

às camadas populares, sujeitos comuns de pequenas aldeias, que até então não faziam parte das grandes narrativas que privilegiam o Estado nacional e os chefes políticos e militares. Um dos principais pesquisadores desse novo campo foi o próprio Pierre Goubert, que dedicou boa parte de sua obra ao estudo do pequeno espaço. Para ele, essa abordagem permitia a realização de uma história total, já que cada localidade poderia ser analisada com tal profundidade que nenhum sujeito, grupo e evento, por mais particular que fosse, seria excluído da história. Por isso, ele avaliava com bons olhos a produção histórica dos memorialistas do século XIX e início do XX, que registravam histórias locais de pequenas vilas, famílias, etc., cujas obras haviam sido desprezadas em favor de uma história oficial do Estado.

Essa proposta da *Escola dos Annales* trouxe grande contribuição ao campo de História Local, mas, de acordo com Barros, tinha suas limitações pois, de um lado, carregava a pretensão de uma história totalizante, que recaía em generalizações; de outro, tomava o espaço como uma categoria imóvel e descontextualizada. Dessa maneira, ressalta o historiador, “as Regiões vinham definidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava o historiador ou o geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela com suas problematizações específicas”.<sup>9</sup> Na maioria dos casos, o recorte espacial coincidia com as fronteiras político-administrativas de uma localidade. Assim, não se problematizava o fato de a delimitação espacial ser uma arbitrariedade; não se considerava que as fronteiras não são fixas e que se alteram com o tempo. Além disso, deixava de se investigar práticas culturais, eventos e grupos sociais cujo território não se define a partir de critérios político-administrativos. Muitas vezes, reafirma Barros, “a delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas, ou outras”.<sup>10</sup>

Na medida em que foi ganhando espaço na historiografia, outras acepções de História Local surgiram. O historiador Erinaldo Cavalcanti enumera algumas delas. A primeira entende a História Local como “um desdobramento de uma história “não local” (história nacional?), como se fosse peça de um quebra-cabeça”.<sup>11</sup> Nesse sentido, seria uma história *menor* que resulta de uma história *maior*, a nacional. A segunda definiu a História Local no sentido inverso: o local como um espaço distinto, separado e homogêneo, sem ligação qualquer com eventos históricos de outros espaços. Por fim, a terceira seria a História Local como uma história do

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.109.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.118.

<sup>11</sup> CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 7, nº 13, 2018, p.282.

“entorno”, da rua, da escola, do bairro, cujo problema reside em ser transformada em um amontoado de curiosidades. Em todas essas abordagens, destaca Cavalcanti, manteve-se a apreensão de que a História Local é pequena pois deriva de um espaço pequeno, que por sua vez é determinado por limites físico-geográficos pré-estabelecidos. Dessa maneira, a sua importância é reduzida.

Tendo em vista essas acepções, mais recentemente pesquisas em História Local têm ido no sentido contrário: após delimitar um espaço, seu objetivo se concentra em investigar a atuação das pessoas nesse espaço, tendo em vista, sobretudo, a relação que elas estabelecem com ele. Além dos já citados José D’assumpção Barros e Erinaldo Cavalcanti, contribuíram no Brasil para a afirmação dessa abordagem as historiadoras Márcia de Almeida Gonçalves<sup>12</sup>, Circe Maria Fernandes Bittencourt<sup>13</sup> e Maria Auxiliadora dos Santos Schmidt,<sup>14</sup> que são também grandes referências para o Ensino de História. Dois de seus precursores foram os pesquisadores Raphael Samuel<sup>15</sup> e Alain Bourdin<sup>16</sup>. Juntos, esses autores contribuíram para a consolidação da História Local como um campo de pesquisa, cuja tarefa é refletir sobre as experiências de sujeitos em um local que não é predeterminado, mas fruto de uma escolha do pesquisador (ou seja, que é *inventado*). Embora isso ocorra em qualquer abordagem historiográfica, o que difere a História Local nessa perspectiva é justamente sua finalidade: o espaço delimitado é o ponto de partida e também o ponto de chegada da pesquisa, sendo as perguntas e respostas do pesquisador destinadas a ressaltar a diversidade de experiências que naquele local foram produzidas, tornando-o, portanto, repleto de significados. Dessa maneira, a História Local pode estabelecer contato com temas mais gerais (ou *nacionais*), como também pode contar a história de uma escola, bairro ou comunidade, mas sua função, mais do que isso, é narrar a história das pessoas e de como elas construíram esse espaço e a ele atribuíram sentido.

É dessa forma que eu penso a História Local em minha pesquisa. Ao escolher um espaço e um tempo delimitados, que é a Curitiba do final da escravidão e início da Primeira República, analisei trajetórias individuais e coletivas de pessoas negras e as múltiplas relações que elas construíram em espaços de Curitiba. Minha finalidade foi evidenciar como as vivências desses

---

<sup>12</sup> GONÇALVES, Márcia de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>13</sup> BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>14</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.). Op. Cit.

<sup>15</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.9, n.19, p.219-243, 1990.

<sup>16</sup> BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

homens e mulheres, em lugares específicos da cidade, oferecem uma chave de leitura diferente para interpretar o passado da cidade, oposta àquela até hoje predominante, que reduz Curitiba à influência da comunidade branca de imigrantes europeus.

A história de Curitiba, contada na perspectiva da predominância branca e europeia, é condizente com a maneira como tradicionalmente a História do Brasil foi narrada na perspectiva das narrativas da nação. Conforme demonstrou o historiador Manoel Salgado Guimarães, a História do Brasil enquanto nação começou a ser escrita no contexto do pós-Independência, destacadamente a partir da criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo propósito era definir o que era a “Nação brasileira”, forjando uma identidade nacional. Mais especificamente, a ela foi destinado o papel de escrever a história do Estado brasileiro, representado pela monarquia, empreendimento que criou uma ideia de nação homogênea, no sentido de que forjou para o Brasil uma individualidade histórica, sendo o Império o eixo centralizador do país.<sup>17</sup> Nessa narrativa produzida pelo IHGB, não havia espaço para diferenças e conflitos sociais, especificidades regionais ou mesmo diversidades culturais: a escolha de personagens e eventos históricos obrigatoriamente deveria reforçar a unidade nacional. Esse projeto de integração histórica e física do Brasil, ressalta Guimarães, foi marcada fundamentalmente pelo apagamento histórico de grupos sociais, como as populações indígena e afro-brasileira, pois eram considerados inferiores aos portugueses, tidos pelo IHGB como responsáveis por trazer o que se considerava que fosse o progresso e a civilização do país. O exemplo maior dessa concepção de história é a metáfora fluvial de Carl Friedrich Philipp von Martius, que ganhou um concurso pelo IHGB com o texto *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845). De acordo com Von Martius, a nação brasileira é fruto da miscigenação e só se tornaria civilizada à medida em que a “classe elevada”, isto é, a “raça elevada” (portugueses), fosse suprimindo todas as características das “classes baixas” (indígenas e negros), tal qual um rio caudaloso que absorve afluentes menores.<sup>18</sup>

Essa produção da historiografia do século XIX ainda é amplamente debatida na academia brasileira, tendo em vista o impacto que gerou na construção da memória oficial do Estado brasileiro. No ensino de História, há pouco tempo ainda se reproduzia essa visão colonialista, que impactou a formação de gerações de brasileiros. Diante disso, a História Local, seja pela pesquisa ou pelo ensino, constituiu-se como um campo estratégico para problematizar

---

<sup>17</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.17.

<sup>18</sup> VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 6 (24), 1845, p.383.

essa História Nacional do século XIX e criar discursos dissonantes, pois possibilitou ressaltar aquilo que há específico e de particular, valorizando a experiência de lugares e grupos sociais que estavam à margem das macro-abordagens historiográficas, como é o caso da população afro-brasileira.

Embora a História Local pudesse colocar essa possibilidade, ela também serviu para reiterar as abordagens da História Nacional, tal como preconizada pelo IHGB a partir do século XIX, aspecto que trataremos com mais detalhe no capítulo 2. O historiador José D’Assunção Barros, chamou a atenção para esse aspecto, considerando que a História Local foi recurso para reforçar de generalizações (visões gerais já difundidas), reproduzindo localmente as diretrizes orientadoras das narrativas sobre o passado nacional<sup>19</sup>. Ao contrário dessa perspectiva, a História Local, como ressalta Barros, pode se configurar a partir de motivação interna (demandas do próprio local, ou interesses pessoais do pesquisador). Essa concepção é que orienta minha pesquisa, tendo em vista que o meu objetivo não é utilizar o espaço de Curitiba para oferecer uma interpretação mais geral sobre a escravidão e o pós-abolição no Brasil, nem mesmo testar um modelo interpretativo a partir desta localidade. Meu trabalho tem o propósito de analisar e produzir uma narrativa sobre trajetórias negras e a relação delas com um lugar específico — Curitiba —, pois avalio que há uma demanda interna por estudos como este, já que a história oficial dessa cidade, que excluiu a população negra, reiteradamente tem sido questionada, em especial pelo ativismo negro.

A historiadora Márcia de Almeida Gonçalves aprofunda essa compreensão da História Local apresentada por Barros. Para ela, além de um campo de estudo, a História Local é também um método e, ao mesmo tempo, uma estratégia para questionar grandes narrativas generalizantes e colocar o foco de análise nos sujeitos e na relação que estabelecem com os espaços que os cercam e, diante disso, nas identidades que produzem. Gonçalves sintetiza: “a História Local é, em intrínseca complementaridade, o conjunto de experiências dos sujeitos em um lugar e, também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências”.<sup>20</sup> Nesse sentido, em consonância ao que propôs Barros, ao utilizar esse método, o pesquisador deve concentrar as suas perguntas ao local e, sobretudo, às pessoas que construíram e atribuíram significado a esse local. Para isso, ela explica que é necessário reduzir a “escala de observação”, isto é, realizar um recorte de um tema ou objeto, de maneira a que se possa ressaltar o indivíduo, a comunidade e suas experiências históricas, mas não com finalidade de oposição ou

---

<sup>19</sup> BARROS, J. D. História Local e História Regional. A historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 2, 21 jul. 2022, p.28.

<sup>20</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Op Cit.* p.177.

simplificação da História Nacional. Isso porque, pela História Local, existe a possibilidade de produção de narrativas “inventoras de outros brasis”, de histórias que não fazem parte das grandes narrativas que apresentam o Brasil e suas regiões como unidades territoriais e políticas, que excluem sujeitos e apagam passados. Essas considerações de Márcia de Almeida Gonçalves são muito importantes para minha pesquisa pois vão ao encontro do meu objetivo, que é valorizar a trajetória de pessoas historicamente silenciadas pela historiografia e, ao mesmo tempo, evidenciar uma perspectiva da história da cidade de Curitiba que, como veremos no Capítulo 2, por muito tempo foi apagada.

A tendência de excluir grupos sociais das narrativas produzidas pelas vertentes da História Local é tratada também por Durval Albuquerque Júnior. Para o pesquisador, a historiografia regional tradicionalmente produziu um saber que tomava a região como algo a-histórico, imutável e dotado de uma identidade prévia. Como resultado disso, ela reforçou identidades hegemônicas e poderes constituídos, isto é, a narrativa dos conquistadores. Diante disso, Albuquerque Jr considera que a historiografia regional deve seguir por outro rumo, que é produzir estudos que desconstruam o que ela própria produziu, que coloquem em questão identidades hegemônicas, de modo que deixe de ser “celebrativa, monumentalizadora, veiculadora de mitos e reafirmadora de identidades”, e que “introduza o estranho em nosso próprio ser”,<sup>21</sup> isto é, que ressalte histórias e memórias que tendem a ser apagadas. Nesse sentido, um historiador regional, afirma ele, não deve encobrir, nem disfarçar, processos históricos complexos, grupos populacionais, memórias e discursos que não sejam os das elites. Seu papel é justamente o oposto: é abrir as fronteiras da região, desmontar identidades imutáveis, colocar em xeque a maneira como nos habituamos a conhecer a nós e o nosso entorno.

Embora reflita sobre a historiografia regional, Albuquerque Jr evidencia uma perspectiva que diz respeito às abordagens locais, do pequeno espaço, e de como elas podem ser um campo profícuo para a produção de narrativas. Essas, por sua vez, necessariamente devem estar comprometidas com a construção novas identidades. Ao ter como objeto aquilo que, por muito tempo, foi tido como insignificante pela historiografia, que é o particular, a História Local pode possibilitar o exame dos saberes tradicionais, que excluíram a experiência histórica de inúmeros sujeitos e grupos sociais em prol da valorização de outros, especialmente das elites.

---

<sup>21</sup> JÚNIOR, Durval. M. de Albuquerque. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, v. 10, n. 17, 2008, p.64.

Isso não significa que a história e a memória desses grupos que foram, por muito tempo, invisibilizados pela historiografia estão à espera de alguém para desvendá-las. Conforme alerta Erinaldo Cavalcanti, não “existe essa história local que aguarda ser descoberta pelo professor/pesquisador. Nem tampouco há caminhos preestabelecidos, predefinidos, que garantam ter acesso a essa ou àquela história”.<sup>22</sup> Isto é, esses grupos existem, possuem memória e produzem identidades. O papel da historiografia nesse caso é, por meio do seu saber, problematizar e, ao mesmo tempo, amplificar ainda mais esse tipo de história porque ele confronta um discurso profundamente excludente — e por isso violento.

Do ponto de vista conceitual, há uma importante relação entre essa abordagem de História Local que privilegia sujeitos das classes populares e o conceito “memórias subterrâneas”, de Michael Pollak.<sup>23</sup> Para este historiador austríaco, a memória coletiva (nacional), ou seja, a memória oficial produzida pelo Estado e pelos grupos ligados ao poder político e econômico — as elites — tem um caráter “destruidor, uniformizador e opressor”.<sup>24</sup> Sua função é enquadrar todas as memórias para produzir um sentimento de coesão social, de pertencimento, apagando quaisquer conflitos e distensões que possam haver dentro de uma comunidade. Ela é fundamental para dar sustentação ao próprio Estado e às estruturas sociais estabelecidas. Por conta disso, existe uma tarefa consciente de reproduzi-la que se dá por meio da religiosidade, da literatura e, inclusive, da escrita da história. A isso Pollak chama de “enquadramento da memória”<sup>25</sup>. Entretanto, essa memória, ressalta ele, não consegue ser única e hegemônica de forma permanente, pois há outras memórias — que ele nomeia de “subterrâneas” — aquelas que não fazem parte das narrativas hegemônicas e são produzidas pelos grupos aliçados pelo Estado e outros poderes socialmente constituídos. Em momentos de crise, diz Pollak, essas memórias entram em disputa para ganhar espaço, e a função do pesquisador, argumenta ele, é ter como objeto de estudo essas memórias subterrâneas, para que resistam ao tempo e possam confrontar a memória oficial, possibilitando reabilitar os excluídos.

Dessa forma, uma História Local que se oriente pela proposta de abordagem de Albuquerque Jr e seja comprometida com as memórias subterrâneas, pode abrir fronteiras para a produção de memórias e identidades plurais. Essa é a concepção de história que orienta este trabalho, a qual privilegia trajetórias negras na História Local, estabelecendo um compromisso

---

<sup>22</sup> CAVALCANTI, Erinaldo. *Op. Cit.*, p.279.

<sup>23</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.9.

ético contra a continuidade de uma memória que perpetua apagamentos sociais e raciais, tendo em vista, inclusive, os impactos que causam no ensino de história.

## 1.2 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIAS E IDENTIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA

Segundo a historiadora Sandra Pesavento<sup>26</sup>, no ensino de história mantém-se uma perspectiva de história regional tradicional, cujo objetivo é construir a imagem de que a região é especial e destacada em relação ao restante do país. Nessa perspectiva de ensino, não se estabelece qualquer conexão entre a história da região e a história nacional, até porque esta só começa a fazer parte do currículo nos anos finais do Ensino Fundamental e a História Local é ensinada nos anos iniciais. Utilizando o caso do Rio Grande do Sul, Pesavento argumenta que a história regional ensinada em geral glorifica as elites, apresenta o passado como algo imutável, apaga conflitos e violência, ou seja, ela se ancora em elementos similares àqueles que orientaram a História Nacional produzida pelo IHGB desde o século XIX e, como veremos no Capítulo 2, aos consolidados na história regional paranaense e na memória oficial de Curitiba pelo Paranismo.

Embora esse texto de Pesavento seja de 1993, é notável a permanência de vários desses elementos no ensino de história. Vejo, enquanto professor de Ensino Fundamental, que há um descompasso muito grande entre a maneira como se aborda a História Local e a que orienta o ensino de outros temas obrigatórios do currículo. Por exemplo: no currículo de 8º ano é previsto o ensino sobre a Conjuração Baiana e, tanto no planejamento da SEED-PR quanto no livro didático utilizado por ela, há várias discussões sobre historiografia, a participação dos escravizados e libertos no conflito, atividades com fontes e etc<sup>27</sup>. Entretanto, para o 8º ano também há a obrigatoriedade do ensino sobre o período colonial no Paraná, que consta no planejamento, mas não no livro didático, e esse tema é apresentado de maneira bastante tradicional, seguindo uma narrativa político-administrativa e econômica, que basicamente não menciona a escravidão indígena e africana e prioriza temas como a presença europeia, a busca pelo ouro e o tropeirismo. Esse tipo de abordagem, portanto, não rompe com a historiografia ligada à memória oficial do Estado, que produz esse apagamento histórico. É drástica, nesse sentido, a diferença de ensino entre temas entendidos como nacionais, como é o caso da

---

<sup>26</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: CORRÊA, A. M. M. **República em migalhas — História Regional e Local**. SP: Editora Marco Zero, 1993, p.67-79.

<sup>27</sup> JÚNIOR, Alfredo Boulos. História: sociedade e cidadania. SP: FTD, 2022.

Conjuração Baiana, e os locais, como é o da emancipação política do Paraná. Esse quadro torna muito insatisfatório o trabalho com a História Local em sala de aula.

Embora o professor possa reverter esse quadro e elaborar uma aula própria sobre o período colonial, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná adota mecanismos que tentam restringir a liberdade do educador para interpretar e executar o currículo. Atualmente, o registro de presenças, conteúdo, notas e o planejamento trimestral de cada turma é realizado numa plataforma digital chamada Registro de Classe Online (RCO).

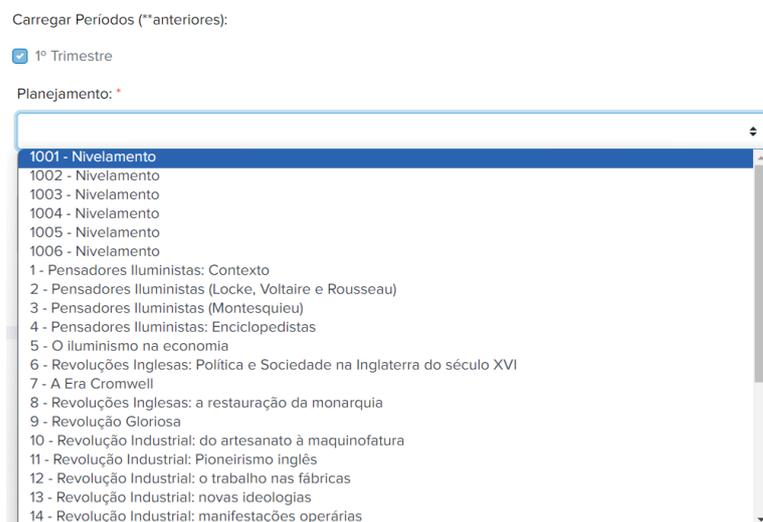
FIGURA 1 — MENU DO REGISTRO DE CLASSE ONLINE (RCO)



Fonte: o autor (2024)

Para registrar o conteúdo de uma aula, o professor precisa escolher uma opção que já conste previamente no planejamento elaborado pela própria SEED-PR. Abaixo, dou como exemplo o planejamento do 1º trimestre de História do 8º ano do Ensino Fundamental:

FIGURA 2 — CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO 8º ANO



15 - A França do Antigo Regime.
16 - A convocação dos Estados Gerais
17 - Revolução Francesa: Assembleia Nacional Constituinte
18 - Revolução Francesa: Monarquia Constitucional
19 - Revolução Francesa: Convenção Nacional
20 - Revolução Francesa: o Diretório
21 - Era Napoleônica: Consulado e Império
22 - Era Napoleônica: reação ao bonapartismo e o Congresso de Viena
23 - Revolta de Beckman e Emboabas
24 - Guerra dos Mascates e Revolta de vila Rica
25 - Conjuração Mineira
26 - Conjuração Baiana

Fonte: o autor (2024)

Caso o professor queira abordar no 1º trimestre um tema que seja do 2º ou do 3º trimestre, ou mesmo algum tópico que não conste no planejamento anual apresentado na plataforma – por exemplo, a relação entre a Revolução Francesa e a Revolta de escravizados no Haiti -, ele não consegue registrá-lo, pois as opções de conteúdo estão estabelecidas pelo sistema digital. Todos esses conteúdos trimestrais, por sua vez, podem ser acessados na aba “planejamento”, que fica abaixo da aba destinada ao registro de avaliações. Nela, para cada conteúdo é disponibilizado vídeo, apresentação de slides e atividades elaborados pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

FIGURA 3 — PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 8º ANO

23	<p>Revolta de Beckman e Emboabas</p> <p><b>Vídeo:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Slides:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Exercícios:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Outros:</b> Jogo em que o aluno interpreta um personagem que atravessa as fases da revolução francesa: <a href="#">Link</a></p>	
24	<p>Guerra dos Mascates e Revolta de vila Rica</p> <p><b>Vídeo:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Slides:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Professor, atribua a atividade do Desafio Paraná:</b> <a href="#">Link</a> </p> <p><b>Exercícios:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Outros:</b> Seleção de objetos do período napoleônico no museu do Louvre: <a href="#">Link</a></p>	
25	<p>Conjuração Mineira</p> <p><b>Vídeo:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Slides:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Exercícios:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Outros:</b> Acervo on line do Museu da Inconfidência Mineira: <a href="#">Link</a> Visita Virtual pelo Centro histórico de Ouro Preto <a href="#">Link</a></p>	
26	<p>Conjuração Baiana</p> <p><b>Vídeo:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Slides:</b> <a href="#">Link</a></p> <p><b>Professor, atribua a atividade do Desafio Paraná:</b> <a href="#">Link</a> </p> <p><b>Exercícios:</b> <a href="#">Link</a></p>	

Fonte: o autor (2024)

Embora seu uso não seja obrigatório, o educador se vê pressionado a utilizar essas ferramentas pelo seguinte motivo: ao final de cada trimestre, há uma prova externa aplicada pela SEED-PR ao Ensino Fundamental e Médio, chamada Prova Paraná; no caso da prova de

História no Ensino Fundamental, são 8 questões objetivas. Todas essas questões, sem exceção, são vinculadas aos conteúdos do trimestre referente e, via de regra, são um espelho daquilo que é escrito nas apresentações de slides. Dessa forma, caso o professor elabore uma sequência didática com referências teóricas e conteúdos diferentes desse planejamento, seus estudantes podem ter um desempenho baixo nessa prova. Quando isso acontece, o professor é cobrado pela equipe pedagógica e diretiva, fato que tem sido agravado desde 2024, pois a nota da Prova Paraná começou a ser utilizada como forma de ingresso dos estudantes às universidades estaduais do Paraná, o que aumentou a pressão por índices positivos.

Outra forma de imposição desse planejamento é a obrigatoriedade dos Quizizz, que é uma plataforma com banco de questões. Os estudantes necessitam ter um alto índice de acessos a essa plataforma, e o acesso só conta quando eles respondem a questões enviadas pelo professor. O maior problema disso é que o educador não pode elaborar as suas próprias questões, pois não são válidas para atribuição de nota; somente contam as atividades dos Quizizz aquelas feitas pela Secretaria de Estado de Educação, cujo link está ao lado da frase em verde “Professor, atribua a atividade do Desafio Paraná”<sup>28</sup>. Essas atividades pré-prontas, por sua vez, reproduzem o conteúdo dos slides de cada aula, de maneira que se o professor elaborar uma aula diferenciada, os estudantes não conseguem responder ou têm um baixo rendimento nos Quizizz. Caso o educador opte por não atribuir essa atividade, ele também é cobrado pela equipe pedagógica e diretiva.

Essa tentativa de engessamento do currículo, somado a uma abordagem historiográfica que apresenta a História Local em concordância com a memória hegemônica do Estado do Paraná, produz uma tentativa de cancelamento do papel criativo do professor, leva à desvalorização do conhecimento histórico que o estudante carrega, impossibilita que suas memórias familiares, a maneira como ele se orienta no tempo e atribui sentido ao seu entorno, sejam mobilizados no estudo da História. Conforme afirma o filósofo Jörn Rüsen, o ensino de História deve voltar a ser pensado para a vida prática, às demandas e debates de seu tempo, de maneira a transformar o indivíduo e complexificar o que Rüsen chama de consciência história, que é a capacidade que todos têm de, a partir de percepções do passado, orientar-se no tempo.<sup>29</sup> Em texto muito elucidativo, o filósofo alemão afirma que a historiografia, a partir do século XIX, começou a perder de vista “que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo”, isto é, que a sua legitimidade passa pelo modo como

---

<sup>28</sup> O Desafio Paraná é o nome dado às atividades realizadas na plataforma Quizizz.

<sup>29</sup> RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, 2006, p.16.

é apropriada pela sociedade para resolver problemas práticos da vida.<sup>30</sup> Por isso, ele estabelece que a escrita da história deve voltar a ser preocupar com a didática, a aprendizagem, resgatando assim o seu papel de “mestra da vida”. Evidentemente, esse papel de mestra não é nos mesmos moldes de outrora, quando o passado era tido como um exemplo a ser seguido. O que Rüsen aponta é que o conhecimento histórico deve estar antenado com as demandas do seu tempo para que seja um instrumento de formação de identidades históricas.<sup>31</sup>

Podemos considerar, portanto, que há uma estreita relação entre os conteúdos escolares e a produção de subjetividades individuais e identidades sociais dos estudantes. No caso do estudo da História, essa relação está ligada à produção e à problematização de memórias. Por isso, foi fundamental para a produção deste trabalho a compreensão da relação entre memória e produção de identidades. Um dos autores mobilizados para tanto, foi Jöel Candau, que observa que a memória, quando coletiva, é uma representação, isto é, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”<sup>32</sup>, como se fosse um compartilhamento hipotético de lembranças. Esse compartilhamento é hipotético pois não há como garantir que todos lembrem dos mesmos fatos ou atribuam um mesmo sentido a esses fatos; por isso o autor chega a afirmar que a memória coletiva é uma generalização para criar esquemas de pertencimento, tornando-se uma espécie de ficção, não necessariamente inverossímil. Segundo ele, essa memória coletiva é uma “retórica holística” por ser uma narrativa fabricada que se pretende totalizante, sendo este o motivo que a torna fundamental para construção de identidades. Para Candau, quanto mais reproduzida e transmitida por doutrinas, contos, relatos, mitos, inclusive pelas formas de representação de Estado, como a escola, o patrimônio e a própria historiografia, mais forte é essa memória coletiva e também mais forte é a identidade gestada a partir dela.<sup>33</sup> Essa memória forte, o antropólogo chama de “memória organizadora”, isto é, uma memória hegemônica – aquela que é produto institucional.

Além de ser uma representação, a memória coletiva oficial — aquela que é elaborada e mantida por autoridades e instituições — pode ser interpretada como uma estratégia de poder. Sobre isso, Candau, em diálogo com Paul Ricoeur, explica que a “alteração do passado é um atributo da memória”,<sup>34</sup> pois artificios, artefatos, documentos e até mesmo os arquivos são manipulados para sustentar determinadas identidades, como a nacional; o passado, nesse

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>32</sup> CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. SP: Editora Contexto, 2019, p.24.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.182.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.164.

sentido, precisa ser útil e conveniente ao tempo presente e a perspectivas de futuro. Para esse fim, o autor reitera que a “prosopopeia memorial” — a panteonização —, as comemorações oficiais, os lugares de memória e os patrimônios culturais são fabricados para transmitir “a imagem de uma permanência a que o grupo deseja para si mesmo”,<sup>35</sup> como se limpasse o passado de toda contradição e oferecesse um sentimento de comunidade a ser perpetuado no tempo. O Estado, segundo ele, busca sempre oferecer à comunidade – ele se refere à nacional — uma imagem prestigiosa com a qual se supõe que todos possam se identificar, e essa identidade é necessariamente excludente: enquanto algumas pessoas, lugares e acontecimentos são dignos de memória e perpetuação, outros não o são. Paul Ricoeur chama esse mesmo processo de “ideologização da memória”, pois a memória, quando transformada em narrativa a partir de esquecimentos e imposta à comunidade, opera como um “discurso justificador do poder, da dominação”<sup>36</sup>, justamente porque precisa apagar a violência e as contradições que formam e constituem esse mesmo Estado.

No entanto, essa conjuntura criada a partir de identidades fortemente constituídas, para Candau, está passando por um processo de esgotamento por conta do colapso das grandes memórias organizadoras. De acordo com ele, hoje, as memórias e identidades são tão numerosas e complexas que sua aquisição e assimilação se tornam aleatórias ou, ademais, perdem efeito, deixando assim de orientar a compreensão e a organização do mundo. Essas novas memórias, que ele chama de agonísticas, são um sinal da proliferação de identidades e, mais do que isso, elas confrontam a exclusão e os esquecimentos produzidos pelas memórias hegemônicas.<sup>37</sup> Qual seria então o papel do historiador nessa disputa de memórias? Candau sugere que o pesquisador deve inventariar essas memórias para que elas ganhem força e produzam novos laços sociais e identidades que não reproduzam violências.

Outros autores, entretanto, abrem possibilidades maiores à ciência histórica. A especialista em memória Aleida Assmann afirma que a História tem o papel fundamental de resguardar memórias e servir como um repositório de narrativas. De acordo com ela, a memória coletiva poderia ser dividida entre o que ela chama de “habitada”/“funcional” e de “inabitada”/“cumulativa”.<sup>38</sup> A primeira seria produzida e reproduzida por grupos associados ao poder, e por isso ela tem a função de legitimar e distinguir esse grupo, e ao mesmo tempo deslegitimar memórias que a confrontam; é ela que, por meio da seleção de lembranças,

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.146.

<sup>36</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.98.

<sup>37</sup> CANDAU, J. *Op. Cit.*, p.194.

<sup>38</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p.143-158.

estabelece a relação passado/presente/futuro e tem a função, assim, de construir identidades. A segunda, por sua vez, representa as lembranças inutilizadas na elaboração de narrativas de passado, e que por isso não constituem identidades; é uma espécie de “massa amorfa”, mas que pode servir como um repositório para a formulação de futuras memórias funcionais. Aqui entra, para Assmann, o papel da História, uma vez que essa ciência pode nutrir esse repositório e, principalmente, evitar que passados sejam de fato esquecidos. Nesse aspecto, é possível fazer uma relação entre as formulações de Assmann e o conceito “memória subterrânea” de Michael Pollak, pois ambos consideram que o historiador tem um compromisso ético de inventariar e alimentar as memórias agonistas, por meio do estudo da história dos sujeitos excluídos das narrativas oficiais.

Todas essas reflexões acerca da relação entre memória e produção de identidades nos orientam no sentido de perceber que, em sala de aula, estudos históricos comprometidos com as experiências de pessoas negras são fundamentais. Ao problematizá-los, os estudantes passam a ter ferramentas para construir memórias e identidades que sejam inclusivas, de maneira a aproximar o passado da sua vida prática e a orientar uma vivência no tempo presente comprometida com a igualdade étnico-racial.

A tentativa de tornar o currículo engessado, como observamos estar em curso no sistema escolar do Estado do Paraná, que conserva uma perspectiva de passado excludente, que reitera a memória oficial e o poder das classes hegemônicas, que busca retirar do professor de História todo o potencial transformador que a sua ciência possui, não valoriza a consciência histórica dos estudantes e, ao mesmo tempo, não possibilita a construção de identidades históricas que se contrapunham às memórias hegemônicas.

Vale destacar, entretanto, que o responsável por interpretar o currículo, ampliá-lo e adaptá-lo à realidade e às demandas de sala de aula continua a ser o professor. Por isso, é fundamental a utilização de outras referências teóricas, metodológicas e de materiais de suporte que vão além daqueles que são oferecidos. No que se refere ao ensino da escravidão e do pós-abolição no Paraná, isso se torna ainda mais necessário. Por este motivo, o material didático proposto é uma ferramenta para o educador transgredir essas fronteiras que limitam o trabalho docente. Conforme afirmou a teórica antirracista bell hooks, transgredir significa buscar novas possibilidades e construir novas realidades, para assim quebrar paradigmas dentro da educação.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. SP: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

Nesse sentido, o material didático que elaborei como produto de aplicação no PROFHISTÓRIA tem justamente em vista possibilitar a produção de percepções de passado que revisem histórias locais predominantes, colocando em perspectiva sujeitos que foram pouco representados ao longo do tempo. Esse enfoque no processo de ensino e aprendizado permite, como veremos nos próximos capítulos, uma ampliação da noção do que é Curitiba, dos grupos sociais que a compõem e das trajetórias desses grupos, redefinindo, assim, visões acerca da identidade da cidade.

Ao escolher produzir um material para enfatizar a participação de pessoas negras na história de Curitiba, me orientei pela perspectiva da chamada “História Vista de Baixo”. Essa vertente historiográfica se consolidou a partir da década de 1960, com objetivo de analisar as pessoas comuns, em especial trabalhadores, que passaram a ser vistos como sujeitos históricos, e não como uma categoria estática e homogênea. Inicialmente, valorizou-se a figura do homem operário, pobre, branco e europeu, o que abriu espaço para estudos posteriores abordarem de forma mais ampla, incluindo outros sujeitos. É o caso, por exemplo, da obra *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, da historiadora francesa Michelle Perrot, publicada em 1988 reunindo artigos que haviam sido lançados por ela nas décadas de 1970 e 1980. Perrot é reconhecida pelo movimento que ajudou a construir, dentro da historiografia francesa, uma escrita da história sobre as mulheres, especialmente as francesas populares dos séculos XVIII e XIX. Seus estudos são uma resposta, segundo ela própria, ao “pequeno número de estudos sobre a formação da classe operária francesa”, sendo suas influências Eric Hobsbawm e E.P. Thompson.<sup>40</sup> A obra de Perrot amplia o escopo dos excluídos tratados por esses autores, cuja abordagem “privilegia as classes e negligencia os sexos”,<sup>41</sup> aspecto que Perrot confrontou, ao reencontrar as “mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas os movimentos da história”.<sup>42</sup> Dessa forma, a produção de Michelle Perrot contribuiu para a expansão das fronteiras desse campo historiográfico.

Outro exemplo da ampliação da História Vista de Baixo é a obra *Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, dos historiadores estadunidenses Peter Laubach e Marcus Rediker, publicada no ano 2000. Uma das motivações para essa pesquisa foi, de acordo com eles, “a ênfase da história moderna do

---

<sup>40</sup> PERROT, Michelle Perrot. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.18.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.185.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.187.

trabalho no artesão-cidadão branco, do sexo masculino, especializado, assalariado, nacionalista e dono de propriedade, ou no operário industrial”, que “ocultou a história do proletariado do atlântico dos séculos XVII e XVIII.”<sup>43</sup> Ambos os pesquisadores, portanto, centralizam a sua análise de maneira a destacar o protagonismo de pessoas escravizadas no mundo atlântico, bem como às suas ideias libertárias e experiências de protesto, avaliando o impacto delas para a formação da classe operária. Um dos resultados desse trabalho foi ressaltar um aspecto já em discussão naquele período, que era a composição multiétnica dos trabalhadores que organizaram as primeiras formas de luta por direitos trabalhistas, especialmente no continente americano.

Dessa forma, entendo a História Vista de Baixo na mesma perspectiva do historiador inglês James (Jim) Sharpe, que recentemente faleceu aos 77 anos. Para Sharpe, ela pode ser entendida como uma abordagem historiográfica, configurando-se como um “corretivo à história da elite”<sup>44</sup>. Esse tipo de história é mais eficaz, argumenta Sharpe, quando é situada dentro de um contexto, justamente porque “a expressão ‘história vista de baixo’ implica que há algo acima para ser relacionado”.<sup>45</sup> Nesse sentido, ela surge para ser um contraponto e representar pessoas e grupos sociais excluídos das narrativas historiográficas que nomeiam e privilegiam chefes políticos, militares de alta patente, membros da nobreza e do alto clero, industriais, enfim, pessoas dos grupos hegemônicos. Embora não haja uma conceituação precisa sobre “o que” ou “quem” seriam os “de baixo”, Sharpe a define como uma “categoria residual”, no sentido de que pode ser aplicada àquilo ou àqueles que restam ou que estão à margem. A História Vista de Baixo também é uma ferramenta para compreender conjunturas mais profundas da sociedade a partir da análise de acontecimentos individuais — como é o caso do estudo de trajetórias de vida de pessoas comuns.<sup>46</sup>

Ao final desse ensaio, Jim Sharpe evidencia outras possibilidades da História Vista de Baixo que novamente reforçam a pertinência dessa abordagem para minha pesquisa. De acordo com ele, um dos propósitos dessa história é

prover aqueles que a escrevem ou leem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem [...] A história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais.<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> LAUBACH, Peter e REDIKER, Marcus. **Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. SP: Companhia das Letras, 2008, p.344.

<sup>44</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** (org.) SP: Editora da UNESP, 1992, p.54.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.55.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.58.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.60.

Nesse sentido, ela se constitui também como uma ferramenta para reconhecer novos passados, produzir novas identidades, além de criticar e redefinir as histórias e memórias organizadoras. Assim, a História Vista de Baixo, arremata Sharpe, “ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar”.<sup>48</sup> Esse passado, evidentemente, diz respeito ao que Pollak chamou de memórias subterrâneas.

Orientado por essa abordagem historiográfica, procurei pesquisar e narrar a vida de homens e mulheres negras, com objetivo de confrontar a história das elites e a memória oficial. O resultado desse esforço pode despertar o interesse e motivar os alunos a conhecerem o passado de Curitiba numa perspectiva mais ampla do que aquela que o resume à ação de “grandes homens ilustres”.

### 1.3 HISTÓRIAS DE VIDA COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO DE HISTÓRIA

As discussões acerca da abordagem biográfica na História foram importantes na formulação deste trabalho, a começar pela compreensão do próprio conceito de biografia. De acordo com o filósofo Pierre Bourdieu, ao narrar uma biografia, o narrador faz a seleção dos fatos do biografado e atribui sentido a eles a partir de sua própria perspectiva.<sup>49</sup> A história de vida de um indivíduo, dessa forma, é cronologicamente ordenada e os eventos de sua vida são relacionados entre si pelo narrador, e por isso, segundo Bourdieu, a biografia é uma ilusão, e para não ser assim, precisa ser escrita de maneira não-linear, evidenciando contradições e ressaltando o impacto que o meio, isto é, o contexto familiar, social, cultural e histórico exerce sobre o biografado. Essas considerações de Bourdieu – embora às vezes pareçam conduzir a uma descrença em relação à pertinência da biografia no campo da História – foram importantes no sentido de acautelar para os perigos da escrita biográfica. Procurei, assim, estar atento à maneira de narrar as histórias de vida, no sentido de não forçar coerências, de ressaltar as contradições, de não buscar enaltecer as pessoas cujas vidas narrei e sim dar a conhecer suas ações, suas escolhas e seu protagonismo no contexto em que viveram.

De acordo com a historiadora Sabina Loriga, o projeto biográfico retornou à historiografia sobretudo na metade do século XX, mas não com a mesma roupagem da que foi consagrada no século anterior. A sua volta se deve a uma abordagem que passou a privilegiar a

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.62.

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, p.183-191.

memória dos “marginais, dos vencidos e dos perdedores”, ou seja, daqueles que não tiveram a sua história contada até então.<sup>50</sup> A trajetória individual desses personagens passou a ser valorizada justamente porque o estruturalismo, na ânsia de descrever sistemas econômicos, sociais e globais, acabou por reduzir a dimensão individual dos sujeitos históricos. Essa perspectiva historiográfica renovada se solidificou a partir da nova esquerda inglesa e da micro-história, notabilizando-se por questionar homogeneidades históricas e sistemas normativos a partir da valorização das trajetórias individuais. Para Loriga, a biografia “oferece também um ponto de vista sobre a história, uma discordância, uma descontinuidade”. A história individual seria, evidentemente, atravessada por questões de sua época, refletindo, assim, um contexto histórico, mas ao ressaltar o indivíduo, afasta-se a ideia de submissão e passividade. Conforme Loriga, considerar o indivíduo significa, ao mesmo tempo, ver uma particularidade e uma totalidade.<sup>51</sup> Por isso, trazer histórias de vida de pessoas negras de Curitiba do final do século XIX e do início do século XX, possibilita também a compreensão mais acurada do contexto em que viveram.

Nesse aspecto, o projeto biográfico se aproximou da micro-história. O historiador Giovanni Levi enfatiza que os “micro-historiadores concentram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam os sistemas fluidos e abertos”.<sup>52</sup> Por meio do que ele chama de “redução da escala de observação”, revela-se a “falibilidade e a incoerência de contextos sociais”, isto é, das generalizações historiográficas.<sup>53</sup> Esse é especificamente um dos meus objetivos ao tratar da trajetória de pessoas negras da virada do século XIX para o XX, uma vez que elas se apresentam enquanto uma possibilidade de compreensão da História Local a contrapelo da memória oficial, consolidada a partir de operações de generalização.

Apesar dessa aproximação, a micro-história tem como característica acentuar as vidas e os acontecimentos individuais tendo em vista a formulação de novas teorias gerais a partir da particularidade observada. Embora não seja esse um propósito central do trabalho, questões relativas às experiências pessoais de pessoas negras podem favorecer a reformulação de teses gerais sobre a escravidão e o pós-abolição no Brasil, fazendo com que assumam perspectivas mais múltiplas e complexas.

---

<sup>50</sup> LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte, Audiência Editora, 2011, p.212.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.225.

<sup>52</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas (org.)** SP: Editora da UNESP, 1992, p.157.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.159.

Reflexões formuladas no campo do Ensino de História sobre o uso didático das histórias de vida foram também importantes no percurso de construção dessa dissertação. Uma das contribuições veio de Jörn Rüsen. Para ele, o estudante desenvolve seu pensamento histórico de maneira racionalizada, isto é, estabelece uma relação científica entre passado, presente e futuro,

quando lembra processos e fatos de humanização no passado, quando lembra a eliminação da miséria, do sofrimento, da opressão e da exploração e a libertação de coações naturais ou impostos por outros e a passagem para uma vida de autodeterminação e de participação.<sup>54</sup>

Ao considerar o desenvolvimento do pensamento histórico, é possível inferir que as biografias e narrativas, tendo em vista o seu potencial para despertar sensibilidades, podem ser entendidas como um instrumento de “humanização” do passado.

Desse modo, considero que o ensino de história associado à biografia de pessoas negras na passagem do século XIX para o XIX, permite ao estudante conhecer vivências, estratégias de resistência, desafios e limitações, ou seja, experiências humanas reais em um contexto de discriminação racial. Isso seria humanizar o passado, que é justamente torná-lo mais próximo do presente, do cotidiano do estudante. Rüsen fala em “humanizar o passado” como condição do pensamento histórico racional, que em outras palavras pode ser definido como a sensibilização do sujeito a partir de passados de injustiça, de violência, de autoritarismos, mas também de resistências, de superações, conquistas coletivas, isto é, a partir da pluralidade e da empatia, e não de uma história asséptica e distante.

A utilização didática das trajetórias de vida no ensino de história como possibilidade de “humanizar” a história é considerada também pela historiadora Kalina Vanderlei Silva. Para ela, as biografias podem possibilitar que os eventos e processos sejam relacionados às ações humanas e que se estabeleça um diálogo entre as experiências do biografado e a dos estudantes. Ao despertar a curiosidade, ela se configura como uma ferramenta para abordar processos históricos complexos, uma vez que associa contextos históricos a personagens dos quais os alunos se aproximam, com os quais se identificam, que nomeiam e de que recordam.<sup>55</sup> Essa identificação, como já procurei ressaltar anteriormente, pode possibilitar a produção de subjetividades e identidades positivas para estudantes que não se sentem representados pelas memórias hegemônicas.

---

<sup>54</sup> RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 10, n. 18/19, 1989, p.323.

<sup>55</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: PINSKY, Carla B (org.) **Novos temas nas aulas de História**. SP: Editora Contexto, 2009, p.17.

Um exemplo dessa possibilidade das biografias é dado pela obra *Enciclopédia Negra*, dos pesquisadores Flávio dos Santos Gomes, Lília Moritz Schwarcz e Jaime Lauriano. São 416 verbetes que apresentam a vida de cerca de 550 pessoas negras do período da escravidão e do pós-abolição. Já na introdução, os autores justificam a natureza da obra:

Um grande e constrangedor silêncio habita a maior parte dos arquivos brasileiros e coloniais, e, sobretudo, dos nossos manuais e livros didáticos. Neles, enquanto os registros de atos empreendidos pela população branca estão por toda parte, as referências acerca da imensa população escravizada negra que viveu no país, desde meados do século xvi até praticamente o fim do século xix, são bem escassas. Ainda são muito pouco mencionados os negros e as negras que conheceram o período do pós-abolição; aquele que se seguiu à Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a qual, longe de ter sido um ato isolado e “redentor”, fez parte de um processo coletivo de luta incessante pela liberdade, protagonizado por negros, libertos e seus descendentes.<sup>56</sup>

Para eles, narrar a vida dessas pessoas tem o impacto de lhes conferir “identidade, singularidade e reconstruir seu passado”, de maneira que, destacada a sua história e o seu protagonismo, novos horizontes sejam possíveis. Em sua obra, não foram inventados heróis ou vítimas: os sujeitos são apresentados na sua complexidade e, inclusive, são destacadas as lacunas sobre suas trajetórias, resultado da ausência de documentação.

Outro exemplo é o livro *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense* (2017), produzido por historiadores que atuam no Rio Grande do Sul.<sup>57</sup> A obra é de natureza didática e narra a trajetória de vida de vários personagens e grupos sociais negros do Rio Grande do Sul, com enfoque no período da escravidão e do pós-abolição, de maneira a evidenciar a história da população negra naquele Estado, que historicamente também foi invisibilizada. Nesse sentido, além de trajetórias de resistência à escravidão, o livro também dá protagonismo às experiências de homens e mulheres negras após a conquista da liberdade, a sua luta por cidadania, as estratégias de resistência e sobrevivência. Nele, as biografias são utilizadas como ponto de partida para a abordagem de aspectos sociais, culturais e econômicos que dizem respeito à história regional, e também como uma estratégia para aproximar o leitor ao passado, sendo o livro uma ferramenta para a construção de novas identidades.

Assim como os autores dessas obras mencionadas anteriormente, pretendi também narrar trajetória de vida de personagens negros, evidenciando experiências de resistência e

---

<sup>56</sup> GOMES, Flávio Gomes; LAURIANO, Jaime Lauriano; SCHWARCZ, Lília Moritz. Introdução. In: **Enciclopédia Negra**. SP: Companhia das Letras, 2021, s/p.

<sup>57</sup> SILVA, Fernanda Oliveira; SÁ, Jardélia Rodrigues de; GOMES, Luciano Costa; ROSA, Marcus Vinícius de Freitas; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SILVA, Sarah Calvi Amaral; SANTOS, Sherol dos. **Pessoas comuns: histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

liberdade, relacionando-as à história de Curitiba. O ensino de História Local, organizado à luz da perspectiva de uma história vista de baixo e da humanização da história, possibilita a identificação dos estudantes com o espaço que habitam; a valorização da trajetória individual e coletiva de pessoas negras; quebra a representatividade exclusiva das elites, estabelecendo pluralidades na história e na memória. Somados esses fatores, abre-se também, como veremos, a possibilidade de, por meio do ensino, realizar uma prática antirracista por meio do ensino da História.

Pelo PROFHISTÓRIA já foram defendidas dissertações que articulam histórias de vida e ensino de História Local, algo que reflete a atualidade e a importância desses temas em sala de aula. A pesquisa *Vozes, Corpos e Saberes Do Maciço: Memórias e Histórias de vida das Populações de origem africana em territórios do Maciço Do Morro Da Cruz/Florianópolis* (2016), de Karla Andrezza Vieira Vargas, enfatiza a importância de pensar a história local a partir das memórias de sujeitos vistos como subalternizados, e para isso criou um material didático que conta a história da população negra da região do Morro da Cruz.<sup>58</sup> O trabalho evidencia como a educação histórica pode superar visões racializadas e colonizadas, aspecto que dialoga com a minha pesquisa no que se refere à necessidade de reconstruir narrativas a partir da experiência vivida de sujeitos negros, contrapondo-se às versões oficiais da história. Outra pesquisa que segue esse caminho é a dissertação *A trajetória da professora Rosa Barreto Dias: possibilidades no ensino-aprendizagem de gênero e raça a partir da história local de Morro do Chapéu-BA* (2020), de Aryana Costa Nascimento.<sup>59</sup> Nela, a historiadora exemplifica como o uso de trajetórias individuais de mulheres negras pode contribuir para um ensino de História que combata práticas racistas e sexistas e, ao mesmo tempo, valorize lugares que tradicionalmente não foram representados pela historiografia. Para isso, a autora elaborou uma sequência didática sobre a trajetória da educadora negra Rosa Barreto Dias.

Essas pesquisas apresentadas convergem para um eixo comum: a valorização da História Local como instrumento de ressignificação da memória coletiva, especialmente no que tange às trajetórias de populações negras em diferentes territórios do Brasil. Dentro desse contexto, esta dissertação se insere em um movimento acadêmico que busca descolonizar as

---

<sup>58</sup> VARGAS, Karla Andrezza Vieira. **Vozes, Corpos e Saberes do Maciço: Memórias e Histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis.** Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

<sup>59</sup> NASCIMENTO, Aryana Costa do. **A trajetória da professora Rosa Barreto Dias: possibilidades no ensino-aprendizagem de gênero e raça a partir da história local de Morro do Chapéu-BA.** Dissertação (Mestrado Profissional) — Universidade Estadual da Bahia, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Bahia, 2016.

narrativas históricas, articulando a História Local com as trajetórias individuais e coletivas de sujeitos que foram marginalizados pela historiografia.

#### 1.4 EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E LUTA ANTIRRACISTA

Minha pesquisa também dialogou com formulações que tratam da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Entre essas, destacadamente, um documento que já com 20 anos, sistematizou de forma pioneira os princípios orientadores de uma Educação para as relações étnico-raciais: trata-se do Parecer CNE/CP nº 3/2004, que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, elaborado por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, em 2004, quando ela – mulher negra e militante do movimento negro – fazia parte do Conselho Nacional de Educação. Nesse parecer, Gonçalves e Silva já colocava os preceitos que me orientaram na formulação dessa dissertação e na elaboração das *Vidas negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade*

Segundo Gonçalves e Silva, o Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira deve privilegiar a “divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil”, de maneira a colocar em primeiro plano o papel das populações negras “na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento”.<sup>60</sup> Isso deve ser realizado, complementa a parecerista, em atividades diversificadas e ao longo de todo o ano letivo, isto é, a comunidade negra não pode ser contemplada somente no mês de novembro, muito menos circunscrita a um conteúdo específico do currículo. Nesse aspecto, a educadora enfatiza a necessidade de se abordar temas como as “associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro”<sup>61</sup>, ou seja, de não reduzir a história de africanos e seus descendentes no Brasil à escravidão e à violência, e evidenciar temáticas em que os afro-brasileiros sejam protagonistas. Para ela, uma forma para abordar essas temáticas seria justamente por meio da História Local, de maneira a ressaltar as mais diversas manifestações da cultura negra na formação de bairros, comunidades, municípios e regiões. Outra alternativa citada é o uso de biografias para destacar a participação de pessoas negras “em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e

---

<sup>60</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004 p.12-13.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.12.

artística, de luta social”,<sup>62</sup> e para isso são listadas uma série de personalidades como exemplo. Dessa forma, o meu objeto de pesquisa está em consonância com o Parecer, já que articula História Local e trajetórias de vida no sentido de promover memórias e identidades positivas sobre a população negra.

A valorização das narrativas de pessoas negras para a promoção de identidades positivas, tão ressaltada no Parecer, foi também considerada oportuna por estudiosas como Verena Alberti, que salientou o cuidado que o professor deve ter para não reduzir a experiência da população afro-brasileira ao trauma e explorar experiências e identidades, trazendo narrativas em que africanos e seus descendentes são atores sociais e políticos. Alberti sugere possibilidades de trabalhar o tema em sala de aula, como: abordar as diferentes formas de resistências à escravidão, não só as mais conhecidas, como o caso dos quilombos, mas as menos conhecidas e mais sutis, como a abertura de contas de poupança por escravizados; e também a atuação de afro-brasileiros no contexto do pós-abolição (movimento operários, espaços de sociabilidade), que são aspectos contemplados em minha pesquisa.

Os cuidados com a mobilização de histórias de vidas de pessoas negras foram apontados também por Hebe Mattos e Martha Abreu, em comentários que publicaram acerca do Parecer CNE/CP nº 3/2004. Nesse escrito, Mattos e Abreu enfatizam que a história e a cultura da população negra não podem ser tratadas de forma essencializada, como se fossem realidades imutáveis e homogêneas. Para evitar isso, seria fundamental dar destaque a diferentes experiências individuais e coletivas da população negra, demonstrando a sua pluralidade e complexidade, conforme acentua o próprio Parecer.<sup>63</sup> Em relação ao uso de biografias em sala de aula, as autoras reforçam que o Parecer é positivo ao mencioná-las como uma possibilidade para explorar essa pluralidade de experiências negras. Entretanto, elas salientam que as biografias podem reproduzir a mesma ideia de “heroicizar os personagens negros da história, simplesmente replicando o que a antiga historiografia fazia com personagens em sua maioria ‘brancos’”, e por isso seria fundamental narrá-las e utilizá-las de maneira a mostrar “diferentes maneiras de ser negro” e experiências de vida concretas e plurais, para que além de exemplo, os personagens negros mostrem aspectos da história e da cultura que anteriormente haviam sido invisibilizados.<sup>64</sup> Além disso, Mattos e Abreu reafirmam, na perspectiva do Parecer, outro olhar que ao ensino de história é fundamental: para além da violência da escravidão e do racismo no

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>63</sup> ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.15.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p.16.

pós-abolição, as trajetórias de vida devem ser pensadas a partir do modo como “homens e mulheres negros modificaram e romperam com os caminhos e destinos que lhes tentaram impor, seja no período escravista ou no pós-abolição”, isto é, a partir do seu protagonismo.<sup>65</sup>

Por esses aspectos, mesmo após 20 anos de sua publicação o Parecer de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva continua atual, e em função disso foi a base para a escrita do material didático. Um dos motivos que o mantém contemporâneo é a perpetuação do racismo estrutural,<sup>66</sup> cujo resultado é a manutenção de currículos eurocentrados. No ensino de história, apesar da inclusão de conteúdos como História da África, Movimento Negro no Pós-Abolição, Associativismo Negro, que já constam nos livros didáticos do PNLD e no currículo do Estado do Paraná, conforme analisarei no capítulo 2, ainda há a prevalência de uma cronologia que privilegia a Europa, a imigração europeia e as elites nacionais. Como exemplo, cito o planejamento de História para o 8º ano do Ensino Fundamental da Secretaria de Estado de Educação do Paraná, já comentado aqui anteriormente: das 26 aulas do 1º trimestre, somente 1 aborda a população negra com protagonismo, que é sobre a Conjuração Baiana; do 2º e 3º trimestres, o mesmo cenário se mantém. Nesse sentido, mesmo com os avanços observados nos livros didáticos, na própria produção historiográfica e nas discussões teóricas sobre educação histórica, preserva-se nas escolas públicas do Paraná um modelo de ensino excludente.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas que modifiquem esse cenário e coloquem em prática as diretrizes, de forma a realizar uma educação antirracista. Para a educadora Rita Silvana Santana dos Santos, a “educação antirracista” é uma prática que requer três elementos: “o reconhecimento do racismo subjacente e sistêmico que impede a efetividade de leis e ideias e ações em prol da equidade racial”; “questionamentos acerca dos privilégios de pessoas brancas disfarçados pelo discurso capitalista-meritocrata”; e o combate “à invisibilidade institucionalizada de conhecimento, valores, modos de educar, ser e produzir sentidos do povo negro.”<sup>67</sup> Santos é enfática ao afirmar que, para uma educação antirracista, não basta somente a denúncia e o combate ao racismo,

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>66</sup> De acordo com o filósofo Silvio Luiz de Almeida, racismo estrutural “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. [...] Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’.” Nesse sentido, o racismo estrutural está na base da organização política, econômica e jurídica da sociedade, e se expressa por meio da desigualdade política, econômica e jurídica, da violência sistêmica, de silenciamentos e apagamentos, entre outras formas. Ver. ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018, p. 38-39.

<sup>67</sup> SANTOS, Rita Silvana dos. Prefácio. In: SANTOS, Neli Edite dos (org.). **Construindo uma educação antirracista: reflexões, afetos e experiências.** Curitiba, Editora CRV, 2022, p.12.

pois o fundamental é "anunciar modos de existir antirracistas" e "retornar ao passado (distante ou próximo) para (re)significar o presente e construir, a cada dia, modos de educar racialmente equitativos, inclusivos e democráticos."<sup>68</sup> Aqui, o ensino da história e da memórias das populações negras adquire papel estruturante para a construção de uma educação antirracista, já que a manutenção de um passado branco e europeu — ou seja, de uma história única — perigosamente impossibilita a construção de um futuro efetivamente igualitário.

Embora esse conceito seja recente, vale destacar que pelo menos desde a década de 1930 ideias semelhantes são debatidas e construídas dentro e fora do espaço acadêmico, em especial pelo movimento iniciado nos Estados Unidos, que tem como importante referencial a obra *A des-educação do negro*, publicada em 1933 pelo historiador afro-americano Carter Godwin Woodson. O livro reuniu um conjunto de aulas e artigos nos quais o autor esmiuçou as entranhas nefastas da educação racista vigente nos Estados Unidos da época, bem como os efeitos dessa mesma pedagogia. Segundo ele, a desigualdade étnico-racial, observada nas mais diversas instituições e áreas da vida humana, é um reflexo de uma sociedade ensinada a desprezar a história e a cultura negra e a conservar a supremacia branca. Na população branca, esse tipo de pedagogia reforça seu sentimento de superioridade, e na população negra, de inferioridade, como se tivesse que se adequar à história do outro (branco) e se conformar com a exclusão e a violência. Para exemplificar essa tese, Woodson cita o caso de um docente universitário negro que fora convidado a elaborar um curso sobre a população afro-americana nos Estados Unidos, mas que teve de recusar a oportunidade porque não sabia nada da história e cultura negra, pois "fora educado num sistema que despreza o negro como alguém nulo".<sup>69</sup> Por isso, no decorrer da obra, o autor defende uma proposta de *des-educação*, isto é, da formulação de um ensino que apresente a população negra enquanto protagonista de sua história, contribuindo, assim, para sua autonomia, emancipação e agência política.

Hoje, essa discussão foi ampliada e o combate ao racismo é pensado também como uma responsabilidade da população branca, e isso passa, necessariamente, pela sua *des-educação*, que se dá por meio de uma educação antirracista. O material didático elaborado nesta dissertação, assim, pretende ser uma possibilidade de "deseducar" estudantes que, alimentados por uma memória oficial excludente, aprenderam uma história que desvaloriza ou exclui pessoas negras nas narrativas de passado.

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>69</sup> WOODSON, Carter Godwin. **A des-educação do negro**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. SP: Companhia das Letras (Penguin Companhia), 2021, p.31.

Neste capítulo procurei sistematizar as linhas gerais que orientaram a elaboração do material didático *Vidas negras em Curitiba: histórias de escravidão e liberdade*, trazendo as implicações da pesquisa e do ensino na História Local, mostrando o quanto pode ser importante para que os estudantes atribuam sentido à História que estudam, relacionando-a às suas experiências de vida. Evidenciei também a relação entre a História Local e a elaboração de memórias e, destas, com a produção de identidades, sobretudo entre estudantes negros. Também ressaltéi o modo como o ensino de História Local aparece no currículo e no planejamento do ensino de história elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, tendo em vista os problemas que apresentam. Por fim, discuti as possibilidades que o ensino a partir de trajetórias negras pode representar para a construção de um ensino antirracista que confronte e supere identidade hegemônicas.

## 2. HISTORIOGRAFIA, ESCRAVIDÃO, PÓS-ABOLIÇÃO E O MOVIMENTO PARANISTA

O material de estudos composto neste trabalho contempla histórias de vida de pessoas que viveram na escravidão e que vivenciaram o imediato pós-abolição. Por isso, foi fundamental para a construção desse material acompanhar a produção historiográfica sobre esses temas, para que as questões, referenciais e tendências metodológicas do campo historiográfico pudessem orientar a abordagem de ensino aqui proposta. Neste capítulo, demonstro também a maneira como esses temas são abordados no currículo, no livro didático e no planejamento pedagógico da disciplina de História das escolas públicas do Paraná, de maneira a interpretar a relação entre historiografia e ensino. Por fim, faço uma análise do Movimento Paranista, tendo em vista a influência que teve na historiografia e no ensino de história sobre a escravidão e o pós-abolição no Paraná.

### 2.1 A ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA

A década de 1980 foi marcante no que se refere às formas de abordagem sobre a escravidão no Brasil. Nesse período, a História Social do Trabalho e da Escravidão ganhou força e, paulatinamente, frutificaram pesquisas que colocavam os trabalhadores escravizados como protagonista da história. Antes da década de 1980, analisa a historiadora Ângela de Castro Gomes, predominava nos estudos sobre a escravidão o mito do “escravo coisa”<sup>70</sup>: de um lado, havia obras, como *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, que defendiam o caráter não-violento da escravidão; de outro, com orientação marxista, havia estudos que em que os escravizados eram ou considerados vítimas destituídas de qualquer possibilidade de autonomia, ou rebeldes cuja única saída seria uma ação violenta.<sup>71</sup> Esse mito historiográfico (do “escravo coisa” ou do “escravo rebelde”), afirma a autora, passa a ser questionado quando a historiografia começou a problematizar a experiência do trabalhador escravizado e livre, para transformá-lo em “sujeito histórico autônomo na sociedade escravista, sendo capaz de representar o seu

---

<sup>70</sup> GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº34, julho-dezembro de 2004, p.163.

<sup>71</sup> Uma das obras marxistas mais representativas que constituem o mito do “escravo coisa” foi “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul”, publicado em 1961 por Fernando Henrique Cardoso. Por sua vez, uma das primeiras obras que inauguram o mito do “escravo rebelde” é “Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas”, publicado em 1959 por Clóvis Moura.

próprio mundo e nele atuar”.<sup>72</sup> Alguns autores pioneiros desse tipo de interpretação, segundo Gomes, foram João José Reis, Sidney Chalhoub e Hebe Mattos.

De fato, um dos marcos dessa mudança de paradigma na historiografia é a publicação em 1989 da obra *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, de João José Reis e Eduardo Silva. Nela, Reis e Silva destacam a heterogeneidade dos escravizados do ponto de vista ético, religioso e na forma como organizavam e praticavam resistência, inclusive por meio da negociação.<sup>73</sup> Nessa ótica, o escravizado não foi considerado passivo, nem mesmo como uma categoria homogênea. Tanto que, já na introdução dessa obra, os autores pontuam que os “os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situavam na sua maioria e na maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um pólo e outro”.<sup>74</sup> Por isso, no primeiro capítulo eles se dedicam a destacar os problemas da ideia de “escravo coisa”, uma vez que ela não permite analisar as barganhas e conflitos protagonizadas por escravizados, que ocorriam muitas vezes sem uma violência explícita, as quais são evidenciadas nos capítulos seguintes. Essa abordagem de Reis e Silva contribuiu significativamente para os estudos sobre a escravidão, que passaram a tratar esse contexto histórico de forma mais complexa, multiplicando as possibilidades de análise para além da dicotomia entre senhores e escravizados.

Outra obra importante na construção desse quadro historiográfico, que toma os trabalhadores escravizados como protagonistas, foi escrita por Sidney Chalhoub. Em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990), Chalhoub analisa processos judiciais e ações de liberdade de pessoas escravizadas mostrando como elas reagiram a situações de exploração consideradas inaceitáveis e como souberam se aproveitar da legislação emancipacionista (em especial da Lei do Ventre Livre) para garantir a liberdade, já vista, na década de 1870, como um direito reconhecido pela lei. O historiador, dessa maneira, evidencia estratégias de resistência por meio da negociação, da dissimulação e da desobediência, em que os escravizados passaram a utilizar o judiciário para moverem ações contra seus escravizadores. Um dos principais objetivos de sua narrativa, segundo o autor, é ressaltar trajetórias de vida que se contrapõe ao mito do “escravo-coisa”, e para isso cita a obra “Capitalismo e escravidão no Brasil Colonial”, de Fernando Henrique Cardoso, como exemplo

---

<sup>72</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.* p.164.

<sup>73</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. SP: Companhia das Letras, 2009.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p.7.

de tudo o que ele não iria sustentar em “Visões da liberdade”.<sup>75</sup> Dessa maneira, em várias passagens do texto Chalhoub constrói e relaciona a biografia de inúmeros escravizados, sendo ela o fio condutor de uma história que valoriza a experiência de escravizados e negros livres.

Essa valorização já estava presente na obra *Campos de violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*, publicada em 1988 por Silvia Hunold Lara. Nesse estudo, resultante da tese de doutorado defendida em 1986, a autora confronta concepções construídas por estudos que reforçavam o mito do escravizado passivo e, ao mesmo tempo, com o “silêncio da bibliografia” sobre movimentos de resistência de escravizados no Rio de Janeiro.<sup>76</sup> Ao analisar, sobretudo, processos cíveis e criminais, a autora se propôs a demonstrar como, a partir do estudo de casos em Campos do Goytacazes (RJ) — que era cenário de violência senhorial e intensa exploração econômica — havia negociação e conflito entre senhores e escravizados. Ao longo da narrativa, são citadas diversas ações judiciais, e por meio delas Lara evidencia uma série de trajetórias de homens e mulheres escravizadas, dentre elas a de Maria de Francisca Nunes da Silva: escravizada, ela foi vendida para outra família; descontente com isso, ela fugiu e voltou para a casa de sua antiga dona, Quitéria Maria de Jesus, com quem tinha boa relação.<sup>77</sup> Quitéria vivia separada do marido, o negociante Francisco Nunes da Silva, e essa certa independência lhe permitiu conceder a carta de liberdade à Maria. Contrariada com a perda da escravizada, a nova proprietária, Ana Maria Francisca, entrou na justiça requerendo o retorno ao cativo de Maria, mas perdeu a ação e teve de pagar todos os custos processuais. Esse caso citado por Silvia Lara ilustra o seu objetivo de realçar diferentes estratégias de resistência à escravidão e como esse aspecto pode ser evidenciado pelas histórias de fragmentos de vida de pessoas envolvidas nos processos judiciais pesquisados, abordagem que foi inovadora em seu estudo.

De forma semelhante, na obra *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)* (1995), Hebe Mattos dá relevância ao protagonismo de escravizados e libertos, cujas biografias são minuciosamente pesquisadas e costuradas umas às outras. Por meio da análise de inventários e notícias de jornal sobre crimes cometidos por escravizados, a historiadora identificou diferentes experiências de pessoas negras antes e depois da conquista da alforria, avaliando as diferentes concepções de liberdade que tinham, a depender de sua trajetória e contexto histórico. Somadas, essas histórias de vida mostram que

---

<sup>75</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.38.

<sup>76</sup> LARA, Silvia Hunold. **Campos de Violência**: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). RJ: Paz e Terra, 1988, p.144.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p.160-161.

a escravidão, mesmo na década de 1880, não estava esgotada por si só; seu esgotamento estava diretamente relacionado à crescente demanda por liberdades por parte dos escravizados. Além disso, a autora inovou ao ressaltar as experiências de ex-escravizados no pós-abolição, tendo em vista o impacto causado pelo racismo em suas trajetórias, mas também a importância das comunidades e laços familiares constituídos por homens e mulheres negras escravizadas e livres para conquistar a liberdade e enfrentar as dificuldades impostas pela alforria. De acordo com Mattos, essas relações comunitárias tinham “significados diferentes para livres e escravos. Enquanto para os primeiros era a condição em liberdade, para os segundos era, antes, uma tentativa para aproximar-se dessa experiência.”<sup>78</sup> Esse aspecto levantado por ela é fundamental para a compreensão de que as trajetórias de vida devem ser analisadas enquanto parte de uma coletividade, justamente porque essa foi uma estratégia de sobrevivência durante a escravidão e o pós-abolição. Por isso, essa obra de Hebe Mattos é uma referência importante para essa pesquisa no que se refere à escrita das biografias.

A relevância dada ao protagonismo e à relação entre as ações individuais e coletivas de escravizados se expressa, ainda na década de 1980, pela produção de narrativas biográficas desses sujeitos. Para Regina Célia Lima Xavier, o ano de 1988 inaugura na historiografia brasileira esse tipo de escrita, pois, nesse ano, a Revista Brasileira de História publicou, pela primeira vez no Brasil, a tradução de um trecho da biografia de Mahommah G. Baquaqua.<sup>79</sup> Sílvia Lara, responsável por organizar essa edição da revista, destaca na apresentação do periódico que a escrita da trajetória de Baquaqua é fundamental por revelar o mundo da escravidão “pelas mãos de alguém que a experimentou na própria pele”, reforçando essa nova tendência na História Social: o protagonismo do escravizados enquanto sujeitos da história.<sup>81</sup> Posteriormente a essa publicação, ressalta Regina Xavier, novos estudos que visavam valorizar a agência dos escravizados adotaram a escrita biográfica como forma de abordagem também utilizando documentação inovadora, como é o caso dos processos criminais.

---

<sup>78</sup> MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.59.

<sup>79</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. Autobiografias de escravizados e libertos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 67 (2023), p. 717-725.

<sup>80</sup> Nascido no Benin em 1824, foi sequestrado e levado a Olinda, e depois para o Rio de Janeiro, onde conseguiu entrar em um navio com destino ao Estados Unidos, local em que conquistou a sua liberdade. Baquaqua relatou a trajetória de vida ao abolicionista Samuel Moore, que a publicou em forma de biografia em 1854, no contexto de efervescência do movimento abolicionista estadunidense.

<sup>81</sup> LARA, Sílvia Hunold. Apresentação: biografia de Mahommah G. Baquaqua. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, p.270.

Na esteira dessa tendência, surgiram obras como a *Rosa Egipciaca: uma santa africana no Brasil* (1993), do historiador Luiz Mott; *Chica da Silva e o contratador de diamantes* (2003), da historiadora Júnia Ferreira Furtado; *Domingos Sodré um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (2008) e *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (1822 - 1853)* (2010), escrita por João José Reis Flávio do Santos Gomes e Marcus Joaquim de Carvalho. Em comum, essas narrativas tratam da trajetória dos escravizados com o objetivo de, por meio da narrativa biográfica, valorizar suas experiências, antes e depois da liberdade. Em todos os casos, evidenciam-se as diferentes formas de resistência e a superação da escravidão pelos biografados, mas sem reduzir suas vivências à violência que sofreram. A grande contribuição dessas obras foi, sobretudo, dar destaque à maneira como essas pessoas construíram a sua trajetória individual, familiar, social, política e religiosa.

Um exemplo de produção bem recente a partir de narrativa biográfica é a feita pelo historiador e quadrinista Marcelo D'Saete que, com a sua mais recente obra, a história em quadrinhos (HQ) *Mukanda Tiodora* (2022), venceu o prêmio Jabuti em 2023. D'Saete já havia recebido prêmios pelas suas HQ's anteriores, como *Cumbe* (2014) e *Angola Janga* (2017), na qual o autor enfatizava as ações de rebeldia aberta contra a escravidão, contadas pela perspectiva dos escravizados. Na mais recente obra, ele elabora uma narrativa de cunho mais biográfico, dando protagonismo à trajetória de Tiodora Dias da Cunha, uma mulher negra nascida no Congo e trazida para o Brasil como escravizada no século XIX. Tiodora, com ajuda de outro escravizado, Claro Antônio da Silva, escreveu cartas para seu marido e filhos na expectativa de que eles ajudassem na conquista da sua alforria. A partir das evidências constituídas por essas cartas, D'Saete introduz elementos ficcionais, construindo uma narrativa verossímil para a vida de Tiodora, aplicando a imaginação para narrar sua origem, o seu cotidiano e o desenlace do seu pedido por ajuda. Se nas outras obras o autor evidenciou a violência, aqui ele deixa clara a sua intenção de “mostrar alguns tipos de negociação nesse sistema escravista. O caminho de Tiodora, a escrita, era um deles”.<sup>82</sup>

O exemplo de Marcelo D'Saete retrata, portanto, a maneira como a escrita biográfica tem sido utilizada para dar protagonismo aos escravizados superando o as abordagens que resumem as experiências da escravidão à violência. Essa maneira de tratar escravidão é fundamental no ensino, pois permite ao professor abordar diferentes aspectos da escravidão (não só os relacionados aos castigos físicos), diferenciar cada contexto da escravidão,

---

<sup>82</sup> GABRIEL, Cláudio. HQ conta história de Tiodora Dias, escravizada que usou cartas para encontrar sua família e obter a alforria. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de dez. de 2022.

considerando a atividade econômica em que os trabalhadores escravizados estão inseridos; os ambientes (urbano/rural); a idade, o gênero, a origem dos escravizados, entre outros. Além disso, esse tipo de abordagem permite dar destaque à subjetividade dos escravizados, o que favorece uma maior sensibilização do estudante para a própria violência que a escravidão comportou. Assim, é possível pensar que a produção historiográfica oferece subsídios para que o professor, trate do tema da escravidão de maneira que permita superar a perspectiva que “coisificava” o escravizado, reconhecendo sua humanidade e seu papel como sujeito e protagonista da história. Essa é a perspectiva que meu trabalho visa contemplar, sendo o estudo de trajetórias um dos caminhos para isso.

## 2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO

A renovação no campo da historiografia da escravidão, que passou a considerar as ações de pessoas escravizadas e considerá-las sujeitos históricos, impactou o currículo das escolas públicas. No caso do Estado do Paraná, que é o que mais conheço, esse impacto ocorreu em especial na formulação do Referencial Curricular. Nele, os objetivos de aprendizagem da disciplina de História para o 8º ano do Ensino Fundamental, no que se refere à escravidão africana, agregam:

- a) Conhecer as constantes lutas pela terra, a cultura e as imposições civilizatórias e culturais dos povos originários e negros locais, regionais nacionais;
- b) Identificar e questionar o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas, problematizando as contradições entre as ideias liberais e a manutenção das pessoas em estado de escravização no Paraná e no Brasil do século XIX;
- c) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravização no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas, relacionando e problematizando o movimento paranista;
- d) Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiras na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil;
- e) Identificar e problematizar as teorias raciais presentes no Brasil, no final do século XIX, e a política do branqueamento (eugenia) da população, compreendendo as influências e consequências no estado do Paraná;

f) Confrontar fontes e documentos históricos diversos com as diferentes formas de resistência à escravidão.<sup>83</sup>

Observa-se que há uma preocupação com a escravidão africana no Paraná, levando em consideração aspectos importantes, como a luta pela terra, o impacto dos discursos civilizatórios, o legado da escravidão, as formas de resistência e, em especial, as consequências das teorias raciais; no Referencial, inclusive, é destacada a necessidade de o professor problematizar o Movimento Paranista. Embora não seja especificado qual a produção do Paranismo que deve ser questionada, pela tônica desses objetivos se presume que são as narrativas produzidas dentro do movimento sobre a escravidão e a população negra paranaense. A história regional, nesse sentido, emerge no Referencial Curricular para possibilitar ao professor a História do Paraná no contexto geral da história ensinada.

É bastante positiva, portanto, a forma de abordagem com que a escravidão africana no Paraná é proposta no documento curricular do Estado, pois além de orientar que esse conteúdo seja abordado pelos professores em sala, também indica que esse período da história não deve ser retratado somente a partir da violência, mas da resistência dos escravizados. É pertinente também a menção ao Movimento Paranista, uma vez viabiliza o educador a destacar o processo de tentativa de apagamento da história e da cultura africana no Paraná. Se analisado a partir da perspectiva de Tomaz Tadeu Silva, para o qual o currículo estabelece diferenças, hierarquias e produz identidades,<sup>84</sup> o Referencial oferece, apesar das limitações próprias de um documento curricular, possibilidades para valorizar aspectos do passado paranaense tradicionalmente negligenciados. Como consequência, outras identidades, mais plurais e igualitárias, podem ser construídas em sala de aula.

É importante observar que os aspectos positivos que se apresentam no Referencial Curricular em certo sentido estão presentes no material didático adotado pela SEED/PR<sup>85</sup>. No subcapítulo “A Abolição”, o autor cita que “enquanto durou a escravidão, houve resistência. Os escravizados resistiam por meio da desobediência, da fuga e formação de quilombos, dos levantes urbanos e da busca por praticar suas culturas e religiões”.<sup>86</sup> Na sequência, são citadas

---

<sup>83</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações**. Curitiba: Seed, 2018, p.483-484.

<sup>84</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<sup>85</sup> O Estado do Paraná escolhe, a cada 3 anos, coleções de livros didáticos para serem utilizados pelos professores. Em 2023, foi adotada, para o Ensino Fundamental — anos finais, da disciplina de História, a coleção da Editora FTD, intitulada *História: sociedade & cidadania*, elaborada por Alfredo Boulos Júnior. BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 8º ano**. São Paulo: FTD, 2022, p.230-231.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.230.

brevemente as revoltas ocorridas na Bahia no início do século XIX, e então é apresentada a biografia de Manuel Congo, escravizado que organizou em 1838 uma rebelião na região em que trabalhava como ferreiro, no Vale do Paraíba. É dedicada uma página a Manuel Congo, em que consta um texto elaborado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sobre a revolta organizada por ele, e também quatro perguntas sobre suas ações, a serem respondidas pelos estudantes. Nas duas páginas seguintes, o texto destaca a atuação do movimento abolicionista, nas quais são descritas as trajetórias de André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Joaquim Nabuco. Por fim, mais duas páginas são destinadas à análise da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários, especificamente de suas contradições e de como, ao redor do país, vários grupos políticos intensificaram a sua investida contra a manutenção da escravidão. Essa narrativa sobre o fim da escravidão no Brasil termina com um subcapítulo de duas páginas sobre a Lei Áurea, no qual o autor dá maior relevância à “vida difícil dos recém-libertos” e elenca de maneira resumida algumas estratégias utilizadas pela população negra para enfrentar esses desafios, como os clubes de lazer e a imprensa negra.

A abordagem para o estudo da escravidão observada no livro didático, nesse caso, dá ênfase às formas violentas de contestação à escravidão, e, ao mesmo tempo, dedica espaço considerável ao movimento abolicionista realizado nas tribunas do império brasileiro, utilizando como exemplo trajetórias de indivíduos negros. Além disso, o livro apresenta ligeiras referências ao associativismo e à imprensa negra. Nesse sentido, há paralelos entre o Referencial Curricular do Paraná e o livro didático utilizado nas escolas públicas do Paraná.

Um ponto do livro didático que poderia ser expandido, entretanto, diz respeito à maneira de representação da população negra no contexto do pós-abolição. Em sua narrativa, ainda prevaleceu a ideia que restringe a população negra a uma condição de sofrimento, diminuindo a sua agência política naquele contexto após a abolição. O processo de abolição da escravidão e a vida na condição de livres, portanto, poderia ser representado levando em conta outras experiências de homens, e, principalmente, de mulheres negras, sobre as quais há poucas menções no livro.

Apesar desses pontos positivos analisados, em sala de aula eles são pouco explorados. No planejamento online disponível aos professores, no qual constam o conteúdo das aulas e as apresentações de slides correspondentes, o livro didático é utilizado como base. Desse modo, os educadores abordam as unidades temáticas de acordo com a sequência e as escolhas de abordagem do livro didático, algo que dificulta, por exemplo, a realização de aulas sobre escravidão que levem em consideração o contexto do Paraná, já que este tópico não faz parte do livro e, portanto, não consta no planejamento — embora faça parte do Referencial

Curricular. Por este motivo, a utilização do material didático proposto torna-se necessário para o educador adaptar o currículo à realidade de sala de aula, ampliando as possibilidades teóricas e metodológicas para o ensino de história da escravidão do Paraná. No que se refere ao ensino do pós-abolição, essa ampliação se faz ainda mais necessária.

### 2.3 O PÓS-ABOLIÇÃO NA HISTORIOGRAFIA

Se essa abordagem a respeito da escravidão, levando em conta o protagonismo escravo e as diferentes possibilidades de resistência, já é consolidada na historiografia, são bem mais recentes os estudos sobre a vida da população negra após a conquista da liberdade, principalmente após a abolição da escravidão.

Para as historiadoras Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos,<sup>87</sup> tradicionalmente o período que se sucedeu à abolição foi analisado pela historiografia sob a ótica das elites e de projetos dominantes, negligenciando as experiências e expectativas dos próprios libertos. Por isso, segundo as autoras, era fundamental que a historiografia consolidasse os estudos sobre o pós-abolição de maneira a realçar as estratégias de sobrevivência, as demandas por cidadania e inserção social da população negra. Nesse sentido, elas desenvolvem várias possibilidades de análise desse campo de estudos, citando exemplos de ex-escravizados que buscaram autonomia, protegeram suas famílias e reivindicaram acesso à terra e a condições dignas de trabalho, desafiando a estrutura social e a racialização imposta pelas elites.<sup>88</sup>

Posteriormente, outros historiadores, como Flávio Gomes e Petrônio Domingues, ampliaram essas considerações de Ana Rios e Hebe Mattos. De acordo com eles, o pós-abolição não se restringe ao período imediatamente posterior à abolição – embora o comporte – mas se define a partir de tudo que diga respeito ao contexto de discriminação que incidiu sobre as pessoas negras na história do Brasil em toda a experiência de vida em liberdade. Assim, o pós-abolição contempla temas como o movimento operário, engloba os campos artístico e cultural, também o jornalismo, esporte, nas instituições, as religiosidades, as sociabilidades, entre outros. Dessa forma, pode-se considerar que os estudos do pós-abolição se constituem enquanto um campo de estudo que analisa essas temáticas citadas, mas dando enfoque às experiências da população negra.

---

<sup>87</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p.191.

Foi com esse intuito que Flávio Gomes e Petrônio Domingues organizaram a coleção *Experiência da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais do pós-abolição* (2011), obra na qual a escrita biográfica ganha bastante destaque.<sup>89</sup> Cito como exemplo o texto da historiadora Maria das Graças de Andrade Leal sobre a trajetória do intelectual negro Manuel Raymundo Querino.<sup>90</sup> Manuel Querino foi um escritor baiano que se destacou pela produção literária e jornalista entre os anos de 1903 e 1922. Nascido livre numa família de trabalhadores, dedicou-se desde jovem à causa operária. Ao abordar sua trajetória, Andrade Leal mostra como os escritos de Querino denunciavam a condição dos ex-escravizados e manifestaram apoio às reivindicações operárias. Além disso, traçando a própria trajetória de Querino, a historiadora evidencia a maneira como ele próprio construiu a sua carreira, os desafios enfrentados e, sobretudo, relaciona suas vivências individuais às mudanças ocorridas no espaço urbano, nas relações raciais e de trabalho. Com isso, além de valorizar a biografia e a produção literária de Manuel Querino, Andrade Leal também mapeia os espaços que frequentou (jornais, partidos políticos, irmandades), as alianças que selou, as pessoas com quem dividiu a sua vida pública, de maneira que, por meio da narrativa biográfica, ficou ressaltado todo um contexto relacionado à experiência da população negra de Salvador no pós-abolição.

Os demais artigos reunidos na coletânea também apresentam o pós-abolição a partir do protagonismo negro, abordagem que é bastante recente na historiografia. Conforme analisam as historiadoras Joseli Mendonça, Luana Teixeira e Beatriz Gallotti Mamigonian, enquanto as pesquisas nas ciências humanas sobre o período da escravidão passaram representar o escravizado não só enquanto vítimas, persistia sobre o pós-abolição uma perspectiva que ressaltava o racismo, a exclusão e as dificuldades enfrentadas pelos negros para obter postos de trabalho e exercer seus direitos políticos. De forma enfática, as pesquisadoras avaliam que

Pouco se olhava para a agência desses sujeitos, para a maneira como confrontavam os modos de produção de desigualdades, as alternativas que constituíam para enfrentá-los. Assim, a renovação efetivada no âmbito da produção da história da escravidão e do trabalho livre não alcançou [até os anos 2000] as questões relativas à experiência de homens negros e mulheres negras no contexto posterior à Abolição. Quando se problematizava o mundo do trabalho, esses desapareciam como sujeitos. Quando se problematizava sua integração na sociedade livre, eles se tornavam vítimas da anomia social decorrente da espoliação com que a escravidão os atingiu ou alvos do racismo que atualizava o processo de sua espoliação.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. SP: Selo Negro Edições, 2011.

<sup>90</sup> LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: um intelectual negro no contexto do pós-abolição na Bahia. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. SP: Selo Negro Edições, 2011, p.63-82.

<sup>91</sup> MENDONÇA, Joseli M N; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; TEIXEIRA, Luana. (Org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. 1ed. Salvador: Saga, 2020, p.12.

Uma das causas desse apagamento histórico, segundo essas autoras, era a maneira com que a própria historiografia — orientada pela História Social do Trabalho — enxergava o pós-abolição. Enfatizava-se a formação da classe operária por meio da influência anarquista e socialista, sobretudo pela presença do trabalhador de origem europeia, tido como responsável por trazer e espalhar os ideais revolucionários. Como resultado disso, o trabalhador passou a ser representado unicamente como um indivíduo branco. Assim, não foi problematizada a diversidade da composição da classe operária, principalmente não se levou em conta a grande concentração de homens e mulheres negras que trabalhavam em fábricas, comércios, ofício urbanos, muitos dos quais atuantes no movimento operário.

Essa forma de tratar o pós-abolição se alterou principalmente a partir da década de 1990, com pesquisas como as de Hebe Mattos — já citada anteriormente —, e Reid Andrews, por exemplo. Na obra *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1980)*, Andrews se utiliza de relatos de viajantes e depoimentos publicados em jornais para analisar como, no contexto de São Paulo, foram impostas dificuldades para a inserção da população negra no mercado de trabalho.<sup>92</sup> Até a sua publicação traduzida para o português, em 1998, ainda era enraizada a ideia de que, no pós-abolição, a população negra não conseguia competir no mercado de trabalho com os brancos, principalmente os europeus, porque não era alfabetizada e estava exposta à criminalidade. A impossibilidade de obter a cidadania plena seria então uma herança da escravidão e do preconceito racial originado dela — conforme afirmava o sociólogo Florestan Fernandes, cuja obra *Integração do negro na sociedade de classes* (1964) foi a principal constituinte dessa tese.<sup>93</sup> Pesquisando a experiência de trabalhadores negros paulistas, Andrews mostra como o Estado de São Paulo incentivou, por meio de leis e subsídios, a vinda de imigrantes europeus de maneira a tentar impedir o acesso da população negra ao mercado de trabalho, mas não pela sua baixa escolaridade, e sim porque eram trabalhadores que apresentavam demandas por condições mais favoráveis de trabalho — sobretudo para diferenciarem as condições do trabalho livre das condições impostas pela escravidão — e tinham experiências associativas. Nesse sentido, a escolha pela mão de obra de imigrantes se deu principalmente por estes questionarem menos as condições de trabalho que lhes eram oferecidas pelos pelo patronato.

---

<sup>92</sup> ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1980)*. Bauru: EDUSC, 1998.

<sup>93</sup> FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classes*. 6ª edição. SP: Editora Contracorrente, 2021.

De acordo com Silvia Lara, a grande contribuição de Andrews foi a ênfase dada ao modo como a experiência escrava “moldou as ações (e reivindicações) dos libertos no período do pós-abolição”, uma vez que ex-escravizados, por não aceitarem condições análogas à escravidão, eram mais exigentes do que imigrantes europeus para negociar condições de trabalho.<sup>94</sup> A partir disso, aquela suposta ruptura histórica após 1888 que substituiu o trabalhador escravizado negro pelo trabalhador branco e livre é profundamente questionada em relação à forma como o período do pós-abolição se constituiu a partir de relações que antecederam a própria Lei Áurea. Uma das obras que melhor explora esse aspecto é a tese de doutorado de Beatriz Ana Loner (1999)<sup>95</sup>, na qual essa historiadora pontua interdependências entre organizações abolicionistas negras e as futuras associações fundadas por trabalhadores negros no pós-abolição. Avaliando as características desses diferentes coletivos, Loner mostra como escravizados que participaram das lutas pela liberdade no Rio Grande do Sul (principalmente em Pelotas) posteriormente se tornaram protagonistas de sociedades cujos objetivos eram o combate à discriminação racial, à desigualdade social e a luta por direitos trabalhistas e pela criação de eventos e festividades culturais, como os clubes de samba e carnaval.

Para isso, Loner analisa a trajetória de alguns personagens que vivenciaram esses dois contextos, como é o caso de Antônio Boabad: nascido na condição de escravizado em 1858 na cidade de Pelotas, conquistou a sua liberdade na década de 1880, participou da fundação do Partido Republicano e de várias associações, dentre elas a Liga Operária; Boabad era chapeleiro e liderou a sua categoria em algumas ocasiões, dentre elas a greve de 1893, e também foi professor e um dos idealizadores do jornal *Alvorada*, para o qual contribuiu até 1907, quando faleceu aos 49 anos.<sup>96</sup> Antônio Boabad ilustra, portanto, essa nova perspectiva da historiografia em valorizar experiências de escravidão e liberdade, vinculando a luta pelo fim da escravidão com o pós-abolição pela ótica da população negra.

## 2.4 O ENSINO DE HISTÓRIA DO PÓS-ABOLIÇÃO

Essa abordagem do pós-abolição desenvolvida pela historiografia não se concretiza nas propostas de ensino apresentadas pela SEED aos professores: no planejamento online disponível ao professor, referente os três trimestres do 9º ano, há somente dois slides que tratam

---

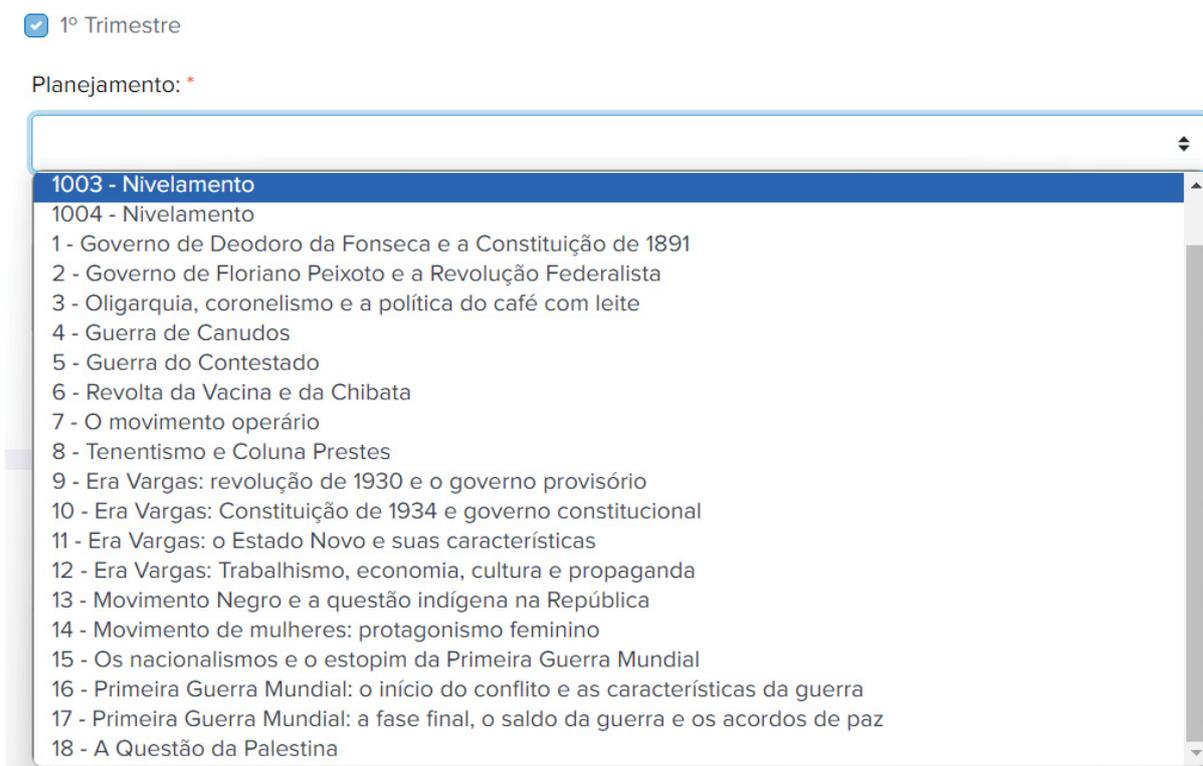
<sup>94</sup> LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, 16, fev. de 1998, p.37.

<sup>95</sup> LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas. 1888-1937**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.266-267.

de aspectos referentes à população negra: um sobre a Revolta da Chibata, e outro sobre o Movimento Negro. Nessa, discute-se informações sobre a desigualdade étnico-racial no Brasil, sobretudo em questões de trabalho, e então se inicia a apresentação de informações históricas, como: “O fim da escravização negra no Brasil não significou mais direitos. Acima vemos uma família negra no Rio de Janeiro, em 1910.” Em seguida, não há fontes e fatos históricos que mostrem quais direitos foram negados à população negra, menos ainda de que maneira ela lutou para conquistá-los. Depois disso, a aula parte para a origem da Frente Negra Brasileira, deixando de lado todas as lutas sociais anteriores à Era Vargas, perspectiva essa que se contrapõe ao próprio Referencial. Por sua vez, na aula planejada para o movimento operário na Primeira República, a ênfase se dá às condições de trabalho urbano naquele período, à influência dos imigrantes europeus para a formação de movimentos socialistas e anarquistas, à greve de 1917, à formação do Partido Comunista Brasileiro e às conquistas da classe trabalhadora ao longo desse período, principalmente após 1930.<sup>97</sup>

FIGURA 4 — CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO 9º ANO



Fonte: o autor (2024).

<sup>97</sup> Optou-se pela não reprodução de prints dessas apresentações de slides, pois ao final de cada uma delas, há um quadro em cor preta com o seguinte texto: “O RCO+aulas é um projeto da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e está em constante revisão. Todos os slides são de uso exclusivo dos professores da rede pública estadual de ensino com a finalidade específica de aplicação em sala de aula, sendo totalmente vedada a publicização, reutilização, reprodução total ou parcial para quaisquer outros fins”.

No livro didático de História escolhido para o 9º ano do Ensino Fundamental, esse cenário se repete. Ao total, são dedicadas 3 páginas para tratar do pós-abolição no Brasil, nas quais são problematizados aspectos pertinentes<sup>98</sup>: na primeira página, é citada uma parte do livro *Uma história da cultura afro-brasileira* dos autores Walter Fraga e Wlamyra R. de Albuquerque, em que se discute, para além da violência e exclusão social mesmo após a abolição, as lutas por terra e melhores condições de trabalho no campo pela população negra; na página seguinte, aborda-se a formação de periferias e o cotidiano enfrentado pela população negra no espaço urbano, bem como a formação do associativismo negro, cuja função e características são explicadas — há uma foto do Clube União Familiar, criado em 1896 por homens e mulheres negras; na terceira página, há narrativa sobre a natureza e os objetivos da imprensa negra, e por isso são citados vários jornais fundados por pessoas negras, dentre deles o *Clarim da Alvorada*, cuja foto da década de 1920 está impressa no livro; como complemento, há um trecho da obra *Negros e política (1888-1937)*, do historiador Flávio dos Santos Gomes, em que ele evidencia a importância social e política da imprensa negra na Primeira República.<sup>99</sup> Entretanto, nos demais conteúdos abordados pelo livro didático, os afro-brasileiros pouco aparecem em temas relacionados à Primeira República. Ao tratar do movimento operário, por exemplo, ressalta-se a presença dos imigrantes europeus como fator determinante para a lutas trabalhistas, como na deflagração da Greve de 1917, e não há menções sobre lideranças negras, sociedades operárias, etc.<sup>100</sup>

Essa representação da experiência do pós-abolição é problematizada por Luciano Roza em sua tese.<sup>101</sup> Embora tenha notado avanços nas abordagens de inúmeros livros didáticos, Roza mostra como ainda há persistência de narrativas didáticas pouco aprofundadas sobre o pós-abolição, que se restringem a pequenas menções dentro de capítulos mais amplos sobre a história nacional. Além disso, nos livros em que analisa, o autor afirma que há um foco para as dificuldades enfrentadas pela população negra, como desemprego, marginalização e ausência de políticas públicas, sem realçar a agência social e política dos negros naquele contexto. Embora o livro utilizado pela SEED seja mais atualizado em relação a essas problemáticas listadas por Roza, uma vez que há discussões sobre o associativismo e a imprensa negra, ainda se mantém uma dicotomia entre o trabalho escravo e o trabalho livre, sendo a população negra

---

<sup>98</sup> Ibidem, p.20-22.

<sup>99</sup> Optou-se pela não inserção de imagens do livro didático por questões de direitos autorais. Entretanto, ele pode ser acessado de maneira online, em arquivo postado pela própria editora. Disponível em: [https://issuu.com/editoraftd/docs/immp0000090083p240100208040\\_cara](https://issuu.com/editoraftd/docs/immp0000090083p240100208040_cara). Acesso em 31 de jul. de 2024.

<sup>100</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *Op. Cit.*, p.50-52.

<sup>101</sup> ROZA, Luciano Magela. **A história afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

pouco representada nos conteúdos de história no pós-abolição. No planejamento online da SEED/PR, esse cenário se acentua: é como se, acabada a escravidão, não houvesse mais negros no Paraná. Tomando como base Luciano Roza, que defende a produção de livros didáticos voltados para o protagonismo negro no pós-abolição,<sup>102</sup> o material didático proposto pode ser uma ferramenta para que o professor, ao abordar o pós-abolição, valorize as múltiplas experiências vivenciadas pela população negra naquele contexto.

## 2.5 NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIDÃO E DE LIBERDADE: HISTÓRIA DE UM APAGAMENTO

Predominou, por muito tempo, e talvez seja muito forte ainda hoje, a ideia de que tanto a escravidão quanto o pós-abolição não sejam temas relevantes nas interpretações/abordagens/narrativas de passado de Curitiba e do Paraná. Essa concepção resulta de uma construção ideológica e política que teve no chamado Movimento Paranista seu principal articulador, e cujo resultado é a prevalência do apagamento da população negra no ensino de história das escolas públicas do Estado.

De acordo com o historiador José Erondy Iurkiv, “Paranismo” é um neologismo produzido pelo historiador Romário Martins, que considerava que o termo servia para designar os que amavam “o Paraná” e “estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver enquanto civilização.”<sup>103</sup> Apesar dessa significação, conforme analisa Iurkiv, o Paranismo foi muito mais do que um sentimento: foi também um projeto historiográfico idealizado por Martins que definiu uma maneira de narrar a história do Paraná. Outros autores, como Luís Fernando Pereira, vão mais longe: o Paranismo, além de um projeto historiográfico, foi um Movimento organizado com ramificações nas artes, na política, na literatura, cujo papel foi a construção de uma identidade regional, isto é, de uma baliza que estabeleceu o que e quem é paranaense.<sup>104</sup>

Segundo a historiadora Barbara Fonseca, que produziu as pesquisas mais recentes sobre este tema, o Paranismo se traduziu em um Movimento principalmente entre 1927 e 1930, quando houve a “criação de estátuas, esculturas, quadros, músicas, festas, revistas e outras obras para exaltar o estado. Entre os principais símbolos dessas produções observamos a erva-

---

<sup>102</sup> *Ibidem*, p.190.

<sup>103</sup> IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. *Educere*, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002, p.131.

<sup>104</sup> PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: O Paraná inventado*: Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p.66.

mate, o Pinheiro do Paraná e o pinhão.<sup>105</sup> É desse período a publicação da revista paranista *Ilustração Paranaense* e do manifesto “Paranista”, de Romário Martins, no contexto de fundação do Centro Paranista.

Embora o intuito fosse a criação da identidade regional, um dos problemas enfrentados pelo Movimento Paranista foi a sua centralização em Curitiba, como se a cidade representasse todo o Estado. À medida que outras cidades do interior do Paraná cresceram e tiveram maior peso econômico, essa identidade vai se tornar limitada e insuficiente. Além disso, segundo Fonseca, após o golpe de 1930, que foi apoiado por muitos paranistas, teve fim no Brasil a política federativa, de maneira que a exaltação regional já não encontrava espaço<sup>106</sup>. Em Curitiba, o retorno do Paranismo se deu principalmente a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e com as comemorações dos 300 anos da fundação da cidade, por meio das quais vários símbolos paranistas foram retomados. Entretanto, afirma Fonseca, já nesse contexto os elementos paranistas são vistos como “paranaenses”, e não “paranistas”, e a sua existência não é creditada ao Paranismo: é como se sempre tivessem existido, sendo sua origem pouco questionada.<sup>107</sup>

Apesar de o Paranismo ter arrefecido após 1930, seu impacto na historiografia se manteve. É sintomático, por exemplo, que a obra tida como inaugural do Paranismo seja historiográfica, isto é, a *História do Paraná*, publicada por Romário Martins em 1899. No ano seguinte à sua publicação, foi adotada como livro oficial da história do Paraná em todas as escolas do Estado; teve reedições em 1937, 1953 e a última foi republicada em 1995.<sup>108</sup> Portanto, trata-se de um monumento que fez parte da construção da memória oficial do Estado.

Na *História do Paraná*, para explicar a formação da população paranaense, Romário Martins adapta a teoria das três raças de Von Martius no capítulo “Fatores Étnicos Fundamentais”.<sup>109</sup> De acordo com Iurkiv, Martins era adepto da teoria do darwinismo social, que defendia a política do embranquecimento racial.<sup>110</sup> Tanto que, em sua narrativa, embora não deixe de citar as populações indígenas do Paraná, elas são representadas de maneira romântica, reforçando o mito do bom selvagem. Já em relação aos africanos e seus descendentes, Martins não nega a escravidão, mas diminui a sua importância, pois, segundo ele,

---

<sup>105</sup> FONSECA, B. Paranismo, Neo-Paranismo e as Mídias Sociais: um estudo dos símbolos paranaenses na Gestão Greca a partir do Facebook (2016-2021). *Temáticas*, Campinas (UNICAMP), v. 29, 2021, p.194.

<sup>106</sup> FONSECA, B; *Op. Cit.* p.198.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.199.

<sup>108</sup> IURKIV, José E. *Op. Cit.* p.126.

<sup>109</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p.119-158.

<sup>110</sup> IURKIV, José E. *Op. Cit.* p.129-130.

a economia de pecuária no Paraná colonial prescindia de uma quantidade grande de trabalhadores escravizados, de forma que a sua presença foi menos notada se comparada com outras regiões do Brasil. O problema maior dessa análise, entretanto, concentra-se na inferência que faz do final do século XIX: para ele, enquanto a população negra representava cerca de 40% dos habitantes do Paraná no século XVIII, no período em que ele escreve ela estaria em vias de desaparecer, pois a vinda maciça de imigrantes europeus teria impacto de tal monta no Paraná, que as primeiras “raças”, a indígena e a africana, extinguíram-se. Em um capítulo seguinte, denominado “Novos Fatores Étnicos”,<sup>111</sup> essa visão sobre a história do Paraná é reforçada, pois nele o historiador reafirma a importância dos imigrantes europeus, de qualquer origem, como fator determinante para o desenvolvimento da “civilização” no Estado.

Vale ressaltar, todavia, que houve certo conflito no âmbito das elites sobre o papel que os imigrantes que chegaram ao Estado a partir de meados do século XIX tiveram na história paranaense. Conforme evidencia o historiador Alessandro Batistella, os luso-brasileiros que representavam a elite política e econômica do Paraná (como o próprio Romário Martins, cujo bisavô paterno foi cirurgião-mor da casa Bragança), mantiveram-se contrários à ascensão dos recém chegados imigrantes.<sup>112</sup> Isso não significava que eram contra a sua vinda: eram bem vistos enquanto trabalhadores, isto é, enquanto pessoas brancas de origem europeia, mas o seu papel deveria se limitar a isso. Somente na produção paranista da década de 1950 que essa correlação de forças se inverte, com a ênfase que Wilson Martins ressaltará aos imigrantes de origem alemã.

Entretanto, a influência da obra de Romário Martins será notada em várias obras historiográficas mesmo após a década de 1950, inclusive em autores que não se identificavam como “paranistas”. É por isso que Luís Fernando Pereira afirma que, no discurso histórico, o Paranismo continuou predominante, uma vez que a historiografia regional paranaense foi construída a partir dele.<sup>113</sup> Uma das explicações para isso está na própria constituição do Paraná enquanto Estado autônomo. Conforme evidencia Circe Bittencourt, após o advento do regime republicano, Estados como São Paulo e Minas Gerais passam a contar uma história regional para fortalecer as oligarquias locais e legitimar a sua condição de autonomia e especificidade, mas com o intuito de exaltar as contribuições do Estado à nação.<sup>114</sup> Bittencourt a chama de

---

<sup>111</sup> MARTINS, Romário. *Op. Cit.* p.347-366.

<sup>112</sup> BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados (UFGD), Vol. 6, n. 11, jan/jun 2012, p.5-6.

<sup>113</sup> PEREIRA, Luis Fernando L. *Op. Cit.* 11-12.

<sup>114</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História do Brasil nos Livros Didáticos. In: **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 1993, p.221.

“história regional ufanista”, e exemplifica com o caso de Tiradentes: ele se tornou um herói em Minas Gerais justamente porque teve alcance e importância nacionais. Diferentemente desses locais, o processo de construção identitária do Paraná – cuja autonomia política só se configurou em 1853 – foi mais tardia. Além disso, o Paraná não tinha o mesmo peso econômico de seu vizinho e historicamente teve menos personagens de alcance nacional. Como, então, construir uma história regional ufanista? Romário Martins foi um dos primeiros a tentar resolver essa questão, daí o surgimento do Movimento Paranista. Todavia, ainda em meados do século XX, o Paraná carecia de narrativas históricas que o colocassem enquanto protagonista da história nacional.

Frente a isso, a partir das décadas de 1950 e 60, época em que a Universidade do Paraná foi federalizada e que o curso de História foi aberto nesta instituição, surgiram novos empreendimentos historiográficos para elaborar uma história oficial do Paraná. O ano que demarca esse novo contexto é 1953, quando se comemorou o centenário de emancipação do Estado. De acordo com os historiadores Ana Maria Burmester, Francisco Paz e Marion Brepohl<sup>115</sup>, havia duas propostas de história regional paranaense, uma de Wilson Martins e outra de Temístocles Linhares. Para Martins, na obra *Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos da aculturação no Paraná* (1955) o Paraná tinha características naturais e sociais que o diferenciam substancialmente do restante do Brasil; a forma que ele encontrou para resolver esse dilema e incluir o Estado na história nacional foi buscar na sua diferença o que havia de semelhante. Segundo ele, o que tornava o Paraná singular era a imigração europeia, que trouxera a mentalidade urbana, burguesa, individualista e capitalista eliminando, assim, a influência portuguesa na sociedade paranaense, de maneira a possibilitar a modernização do Estado. A semelhança dessa característica com o restante do Brasil, ressalta o historiador, foi a vontade dos imigrantes de se adaptarem ao território paranaense, da mesma forma como os portugueses fizeram quando chegaram ao Brasil. O Paraná, nessa concepção, não deixava de ser Brasil, apesar de ser diferente. De forma semelhante, Temístocles Linhares, na obra *Paraná Vivo: Um retrato sem retoques* (1953) enfatizou o papel do imigrante europeu, sobretudo do alemão, segundo ele propenso a se adequar às novas terras e a desenvolver uma cultura do trabalho, da valorização da terra, da arquitetura e da própria administração estatal. Para Linhares, imigrantes europeus levaram o Paraná rumo à modernidade, dando ao Estado, pela primeira vez, projeção nacional.

---

<sup>115</sup> BURMESTER, Ana Maria et. Ali. Paranimismo em Questão: o Pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: CORRÊA, A. M. M. **República em migalhas — História Regional e Local**. SP: Editora Marco Zero, 1993, p.145-160.

Em ambas as histórias regionais ufanistas, o imigrante europeu é o que eleva a história regional. Ao dignificá-lo, a historiografia paranista necessariamente excluiu outros grupos sociais cuja importância histórica precisava ser negada ou diminuída. É o caso dos indígenas e dos africanos e seus descendentes. No Paraná, isso é bastante visível, porque o Movimento Paranista, ao tornar o imigrante europeu o marco zero da história regional, excluiu todos os grupos que o antecederam, negando, inclusive a experiência da escravidão. Wilson Martins chega a afirmar que não houve escravatura no Paraná.<sup>116</sup>

Como observou Durval Muniz Albuquerque Jr.,<sup>117</sup> há uma tendência forte nas historiografias regionais de reforçar identidades hegemônicas e poderes constituídos, isto é, a narrativa dos conquistadores, uma vez que pouco se questiona a maneira como as regiões se formaram historicamente — através de violências e apagamentos de memória. A própria palavra *regio* reforça esse caráter, aponta Albuquerque Jr., pois sua origem remonta ao Império Romano, quando era utilizada para se referir a um espaço ocupado pelos legionários. Ao contar a história de uma *regio* como se sempre fizesse parte do Império Romano, ocultando o processo que levou ao domínio daquele território, ou as resistências contra esse domínio, a historiografia fabricou um discurso legitimador do poder constituído. É exatamente isso que ocorre com as narrativas de passado construídas por Wilson Martins e Temístocles Linhares e pelas diversas obras que, mesmo depois do auge do Movimento Paranista, seguiram esse mesmo padrão de construção historiográfica.

Um exemplo de obra com esse padrão é *História do Paraná* (1969), volume 1, dos historiadores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen. Já na introdução da 2ª edição, escrita por Bento Munhoz da Rocha — que havia sido governador do Estado no centenário de emancipação —, há diversos parágrafos que reforçam uma identidade hegemônica, e que evidenciam a relação muitas vezes complementar entre a historiografia e a história oficial. Para ele, “Nenhuma região brasileira tanto quanto a paranaense, exige, atualmente, não apenas a ampliação das pesquisas de sua História, de que Romário Martins plantou os marcos definitivos, mas sobretudo, divulgação intensiva.”<sup>118</sup> E depois complementa:

---

<sup>116</sup> MARTINS, 1955, p.136 apud PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1990.

<sup>117</sup> JÚNIOR, Durval. M. de Albuquerque. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55–67, 5 jul. 2008. ‘

<sup>118</sup> ROCHA, Bento Munhoz da. Introdução. In: BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Vol. 1. Curitiba: Grafipar, 1969, p.11.

E o pioneirismo caracteriza, acima de tudo, o Paraná. No século XIX foram os europeus que o procuraram em grande escala. Neste século ainda, europeus, até agora em menor número, mas com projeto bem pensado, com organização, com planejamento. [...] Do amálgama de todas essas correntes humanas e da constância com que convergiram para o Paraná, pode-se criar aqui, um comportamento comum de atividade, iniciativa e independência. Não que o imigrante seja necessariamente o melhor, mas é sempre o mais corajoso. [...] O inconformismo, a não aceitação do convencional, do consagrado, a confiança na própria iniciativa e energia, numa palavra, o espírito pioneiro, marca o imigrante.<sup>119</sup>

Nestes trechos fica nítida a reverência a Romário Martins, e, por consequência, ao Paranismo, que não se traduz somente em homenagem, mas em um modelo para narrar história que enfatiza o imigrante europeu e atribui a ele o suposto sucesso econômico do Paraná no século XX. Além disso, Munhoz da Rocha reafirma qual seria o início dessa narrativa: “No começo foi a praia. Como em todo o Brasil, a civilização veio pelo mar. Paranaguá, a mais antiga cidade paranaense, é de 1648”.<sup>120</sup> Trata-se, portanto, de uma história do Paraná a partir da ocupação do território pelos portugueses, do litoral para o interior, privilegiando uma narrativa de conquista, que é complementada, de acordo com ele, pelo desenvolvimento político, crescimento demográfico e econômico do Estado. Não há menção, nesse modelo de escrita de história, a conflitos entre as elites, a existência de escravidão indígena ou africana ou a resistências e movimentos populares antes e após a abolição da escravidão.

A disposição de capítulos e os recortes temáticos da obra *História do Paraná* somente reforçam esse modelo narrativo evidenciado por Bento Munhoz da Rocha. Primeiro o ouro de Paranaguá, depois o povoamento de Curitiba, seguido pelos Campos Gerais e crescimento demográfico, para então chegar aos temas da economia de gado, da erva-mate, da emancipação política e do início da imigração europeia. Do período republicano em diante, segue-se uma narrativa fundamentalmente político-administrativa do Estado. As menções à escravidão indígena são raras, e mais raras ainda são as referências à escravização de africanos e seus descendentes. A história do Paraná começa, portanto, com a chegada dos portugueses. Os indígenas e afro-brasileiros somente serão retomados no volume 3, mas tendo diminuída a sua importância enquanto sujeitos históricos. Os povos nativos são referidos por suas lendas, religiosidade e língua, quase como uma figura mítica relegada ao passado, não fazendo parte do contexto presente. Os afro-paranaenses têm um capítulo próprio, intitulado “O elemento africano”, que é associado exclusivamente à escravidão, reforçando a perigosa sinonímia entre ser negro e ser escravo. Ao final desse texto, os autores chegam a afirmar que

---

<sup>119</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p.17.

O nosso querido Brasil se fez nas costas do negro e do indígena, devendo ao último a sua unidade de território...[...] Que a harmonia efetiva reine pois, neste legado heróico das duas raças subjugadas pela branca, que nos uniu a seu destino, no final das contas<sup>121</sup>.

A influência da tese de democracia racial fica evidente, bem como está ressaltada a ideia de que a escravidão é um problema do passado, que resistências a ela inexistiram e que o povo negro e indígena é somente vítima, e não protagonista da história. Por sua vez, após a abolição da escravidão é como se a população negra no Estado tivesse deixado de existir.

O Movimento Paranista impactou profundamente a construção da história e da memória oficial da cidade de Curitiba e do Estado do Paraná, pois a identidade criada pelos paranistas foi pensada a partir e para essa cidade, sendo ela uma espécie de “centro irradiador” da “civilização” paranaense. Um exemplo disso, mostra Batistella, foi a revista *Ilustração Paranaense*:

Ao longo de suas edições, a revista também contribuiu na criação de alguns slogans e mitos sobre a capital do estado. Nesse sentido, fomentou-se uma imagem (que seria consolidada ao longo dos anos após bem-sucedidas campanhas de marketing) eurocêntrica de Curitiba – “Curitiba, a cidade mais européia do Brasil”; “a Capital de Primeiro Mundo”; “a Capital Modelo”, entre outros –, cujo clima, inclusive, é parecido com o europeu.<sup>122</sup>

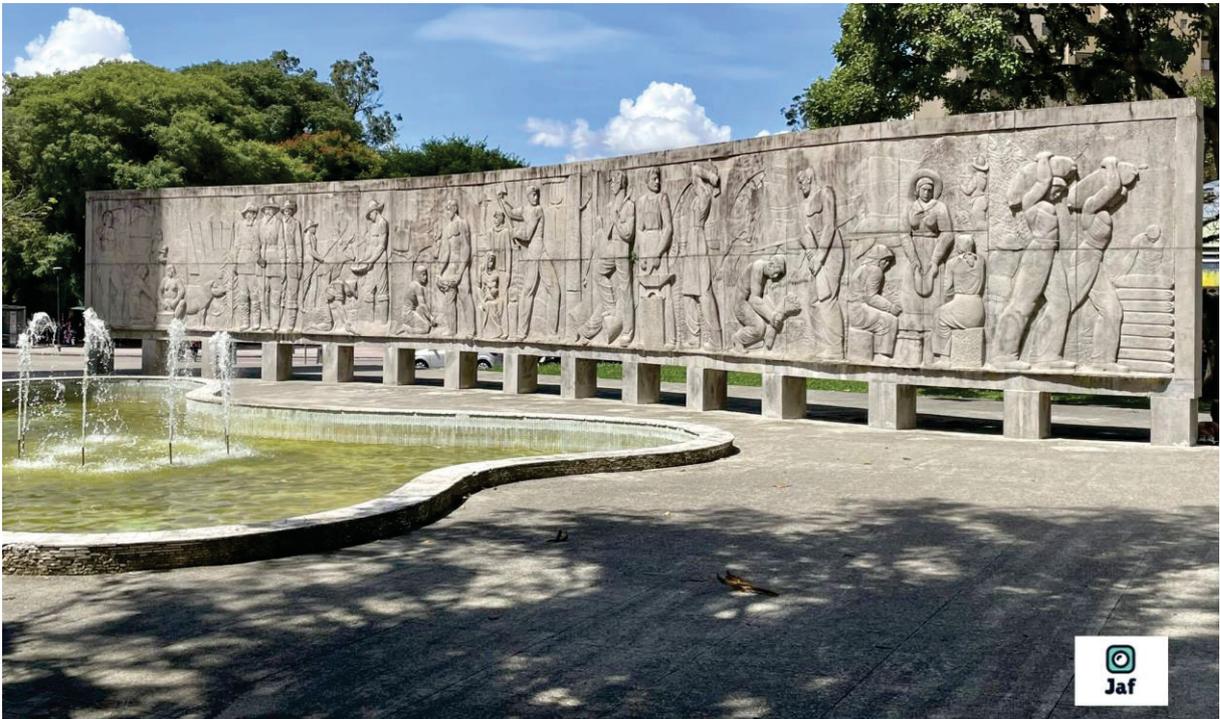
As narrativas de passado do Estado não se efetivaram apenas na produção historiográfica, mas se expressaram também em espaços públicos, especialmente os instalados quando das comemorações do centenário de emancipação do Paraná, realizadas na capital, para as quais foram construídos vários monumentos com influência paranista, a pedido do então governador Bento Munhoz da Rocha. Em um desses eventos, foi inaugurada a Praça Dezenove de Dezembro, no centro de Curitiba, na qual foram instalados dois painéis, um deles de autoria de Erbo Stenzel e outro de Poty Lazzarotto. Stenzel havia ganhado um concurso para projetar uma obra que representasse a história do Paraná — ela foi esculpida por Humberto Cozzo e inaugurada só em 1955. A obra divide a história do Paraná em ciclos econômicos e seu início é marcado pelo contato entre portugueses mineradores e os indígenas; as referências a outros grupos sociais se dá na medida da contribuição deles ao desenvolvimento econômico do Estado. A mensagem que o alto-relevo transmite é de que o Paraná foi construído por meio do trabalho árduo daqueles que se dedicaram ao progresso regional.

---

<sup>121</sup> CARDOSO, Rosy de Sá; FILHO, Leônidas F.; MICHAELE, Faris A. S.; RODERJAN, Roselys V.; WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Vol. 3. Curitiba: Grafipar, 2ª edição, 1969, p.111.

<sup>122</sup> BATISTELLA, Alessandro. Op. Cit. p.9.

FIGURA 5 – PAINEL EM GRANITO DOS CICLOS ECONÔMICOS DO PARANÁ, NA PRAÇA DEZENOVE DE DEZEMBRO



Fonte: Blog Galocha Cultural, 2024 Disponível em:  
<https://galochacultural.blogspot.com/2024/04/aspectos-da-praca-19-de-dezembro-praca.html> -  
Acesso em 01 de ago. de 2024.

O painel de autoria de Poty Lazzarotto é feito em azulejos e apresenta aspectos da história política do Paraná, reportando a conquista de seu território; nele aparecem, nesta sequência os seguintes personagens: jesuítas, bandeirantes, colonos imigrantes, terminando com a instalação da província, representada pela figura do primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos. Analisadas conjuntamente, ambas as obras reforçam o papel dos imigrantes europeus como força propulsora paranaense. Nelas, não há qualquer referência à população negra. É importante destacar, entretanto, que as duas obras foram encomendadas pelo Estado, não esgotando, necessariamente, a percepção dos artistas em relação a esse tema. Isso é bastante evidente no caso de Poty Lazzarotto, que representou em sua obra o povo negro e os operários – com os quais conviveu na Vila Tassi, onde viveu.

FIGURA 6 — PAINEL EM AZULEJOS DA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ, NA PRAÇA DEZENOVE DE DEZEMBRO



Fonte: Blog Fotografando Curitiba, 2015. Disponível em:

<https://www.fotografandocuritiba.com.br/2015/09/painel-de-poty-lazzarotto-na-praca-19.html>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

Na educação também predomina essa memória oficial que valoriza a presença de imigrantes e secundariza ou omite a participação de outros grupos populacionais no Estado e na cidade de Curitiba. É o que evidenciou a educadora Janeslei Aparecida Albuquerque que, ao analisar o livro-didático *Lições Curitibanas*, distribuído aos estudantes da rede municipal de Curitiba entre os anos de 1995 e 1997, mostrou como a narrativa desse material propagou uma visão idealizada da cidade, com formas e regras de comportamento, imagens de pontos turísticos e daquilo que seriam os curitibanos típicos: pessoas brancas, muitas das quais com trajes de inspiração alemã, polonesa, ucraniana e italiana. Por isso, a autora considera que, além dos monumentos públicos e dos discursos oficiais, essa imagem embranquecida da história de Curitiba também foi veiculada pelo currículo do município:

A simbologia expressa nesta coleção didática, interpretamos como uma extensão das representações que se fazem da cidade através de seu projeto urbano e de suas obras arquitetônicas. E, desde este ponto de vista, é uma visão única: a de seus idealizadores

e realizadores, intelectuais orgânicos das classes dominantes que reproduzem o ideário brancocêntrico europeu nas formas urbanas e arquitetônicas aqui desenvolvidas.<sup>123</sup>

Uma das razões para a manutenção dessa história e memória racista em Curitiba é a reabilitação do discurso paranista. A historiadora Bárbara Fonseca argumenta que a eleição de Rafael Greca de Macedo como prefeito de Curitiba em 1993 demarca esse resgate do Paranismo, chamado de “Neo-Paranismo”. Naquele contexto de comemorações dos 300 anos de Curitiba, diversos monumentos em alusão à história da cidade foram inaugurados ou começaram a ser construídos, como o Memorial de Curitiba. Em manifestações públicas, o prefeito ressalta o ufanismo, como fez em 2018, quando da abertura das festividades de Natal, ao entoar o Hino de Curitiba, protegendo-se com um guarda-chuva com desenhos de pinhões, um dos mais fortes símbolos do Paranismo.

FIGURA 7 — PREFEITO RAFAEL GRECA COM SÍMBOLO PARANISTA



Fonte: Canal Contraponto, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P-higgydu8s>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

Desde então e até o presente momento, seja via redes sociais, discursos oficiais ou mesmo construção de monumentos e espaços públicos, como o Memorial Paranista, inaugurado em 2020, o Paranismo é retomado enquanto identidade de Curitiba. Junto a esse retorno, recuperam-se ideias sobre a história da cidade que legitimam a sua imagem como “capital europeia”. Isso pode ser visualizado tanto no livro *Curitiba: Luz dos Pinhais*, obra de cunho historiográfico publicado por Rafael Greca em 2016, que glorifica toda a memória oficial da cidade, quanto num post que o próprio prefeito fez em seu perfil do X (*Twitter*):

---

<sup>123</sup> ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O Racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba**: Imaginário, poder e exclusão social. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2003, p.77.

FIGURA 8 — POST DE RAFAEL GRECA



Fonte: Rede Social de Rafael Greca 2021. Disponível em: <https://x.com/RafaelGreca/status/1421077609018953728>. Acesso em 30 jul. 2024.

O post é de julho de 2021 e faz clara referência à imagem de uma suposta “Curitiba europeia”, seja por conta do seu clima ou por conta da sua população de “DNA” europeu. Além disso, Greca também faz alusão a obra de Wilson Martins, *Um Brasil Diferente*, que cristaliza essa construção simbólica de Curitiba como um local branco e europeu sendo por isso diferente das demais cidades brasileiras. Nesse discurso, a desconsideração e, inclusive, a violência discursiva contra a população negra é notável.

À vista disso, pode-se afirmar que a historiografia, e também o poder público, representados no Movimento Paranista, construíram uma memória oficial de Curitiba que privilegiou as histórias de pessoas e grupos sociais de origem europeia. Outros grupos sociais, como é o caso da população africana, tiveram a sua história e a sua cultura apagadas da narrativa oficial. Sendo assim, foi negada a existência da escravidão em Curitiba bem como a agência social e política de pessoas negras na cidade durante e após a escravidão, conforme também

argumenta a historiadora Joseli Mendonça.<sup>124</sup> Uma das áreas mais impactadas por esse projeto de escrita e divulgação dessa história foi o ensino.

Desse modo, a produção do material didático realizada por mim no âmbito do PROFHISTÓRIA, além de se contrapor à história oficial de Curitiba, visa mudar a maneira como o ensino de história é realizado, sobretudo quando trata das temáticas da escravidão e do pós-abolição, pois ainda se percebe a continuidade de muitos elementos do discurso oficial propagado pelo Movimento Paranista sobre a história de Curitiba e do Paraná. Essa continuidade é observada, sobretudo, no planejamento e materiais disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná ao professor.

Também o livro didático oferecido, embora contenha discussões mais aprofundadas sobre a escravidão e o pós-abolição pela perspectiva do protagonismo negro, possui as suas limitações, seja por causa de questões editoriais, como a quantidade de páginas e a distribuição para todo o país, ou de escolhas do próprio autor, que concentra sua análise abordando contextos da região Sudeste. Por isso, o material didático por mim elaborado pode ser um apoio ao educador do Estado do Paraná e em especial da cidade de Curitiba. Ao dar destaque aos personagens negros de Curitiba, pretendo também que o material seja uma ferramenta para auxiliar na superação da memória oficial da cidade.

Neste capítulo fiz um balanço da renovação historiográfica nos estudos sobre a escravidão e o pós-abolição no Brasil. Além disso, fiz um balanço do atual cenário do ensino sobre a escravidão e o pós-abolição nas escolas públicas do Paraná, demonstrando os avanços que o currículo, o livro didático e o planejamento online da SEED/PR trazem para a abordagem da história da população negra paranaense antes e depois da abolição, bem como as suas limitações. Por fim, analisei de que maneira as pesquisas e o ensino dessas temáticas foram e ainda são impactadas no Paraná tendo em vista a produção do Movimento Paranista. Nesse sentido, ressaltei que o material didático que elaborei objetiva justamente ampliar as possibilidades que o professor tem para trabalhar em sala de aula sobre as temáticas referidas.

---

<sup>124</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, Africanos e Afrodescendentes na 'Cidade mais Europeia do Brasil': identidade memória e História Pública. **Tempos Históricos**, Cascavel PR (EDUNIOESTE), v. 20, 2016, p. 229-232.

### 3. HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE EM UMA CURITIBA NEGRA

Neste capítulo, elenco e analiso as obras historiográficas que tratam de trajetórias de escravizados e libertos em Curitiba, no sentido de evidenciar que existem narrativas sobre a história da cidade que valorizam as pessoas negras. Em seguida, escrevo sobre o contexto e as características específicas da escravidão e do pós-abolição em Curitiba, com a escrita da história de vida de personagens cujas trajetórias são centrais no material didático que produzi (apêndice 1 e 2): João Baptista Gomes de Sá, Vicente Moreira de Freitas, Leocádio Júlio de Assunção, Benedito Candido, Candido Ozório, Isidoro Mendes dos Santos, Norberto Garcia, Sebastiana Garcia, Olympia de Assunção Freitas e Eugenia Alves de Araújo. Junto a isso, apresento e explico os temas que estão relacionados a essas trajetórias, como: as irmandades, o associativismo, o trabalho, a família, o ensino, as festas e outras práticas culturais, a partir da História Local. É importante destacar que as trajetórias narradas abaixo são algumas dentre tantas que poderiam estar nessa dissertação. Fiz o recorte especificamente dessas pessoas pois, além de conhecê-los enquanto escravizados, é possível rastrear as suas histórias de vida após a conquista da liberdade.

#### 3.1 ESCRAVIDÃO EM CURITIBA

Os primeiros estudos sobre a escravidão no Paraná são da década de 1960. Octávio Ianni, em *As metamorfoses do escravo*, publicado em 1962, dedicou considerável espaço para abordar a escravidão no sul do Brasil, em especial no Paraná. Anos mais tarde, na obra *História do Paraná* (1969), Altiva Balhana e Cecília Westphalen fizeram o mesmo, a partir de uma análise demográfica da população paranaense, tendo como base listas nominativas.<sup>125</sup> Carlos Roberto Antunes dos Santos, em sua dissertação de mestrado intitulada *Preços de Escravos na Província do Paraná, de 1861 a 1887* (1974) seguiu essa mesma abordagem, bastante influenciada pela história social francesa.<sup>126</sup> Estudos da década de 1980 foram também foram

---

<sup>125</sup> BALHANA, Altiva P; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Vol. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

<sup>126</sup> SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887** (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos). Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 1974.

basilares para a compreensão da economia escravagista no Paraná, especialmente os de Horacio Gutiérrez<sup>127</sup> e Márcia Elisa de Campos Graf.<sup>128</sup>

Ainda que com suas particularidades, todos esses estudos foram fundamentais para afirmar e consolidar a compreensão de que: a) existiu escravidão no Paraná; b) a escravidão foi a base econômica, social e política do Paraná por séculos; c) os escravizados no Paraná eram numerosos e cumpriam diferentes funções, no campo e nas cidades, a depender das localidades analisadas; d) havia violência e repressão contra os escravizados no Paraná, bem como grupos políticos contrários à abolição. Embora a primeira afirmativa – houve escravidão no Paraná – possa ser óbvia, não é de se supor que foi unanimidade entre os intelectuais paranaenses. Tanto que Cecília Westphalen, quase 30 anos depois da publicação da obra *História do Paraná*, escreveu um artigo cujo título é “Afiml, existiu ou não, regime escravo no Paraná?”.<sup>129</sup> Como vimos no capítulo anterior, houve um esforço político, historiográfico, artístico, etc., para o apagamento da história da população negra no Paraná, que passou pela negação da escravidão.

Apesar de sua importância, esses estudos sobre a escravidão no Paraná possuem, a meu ver, suas algumas limitações. Uma delas é o fato de tratarem de uma perspectiva unicamente quantitativa, bastante baseada na demografia. Nesse sentido, conforme aponta Thiago Hosinho, a primeira obra a representar os escravizados da região do Paraná enquanto sujeitos e protagonistas da história, tendo em vista as suas diferentes formas de agir sob a escravidão, foi o historiador Eduardo Spiller Pena; além disso, Pena inovou também ao estudar a escravidão na Comarca de Curitiba, mostrando como esse regime sustentou as elites locais.<sup>130</sup> A partir da análise da literatura, relatos de viajantes, listas nominativas, inventários e fontes jornalísticas, Pena ofereceu uma compreensão do período escravocrata que ressaltou dos escravizados, dando destaque à sociabilidade negra, como as festas e os laços familiares, às fugas e à conquista da alforria, além das ações de roubo e violência contra os escravizadores.<sup>131</sup> Comparativamente, mostrou as tentativas de repressão a essas agências escravas, realizadas por meio de ações

---

<sup>127</sup> GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, vol. 8, n. 16 São Paulo, mar/ago 1988, p. 161-188.

<sup>128</sup> GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

<sup>129</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. Afiml, existiu ou não, regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH**, n. 13. Curitiba: 1997, p. 25-63.

<sup>130</sup> HOSHINO, Thiago de Azevedo P. **Entre o espírito da lei e o espírito do século**: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão. Curitiba (1868-1888). Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, p.39.

<sup>131</sup> PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1990.

policiais, e analisou e os dispositivos legais criados pelas elites para impedir a sociabilidade entre os negros.

De acordo com Eduardo Spiller Pena, a escravidão africana em Curitiba e arredores no século XIX apresentou características específicas. Entre 1872 e 1873, foram matriculados 2597 escravizados nessa região, a maioria deles de origem crioula, isto é, nascida no Brasil, com certo equilíbrio entre homens e mulheres.<sup>132</sup> Comparada a outros municípios daquele período, a Comarca de Curitiba tinha uma população pouco numerosa de cativos, o que não significava, entretanto, que possuir um escravizado fosse algo raro: em cerca de 30% das casas daquele período, havia de 1 a 4 escravizados. Para o historiador, isso evidencia que, embora o preço dos escravizados fosse alto e, por isso, restrito às elites, existia uma certa “democratização” entre os proprietários de escravizados. O efeito disso, atesta ele de forma irônica, foi uma maior estabilidade do sistema escravista em Curitiba: “nas últimas décadas da escravidão local, o ‘Brasil diferente’ idealizado por W. Martins, embranquecido e europeizado, não havia ainda conquistado a alma e o ‘coração’ destes poderosos proprietários curitibanos”.<sup>133</sup>

Outra característica específica da Comarca de Curitiba, segundo Pena, era uma certa preponderância da escravidão rural. Dos 2597 escravizados, 52,7% foram classificados como da “lavoura”, compreendendo lavradores, roceiros e demais trabalhadores do campo; 42,4% eram cozinheiros, copeiros e outros ofícios domésticos; e 3,9% eram artesãos, isto é, trabalhadores urbanos com alguma especialidade: construtores, serralheiros, etc. Dessa classificação, de acordo com o historiador, não entraram as profissões de jornaleiro, carroceiro e lavadeira, possivelmente por serem executadas por escravos de ganho.<sup>134</sup> As funções domésticas eram exercidas, majoritariamente, por mulheres (87%), e as de artesão por homens, quase na totalidade (98%). Na lavoura, 75% dos cativos eram homens. Embora fosse mais comum a predominância de escravizados da lavoura em distritos mais rurais da Comarca de Curitiba, estando os domésticos e artesãos localizados sobretudo no centro urbano da cidade, é notável, segundo ele, a presença de lavradores na capital, que representavam 42% do total de cativos do município — dado que desmistifica a tese de que, em Curitiba, só havia escravidão em serviços urbanos no final do século XIX.<sup>135</sup> Os ofícios exercidos por pessoas escravizadas e a importância dessas atividades na produção rural e na estruturação urbana são um dos aspectos tratados no material didático elaborado neste trabalho.

---

<sup>132</sup> PENA, Eduardo S. *Op. Cit.* p.33.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p.103.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p.64-65.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p.10.

Muitos desses escravizados lavradores trabalhavam, sobretudo, nos engenhos de beneficiamento de mate localizados nos arredores de Curitiba. Pena encontrou 110 inventários de escravagistas no município documentados entre 1871 e 1887; desses, 46 tinham atividade na economia do mate, seja por meio da posse de ervais, de empresas de transporte de mate ou de beneficiamento e embalagem do produto. Inclusive, o historiador contabilizou que esses ervateiros possuíam, em geral, mais de 5 escravizados, superando a média do município. Em vários casos analisados, Pena observou que, mesmo diante da diminuição da população de escravizados da Comarca de Curitiba nesse período, ocasionada pela venda de cativos aos centros paulistas produtores de café, a quantidade de escravizados trabalhando na economia de mate aumentou.<sup>136</sup> O principal fator desse predomínio da economia do mate, que permitiu aos “barões” ervateiros continuarem a adquirir escravizados, foi a Guerra do Paraguai, já que o Paraguai, principal concorrente do Brasil na produção do mate, saiu fragilizado do conflito. Por esse motivo, Pena afirma que seria difícil “imaginar que a exploração do trabalho escravo tenha sido preterida pelos “barões” do mate”.<sup>137</sup>

Um desses trabalhadores escravizados do mate era Leocádio Júlio de Assunção, cuja trajetória já foi analisada anteriormente por outros historiadores. De acordo com o próprio Leocádio, ele nasceu em 1860 na região da Praça Zacarias, em Curitiba.<sup>138</sup> Seu dono chamava-se Bento Florencio Munhoz, para quem cumpria serviços domésticos: cuidava do quintal, do jardim e da casa; no tempo livre, gostava de roubar frutas das fazendas vizinhas, peripécias que lhe rendiam duros castigos aplicados pelo seu senhor. Na adolescência, Leocádio passou a pertencer ao irmão de Florêncio, Caetano José Munhoz, pois seu antigo dono havia falecido. Caetano “morava muito longe da cidade”, no Alto da Glória, e, segundo Eduardo Spiller Pena, ali ele tinha um engenho a vapor, onde beneficiava mate. Quando faleceu, em 1877, faziam parte do seu espólio 10 escravizados especializados na produção da erva, e certamente Leocádio era um deles, já que pertencia à família quando do falecimento de Caetano.<sup>139</sup> Leocádio é um dos personagens que compõem a rede de escravizados e livres negros apresentada no material didático que elaborei.

A trajetória de Leocádio, cruzando-a com as de outras pessoas negras do período, permitiram abordar, no material didático, questões relativas à conquista da alforria e construção da liberdade pois, no contexto vivenciado pela família Munhoz, Leocádio firmou um contrato

---

<sup>136</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p.98.

<sup>138</sup> Diário da Tarde, 13 de mai. de 1939, p.4.

<sup>139</sup> PENA, Eduardo S. *Op. Cit.* p.99-100.

com a Narcisa Munhoz, que lhe garantiria a liberdade após cumprir mais 7 anos de trabalhos forçados. Certamente ele tinha conhecimento dos direitos previstos pela Lei do Ventre Livre, dentre eles o da compra da alforria pelo escravizado, e os utilizou como estratégia de resistência contra a escravidão. Leocádio, entretanto, não conseguiu realizar o seu sonho pois o engenho de Narcisa Munhoz decretou falência, sendo adquirido por sua maior credora, a firma Silva Irmãos e Silva. Quem passou a administrá-lo foi o imigrante italiano Francisco Fido Fontana, de quem, segundo Leocádio, ele teria sido escravizado até a Lei Áurea, trabalhando no beneficiamento da erva-mate. Quando enfim a Abolição foi decretada, o sentimento dele foi de “um sonho que se realizou” conforme lembrou ao jornal.

Outra experiência escrava, analisada por Spiller Pena, é a do sapateiro Barnabé. Nascido em São José dos Pinhais e residente em Curitiba, ele apresentou, em agosto de 1880, aos 33 anos, uma petição ao juiz municipal de Curitiba. Nessa petição, solicitava a sua liberdade, devido ao abandono a que era submetido pelo seu senhor, o Reverendo João Baptista Ferreira Bello. Barnabé se valia da Lei do Ventre Livre, que estipulou a possibilidade da alforria aos escravizados em situação de abandono. Pena reconstrói a trajetória de Barnabé, principalmente a partir de 1872, quando conseguiu se tornar um escravo de ganho. Em troca de uma quantia de 15 mil reis mensais que enviava ao seu senhor, tinha a liberdade para morar em Curitiba, onde estabeleceu grande clientela. Apesar disso, ainda existia a possibilidade de ser alugado, hipotecado ou mesmo vendido, e por isso entrou com a petição para garantir a sua liberdade de fato, já que não dispunha da quantia necessária para comprar a sua alforria. Apesar de perder na justiça e continuar na condição de escravizado, essa mobilização de Barnabé impediu a sua venda, e assim ele pôde manter a sua vida em Curitiba.<sup>140</sup>

Na dissertação de Pena, há inúmeros outros casos em que o autor consegue reconstituir a trajetória de escravizados. Por meio de fragmentos de trajetórias de vida de pessoas escravizadas - que podem ser descritas acessadas porque à medida que o escravizado entrou em choque com o Estado, foi produzida documentação sobre ele. Conforme defende o historiador, ele buscou, evidencia que no interior da violência da escravidão,

Comportamentos e posturas até mesmo implícitos ou não percebidos como demonstração de enfrentamento pelos seus adversários, mas que os levou a tentar alcançar um maior nível de dignidade em sua condição. Em suma, escravos que, mesmo numa situação de ‘beco sem saída’ da escravidão, puderam atuar e interferir oportunamente no direcionamento de suas vidas, constituindo-se como sujeitos de sua própria história.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> *Ibidem*, p.322.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p.181-182.

A obra de Eduardo Spiller Pena, nesse sentido, é a base para a escrita do material didático de duas formas: a primeira, por oferecer informações sobre o contexto da escravidão em Curitiba; e a segunda, por ressaltar experiências de contestação à escravidão por meio do estudo de trajetórias individuais, como a de Barnabé, que é citado no produto didático elaborado.

Outra obra que foi fundamental para a constituição do material didático é a dissertação do pesquisador Thiago Hoshino.<sup>142</sup> Nela, Hoshino faz uma brilhante análise de várias ações de protagonismo negro na Comarca de Curitiba que se deram no campo da justiça: escravizados que denunciaram seus donos por maus-tratos, demandaram na justiça para requerer a liberdade, entre outras ações. Além de Barnabé, já evidenciado por Pena, o historiador apresenta a história de João Baptista Gomes de Sá, bem como das associações das quais fez parte.<sup>143</sup> João Baptista nasceu escravizado, conquistou a liberdade e depois trabalhou como oficial de justiça em Curitiba; também fez parte da gênese da Sociedade Protetora dos Operários e da Sociedade Treze de Maio. O historiador igualmente recuperou a história da *Sociedade Ultimatum*,<sup>144</sup> grupo que atuava na clandestinidade, facilitando e auxiliando a fuga de escravizados do Paraná para regiões onde a escravidão já estava abolida — como Montevidéu, através do Porto de Paranaguá. Um dos membros dessa associação, segundo ele, foi Benedito Candido. João Baptista Gomes de Sá, Benedito Candido e a *Sociedade Ultimatum* são abordados no material didático.

João Baptista Gomes de Sá e Barnabé Francisco Vaz são retomados em outros estudos historiográficos que também foram utilizados para a elaboração do material. Em sua dissertação, a historiadora Noemi Santos da Silva aborda a instrução formal na Província do Paraná, principalmente entre as décadas de 1870 e 1880, com enfoque na reivindicação e conquista do acesso à escola por escravizados, libertos e trabalhadores.<sup>145</sup> Ao analisar o surgimento de escolas públicas para adultos na província do Paraná a partir de 1882, em virtude da lei eleitoral de 1881 que proibiu o voto de analfabetos e adotou eleições diretas para o legislativo, Silva evidencia que boa parte dos estudantes matriculados eram homens negros: em 1882, dos 361 estudantes regulares, 71 eram escravizados; em Curitiba, dos 70 alunos, 12 eram

---

<sup>142</sup> HOSHINO, Thiago de Azevedo P. **Entre o espírito da lei e o espírito do século**: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão. Curitiba (1868-1888). Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p.130; 314; 331-332; 403.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.364.

<sup>145</sup> SILVA, Noemi Santos da. **O "batismo na instrução"**: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial. Dissertação (Mestrado em História): Curitiba: Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 2014.

escravizados e a maioria dos demais eram trabalhadores negros livres.<sup>146</sup> Um desses alunos foi o sapateiro Barnabé, de quem João Baptista Gomes de Sá foi colega de classe na escola noturna da Câmara Municipal de Curitiba.<sup>147</sup>

Barnabé Francisco Vaz também foi protagonista de um recente estudo do PROFHISTÓRIA sobre a escravidão e o pós-abolição em São José dos Pinhais. Em sua dissertação, a historiadora Leticia Cristina Pires valoriza a história afro-brasileira de São José dos Pinhais, que por muito tempo foi apagada da memória oficial do município, a partir do estudo de trajetórias, dentre elas a de Barnabé, cujo escravizador morava em São José.<sup>148</sup> Como resultado de sua pesquisa, Pires montou um percurso com seis pontos, localizados em espaços da cidade que fizeram parte das trajetórias de vida que analisou (está disponível online neste [link](#)). A base teórica e metodológica de sua perspectiva é muito semelhante à minha, e por isso seu estudo serviu como base para o desenvolvimento do material didático.

Ainda em relação a trajetória de homens e mulheres que nasceram na condição de escravizado, um importante estudo sobre ofícios de pessoas escravizadas e estratégias de liberdade é o Joseli Mendonça e Pamela Fabris, que destacaram em especial as experiências de escravizados que viveram no ambiente urbano.<sup>149</sup> Um dos ofícios importantes, segundo as autoras, era o de pedreiro, exercido, entre outros, por Vicente Moreira de Freitas, personagem que escolhemos para ser o fio condutor da narrativa de trajetórias de vida que apresento no material didático que produzi. De acordo com Mendonça e Fabris, Vicente Moreira de Freitas nasceu em Curitiba no ano de 1857 na condição de escravizado.<sup>150</sup> Era filho de Mathildes, escravizada por João José de Freitas. Antes de ser livre, Vicente havia sido submetido à escravidão pelo empreiteiro José Moreira de Freitas, que era parente de João José. Do primeiro dono, adotou o sobrenome por obrigação. Do segundo dono, adotou, possivelmente, como estratégia.<sup>151</sup> Isso se pode inferir pelo fato de José Moreira de Freitas ser um reconhecido construtor em Curitiba: sob sua direção foram construídas a Catedral de Curitiba, Igreja Matriz, o Teatro São Theodoro, o Teatro Hauer e a Igreja do Bom Jesus, obras nas quais Vicente trabalhou. Ao conquistar a liberdade, adquirida por meio da compra da carta de alforria, o

---

<sup>146</sup> *Ibidem*, p.128-130.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p.177.

<sup>148</sup> PIRES, Leticia Cristina. **Presença negra em São José dos Pinhais**: percurso para ensinar e aprender história. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA -, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2022.

<sup>149</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; FABRIS, Pamela Beltramin. Freitas e Brito: trajetória de uma família negra na Curitiba do final do século XIX e início do XX. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: Associativismo e Trajetórias Negras. 1ed. Salvador: Sagma, 2020.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.228.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p.233.

sobrenome Moreira pode ter lhe garantido novos trabalhos como pedreiro, profissão que exerceu durante toda a vida, além de lhe garantir renome, sendo, portanto, uma estratégia para para se favorecer e facilitar sua inserção social no contexto do pós-abolição.

Ofícios de escravizados são destacados também no estudo de Thiago Hoshino.<sup>152</sup> O autor destaca, por exemplo, que escravizados pedreiros na cidade foram fundamentais na construção da Catedral Basílica de Curitiba. Junto a Vicente, nela trabalhou Norberto Garcia, homem negro também nascido na condição de escravizado, filho de João e Thereza, pertencentes ao oficial da guarda nacional, Francisco Ferreira Alves.<sup>153</sup> Embora sua data de nascimento seja desconhecida, Carolina Moises e Pamela Fabris descobriram importantes informações sobre sua trajetória: foi casado com Sebastiana Garcia, nascida em Votuverava no ano de 1838, com quem teve 2 filhas ainda em cativeiro: Maria Luz e Maria Thereza. A cerimônia matrimonial somente foi realizada após a Lei Áurea, que libertou ambos. A informação de que Norberto teria sido pedreiro e trabalhou na edificação da Matriz foi dada por sua própria esposa, numa entrevista ao jornal Diário da Tarde em 1951, quando tinha seus mais de 110 anos. Além dele, foi também operário dessa obra o escravizado Isidoro Mendes. De acordo com Thiago Hoshino, Isidoro trabalhou nessa condição até 1888.<sup>154</sup> Embora não haja registros de sua vida antes disso, Mendes se fez presente em inúmeros eventos após sua emancipação, dentre eles, a fundação da Sociedade Beneficente Treze de Maio, da qual também participaram Vicente e Norberto. As obras consultadas, assim, permitem colocar em rede pessoas escravizadas (Vicente, Norberto e Isidoro) que compartilharam experiências de trabalho, o que será tratado no material didático produzido.

Também Magnus Pereira<sup>155</sup> considerou que pedreiros negros, escravizados ou livres, eram fundamentais, chamando atenção para o fato de a profissão ser muito valorizada naquele período. Sabe-se que, além dos três nomes mencionados acima, Herculano e Bento (carpinteiro) trabalharam na edificação da Catedral Basílica de Curitiba. Ao total, sete escravizados participaram da construção e a maioria deles teve a sua alforria paga por meio desse serviço. Segundo Hoshino, o diretor de obras, Giovanni Lazzarini, criou um fundo particular para socorro em caso de enfermidades e para a compra de alforrias, formado com valores doados pelo então Presidente da Província do Paraná, Joaquim Faria Sobrinho e com 1% do salário dos pedreiros.

---

<sup>152</sup> HOSHINO, Thiago de Azevedo P. *Op. Cit.*

<sup>153</sup> MOISES, Carolina M.; FABRIS, Pamela. B. Os primeiros sócios da Sociedade 13 de Maio. In: SANTOS, Brenda M. L. O.; BRAGA, Gesline G.; PINHEIRO, Larissa B. L. G. Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX. **Boletim Casa Romário Martins**, Curitiba, vol.37, n.149, 2019, p.50.

<sup>154</sup> HOSHINO, Thiago de Azevedo P. *Op. Cit.* p.53.

<sup>155</sup> PEREIRA, Magnus Roberto M. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e socioeconômico da Sociedade Paranaense (1829-1889)**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 79-80.

A quantia somada, entretanto, não foi suficiente para comprar a liberdade de todos os operários, e por isso foi sorteado um nome: o de Bento de Souza. Herculano, por sua vez, teve a sua liberdade comprada pelos colegas. Isidoro ficou por último; sem mais recursos, seus amigos pediram apoio da Confederação Abolicionista e dos “sentimentos humanitários do Sr. Mendes”. Contudo, Isidoro provavelmente só teve a sua liberdade assegurada em 13 de maio de 1888.<sup>156</sup> A obra de Hoshino, assim, nos auxiliou a recuperar aspectos das trajetórias desses personagens, tanto no que se refere aos ofícios, como a estratégias para conseguir a alforria.

A importância do ofício de pedreiro para a dignificação dessas pessoas é ilustrada por uma memória construída no âmbito da família de Vicente Moreira de Freitas. Conforme contou Nei Moreira de Freitas – historiador e bisneto de Vicente Moreira de Freitas - umas das histórias mais marcantes de seu bisavô, e que até hoje permanece preservada pela família, conta que Vicente, antes do evento de inauguração da Catedral de Curitiba, teria tentado destruir as marretadas a pedra da qual fora omitido o nome do próprio Vicente.<sup>157</sup> Essa memória, de certa forma, ilustra não só a dignificação do ofício pretendida, mas também o apagamento da participação de Vicente Moreira de Freitas, que a própria memória da família confronta.

A relação da Igreja Matriz com a escravidão em Curitiba, entretanto, vai além do seu processo de edificação. Conforme mostra Pamela Fabris, muitos batizados de crianças escravizadas eram realizados nessa igreja. João Baptista Gomes de Sá nela foi batizado em 1831 como “escravo”, filho de Fausta Maria da Conceição, que pertencia ao Reverendo José Joaquim Ribeiro da Silva.<sup>158</sup> Pouco se sabe sobre a vida dele antes de conquistar a liberdade, muito menos sobre como conquistou a alforria, mas é possível que já em 1865 fosse liberto. Na hipótese de Fabris, o fato de Gomes de Sá ter assinado com seu nome completo um documento naquele ano indica a sua condição de liberto.<sup>159</sup> Sua mãe viveu até 1870, e quando faleceu era solteira e livre. João era seu único filho. Em referência a ela, recebeu a alcunha pela qual mais foi conhecido ao longo de sua trajetória: João da Fausta.

Além de João, foi batizado na Igreja Matriz, na condição de escravizado, Candido Ozório de Moraes, no dia 16 de setembro de 1866. De acordo com Caroline Moises e Pamela Fabris, Candido era filho de Joanna e Antonio, naturais da África.<sup>160</sup> No contexto da escravidão na Comarca de Curitiba, eram poucos os cativos de origem africana, pois a maioria nascia no

---

<sup>156</sup> HOSHINO, Thiago de Azevedo P. *Op. Cit.* p.53.

<sup>157</sup> MENDONÇA, Joseli M. N.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.234.

<sup>158</sup> FABRIS, Pamela B. **Mobilização Negra em Curitiba**: a formação de redes de solidariedade e a luta por direitos (1888-1910). Curitiba: Editorial Casa, 2023, p.28.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p.29.

<sup>160</sup> MOISES, Caroline M.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p. 51.

Brasil,<sup>161</sup> o que faz de Candido uma exceção. Essa informação sobre seus pais consta em seu registro civil, no qual também há a data de seu casamento com Isolina Alves de Moraes: 3 de março de 1889.<sup>162</sup> Assim como Norberto e Sebastiana, Candido e Isolina se casaram logo após a abolição da escravidão; ambos os homens também tinham a mesma profissão, a de construtor, provavelmente aprendida ainda em cativo. Candido era especializado em carpintaria, profissão de bastante distinção naquele período, e por isso se orgulhava do trabalho que realizava. Em certa ocasião, conforme mostram Moises e Fabris, ele doou ao Museu Paranaense um encho,

instrumento utilizado por carpinteiros para desbastar madeira e, nas comunidades quilombolas do Paraná, usado para fazer gamelas. Essa doação sugere a honra de Candido em se mostrar pedreiro, e a necessidade de colocar-se enquanto tal perante toda a sociedade curitibana que frequentava o Museu.<sup>163</sup>

Em relação aos ofícios de pessoas escravizadas, as obras pesquisadas evidenciam que, se, entre os homens escravizados, a profissão de pedreiro era bastante comum, entre as mulheres escravizadas a função mais frequentemente exercida era o serviço doméstico. Uma dessas mulheres foi Eugenia Alves de Araújo, cuja trajetória foi evidenciada pela pesquisadora Pamela Fabris.<sup>164</sup> É possível conhecer a história de Eugenia em fragmentos, pois há pouca documentação sobre ela: algumas notícias de jornal e o seu registro de óbito. Esse cenário, que já é bastante comum quando se trata de homens escravizados, é ainda mais intenso para as mulheres cativas: praticamente não há registros sobre elas. Sobre esse aspecto, a escritora Sandiya Hartman nota que, ao tratar da biografia de homens e, principalmente, de mulheres escravizadas, a única informação sobre elas encontrada nas fontes é, por vezes, o seu nome ou o nome de um familiar; na maioria dos casos, somente há a menção a esses escravizados porque cometeram alguma ação contra algo ou alguém que representa as elites. Por isso, para ela, os arquivos da escravidão são “uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade [...] um asterisco na grande narrativa da História”.<sup>165</sup> No caso de Eugenia Alves de Araújo, os documentos encontrados por Pamela Fabris reforçam isso, com exceção de uma notícia relativa ao pós-abolição.

---

<sup>161</sup> PENA, Eduardo Spiller. *Op. Cit.* p.62.

<sup>162</sup> MOISES, Caroline M.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.51.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p.51.

<sup>164</sup> FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.81.

<sup>165</sup> HARTMAN, Sandiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco Pós**, Universidade do Rio de Janeiro, v. 23, n.3, 2020, p.14.

As principais informações sobre a trajetória de Eugenia foram publicadas pelo jornalista Octávio Secundino, no necrológio que publicou no jornal O Dia em 10 de abril de 1943, logo após o falecimento dela. Conforme problematiza Pamela Fabris<sup>166</sup>, Secundino descreve Eugenia com várias passagens racistas, e a “elogia” não pela sua história de vida – que incluía uma atuação importante no associativismo negro feminino no pós-abolição -, mas pelos serviços que prestou a diversas famílias das elites paranaenses, principalmente por sua habilidade na cozinha, que a tornava, segundo o jornalista, uma mulher “preta de cor e alva de ações”.<sup>167</sup> Nesse sentido, sua biografia é documentada não por ser uma mulher negra, mas por prestar serviços, na condição de cativa e de livre, a famílias ricas no cenário local, sendo essa a sua “qualidade”, isto é, aquilo que na visão de Secundino a tornava “alva”. De acordo com ele, Eugenia nasceu na Lapa e morreu no início de abril de 1943, em Curitiba, aos 82 anos. Foi escravizada por Manoel Alves de Araújo, e depois veio a Curitiba em circunstâncias não conhecidas. Na capital, trabalhou para as famílias Correia, Fontana e Leão, isto é, para os barões do mate do Alto da Glória, para quem era “perfeita nas tortas, rosbifes, assados, tigeladas e recheios”. Secundino não especifica se Eugenia já era livre quando veio à cidade, nem relata quando ela teria conquistado a liberdade. Sabe-se que teve três filhos e serviu por muitos anos a família de José Loureiro Fernandes.

Pamela Fabris, juntamente com Carolina Moises, evidenciou aspectos da trajetória de outra mulher negra, Sebastiana Garcia.<sup>168</sup> também abordada no material didático produzido. É possível conhecer sua história com certa profundidade pois ela foi entrevistada aos 109 anos pelo Major Sebastião Izidoro Pereira, sendo suas memórias publicadas por ele em livro. Na ocasião, Pereira escrevia uma obra sobre a santa popular Maria Bueno, de quem Sebastiana Garcia foi amiga

Dona Sebastiana tem boa memória apesar dos seus 109 anos de idade. Quem quiser ouvir da sua própria boca o triste romance de Maria Bueno, poderá procurá-la em sua residência à Alameda D. Isabel nº. 19, onde ela mora com seus filhos, netos, bisnetos e tataranetos. Foi a única testemunha viva que encontramos e que conheceu, pessoalmente, aquela que é objeto deste livro, da qual foi amiga e conversou com ela e a viúva do Sr. Basso, amiga de Maria Bueno, em sua residência na casinha de madeira cujos restos ainda hoje podem ser vistos à Rua Saldanha Marinho, 708. Sebastiana Garcia nasceu em 1838. Foi escrava do professor João Batista Brandão de Proença, o avô de Raul Leite, hoje funcionário aposentado.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.81.

<sup>167</sup> O Dia, 10 de abri. de 1943, p.3.

<sup>168</sup> MOISES, Carolina M.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p. 46-57.

<sup>169</sup> PEREIRA, Sebastião I., 1948, *apud* SANTOS, Conceição A. dos. *Devoção centenária*. In: STOLL, Sandra J. *et. al.*, **Maria Bueno**: Santa de Casa. Curitiba: Edição do autor, 2011, p.52.

Além do aspecto ressaltado pelo testemunho dado ao Major Sebastião Izidoro Pereira, Fabris e Moises registraram também que ela participou ativamente de associações negras, como a Sociedade Treze de Maio, além de fornecerem muitas informações sobre sua vida. Por meio de seus estudos, é possível saber que Sebastiana Garcia nasceu em 1838 na condição de escravizada, em Votuverava. Era filha de Benedicto e Benedicta, escravizados pelo juiz de paz Manoel D'Assunção Santos. Depois, foi submetida à escravidão pelo professor e agente da colonização europeia no Paraná, o monarquista João Batista de Brandão Proença. Em Curitiba, conheceu Norberto Garcia, com quem teve uma filha em 1883, batizada de Maria da Luz. Quando se casaram, um ano após a abolição da escravidão, Norberto e Sebastiana já tinham uma segunda filha: Maria Thereza, então com quatro anos. Nesse período, o casal morava em uma casa de madeira na Rua Colombo (atual Rua Clotário Portugal). Em 1896, em frente a ela seria construída a sede da Sociedade Treze de Maio, de cuja fundação Norberto participou. Posteriormente, Sebastiana seria protagonista da fundação de associações negras femininas, tornando-se um nome reconhecido no contexto do pós-abolição em Curitiba.

Como pode ser observado nessas trajetórias analisadas até aqui, a memória é uma importante fonte histórica sobre a vida e o cotidiano de escravizados, dando vida à aparente frieza dos arquivos oficiais. Há ainda outros casos semelhantes, incluindo de mulheres que faziam parte do mesmo círculo de Eugenia e Sebastiana. É o caso de Olympia Maria de Assunção. Em pesquisa sobre as memórias da família Freitas-Brito, de ancestralidade africana, Joseli Mendonça e Pamela Fabris entrevistaram Dona Índia Moreira de Freitas Fabre, neta de Vicente Moreira de Freitas, responsável por resguardar boa parte da história de seus familiares. De acordo com as historiadoras:

Em 1883, antes mesmo de alforriar-se, Vicente casou-se com Olympia, que era indígena, segundo nos contou Dona Índia – que pode ter recebido seu nome em razão dessa característica da mulher que fora sua avó. Segundo ela nos reportou, Vicente teria ‘caçado no mato’ a mulher com quem se casara e com quem constituiu sua descendência, que iniciou com os sete filhos que tiveram: Antonia, Leonídia, Palmyra, Maria, Vicentina, Vicente Junior e Mário. Todos receberam o sobrenome adotado por Vicente – “Freitas”, aquele que vinha sendo o nome de família de seus ascendentes havia já, pelo menos, 100 anos, acrescido do ‘Moreira’, nome de seu último senhor.<sup>170</sup>

Olympia, portanto, não era escravizada, mas viveu com seu marido quando ainda vivia em cativeiro. Em seu registro do óbito, analisado por Mendonça e Fabris, consta que nasceu no Paraná em 1886, era uma mulher negra e de profissão doméstica. Sua mãe se chamava Maria Rose e sobre seu pai não há registros. Provavelmente era natural de Morretes, mas depois se

---

<sup>170</sup> MENDONÇA, Joseli M. N.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.229.

estabeleceu, junto ao marido e filhos, na rua Saldanha Marinho, em Curitiba.<sup>171</sup> Na capital, conheceu vários amigos e conhecidos de Vicente, muitos deles escravizados, construindo laços de solidariedade que depois resultarão em atividades associativas, conforme veremos adiante.

Esse texto, bem como os demais anteriormente citados, permitiu compor experiências de trabalho, espaços de sociabilidades e resistência, além de estratégias para obter a alforria e construir a liberdade – aspectos que são ressaltados nas trajetórias de vida construídas no material didático composto neste trabalho. A seguir, serão apresentadas as pesquisas que foram a base para a construção das biografias após a conquista da liberdade, isto é, que dizem respeito às experiências do pós-abolição em Curitiba.

### 3.2 PÓS-ABOLIÇÃO EM CURITIBA

Muitas obras sobre o pós-abolição foram publicadas no Brasil principalmente a partir do século XXI, mas esse cenário se intensificou após a criação do *GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição*, fundado durante o XXVII Simpósio Nacional da Anpuh (Natal, 2013). O GT foi essencial para a consolidação do pós-abolição enquanto um campo de estudo próprio, mas sem desconsiderar “os processos sociais e políticos que resultaram na abolição e que, portanto, estariam incluídos no referido campo”.<sup>172</sup> Em 2019, foi criada a seção Paraná do GT, que ampliou uma série de pesquisas que já vinham sendo realizadas sobre a experiência da população negra paranaense, superando uma escassez de estudos sobre o pós-abolição no Paraná.

Conforme aponta Pamela Fabris, no caso do Paraná e, especificamente, de Curitiba, no contexto de criação do GT, existia “uma grande quantidade de pesquisas que abordaram multiplicidade de temas envolvendo escravizados e libertos em âmbito regional”, mas “para o período republicano ainda prevalece a escassez”.<sup>173</sup> A causa dessa invisibilidade da história afrocuritibana, para a historiadora, residia em uma construção ideológica que estabeleceu os imigrantes europeus como “ideais”, em contraposição à população negra.<sup>174</sup> No sentido de confrontar essas narrativas e colocar em protagonismo a experiência da população negra após a abolição, vários estudos foram realizados no Paraná, culminando na criação da seção Paraná do *GT Emancipações e Pós-abolição da Associação Nacional de História*, seção Paraná.

---

<sup>171</sup> O Dia, 07 de abr. de 1926, p.8.

<sup>172</sup> GT NACIONAL Emancipações e Pós-Abolição. **Manifesto de Fundação**. Disponível em: <https://emancipacoeseaposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em 06 de fev. de 2025.

<sup>173</sup> FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.22.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p.22.

Dentre os inúmeros trabalhos de pesquisa desenvolvidos nesse contexto, cito a seguir aqueles que mais contribuíram para a escrita do material didático. A pesquisa acadêmica sobre a presença negra no Paraná tem avançado significativamente nos últimos anos, proporcionando novos olhares sobre a trajetória de personagens historicamente marginalizados. Esses estudos têm sido fundamentais para a elaboração de materiais educativos que buscam resgatar e valorizar essas histórias, oferecendo subsídios para uma compreensão mais aprofundada da sociedade brasileira e das suas dinâmicas sociais ao longo do tempo.

Na obra *Paraná Insurgente: história e lutas sociais — séculos XVIII ao XXI*", organizada por Joseli Mendonça e Jhonatan Uewerton (2018), Pamela Fabris e Thiago Hoshino recuperam a história de formação da Sociedade Operária Beneficente Treze de Maio e se aprofundam sobre a trajetória de um de seus fundadores, João Baptista Gomes de Sá.<sup>175</sup> Esse estudo detalhado permite compreender não apenas a fundação da associação, mas também os desafios enfrentados pelos seus integrantes na busca por direitos e reconhecimento dentro da sociedade paranaense.

Muitos dos aspectos abordados por esses autores posteriormente foram transformados numa exposição intitulada *Presença Negra em Curitiba*, exibida na Casa Romário Martins, em Curitiba, entre os anos de 2018 e 2019. A mostra não apenas deu visibilidade às contribuições da população negra para a cidade, mas também fomentou debates e reflexões sobre a construção da memória e identidade afro-brasileira no Paraná. Um dos desdobramentos dessa exposição foi a publicação de um livro homônimo, em 2020, que, além dos temas expostos, contou também com artigos de estudiosos sobre a escravidão e o pós-abolição no estado.<sup>176</sup>

Em um desses artigos, Joseli Mendonça reconstrói a história do já conhecido Barnabé Francisco Vaz, analisando suas experiências antes e depois da conquista da liberdade, trazendo novas perspectivas sobre suas estratégias de sobrevivência e resistência.<sup>177</sup> Na mesma publicação, há também um capítulo escrito por Thiago Hoshino, Nei Luiz Moreira de Freitas e Caroline Moises, que examina a trajetória da Sociedade 13 de Maio e seus membros, incluindo personagens como Leocádio Júlio de Assunção e Vicente Moreira de Freitas.<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> FABRIS, Pamela B.; HOSHINO, Thiago de Azevedo P. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli M. N.; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). *Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais - séculos XVIII ao XXI*. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, v.1, p. 51-64.

<sup>176</sup> BARACHO, Maria Luiza G.; SUTIL, Marcelo S (org.). *Presença Negra em Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020.

<sup>177</sup> MENDONÇA, Joseli M. N. Negros em Curitiba: experiências na escravidão. In: BARACHO, Maria Luiza G.; SUTIL, Marcelo S. *Presença Negra em Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020. p.100-111.

<sup>178</sup> HOSHINO, Thiago de Azevedo P.; FREITAS, Nei L. Moreira de; PACHECO, Carolina S. Pela "união dos descendentes da raça africana": a Sociedade Operária Beneficente 13 de maio e os caminhos da presença negra em

Por enfatizarem o tema das experiências negras no Pós-Abolição em Curitiba e no Paraná, essa exposição e a publicação subsequente foram essenciais na definição da abordagem do meu trabalho no ProfHistória. A ênfase na narrativa de histórias de vida, presente tanto na exposição quanto no livro *Presença Negra em Curitiba*, também orientou a composição, em 2020, do livro *Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*", organizado pelas historiadoras Joseli Mendonça, Luana Teixeira e Beatriz Mamigonian.<sup>179</sup> Como o próprio título sugere, essa obra destaca a escrita de histórias de vida de pessoas negras, evidenciando as estratégias que elas construíram e adotaram para enfrentar o racismo e as desigualdades no contexto do pós-abolição. As narrativas individuais, nesse caso, são analisadas de forma coletiva, inseridas dentro de um contexto mais amplo de luta e resistência, evitando uma visão isolada das experiências pessoais. As trajetórias são compreendidas como parte de um sistema maior, que envolve família, associações, clubes, jornais, sindicatos e partidos.

Em um dos capítulos desse livro, Joseli Mendonça e Pamela Fabris investigam a trajetória de duas famílias curitibanas que têm suas raízes fincadas no período da escravidão: as famílias Freitas e Brito.<sup>180</sup> Esse estudo meticuloso permite mapear e identificar gerações de descendentes de Vicente Moreira de Freitas, revelando amplas relações familiares e evidenciando as diferentes experiências de pessoas que nasceram na condição de escravizados, mas que, ao longo de suas vidas, buscaram novas formas de inserção social e econômica. Esse estudo detalhado não apenas forneceu uma base teórica e factual para a construção do material didático, mas também me motivou a tomar a história de Vicente Moreira de Freitas como eixo central da narrativa, garantindo que seu percurso e sua luta fossem apresentados de forma aprofundada e contextualizada.

Outras obras também desempenharam um papel crucial na organização do material didático em torno de personagens interligados por redes de sociabilidade. Um exemplo relevante é o livro *Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX*, publicado em 2020 e organizado pelas pesquisadoras Brenda dos Santos, Geslline Braga e Larissa Pinheiro. Essa obra reúne diversos artigos que abordam diferentes aspectos do contexto do pós-abolição em Curitiba. Entre eles, destaca-se o trabalho de Caroline Moises e Pamela Fabris sobre os primeiros sócios da Sociedade Treze de Maio.<sup>181</sup> Mais uma vez, a biografia de

---

Curitiba. In: BARACHO, Maria Luiza G.; SUTIL, Marcelo S. **Presença Negra em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020. p.156-171.

<sup>179</sup>MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. 1ed. Salvador: Saggá, 2020.

<sup>180</sup> MENDONÇA, Joseli M. N.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p.227-248.

<sup>181</sup> MOISES, Caroline M.; FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* 46-57.

Vicente Moreira de Freitas é recuperada, assim como a de sua esposa, Olympia Moreira de Freitas, e de outros personagens significativos, como Norberto e Sebastiana Garcia, Benedito Modesto Rosa, Candido Ozório de Moraes e Isidoro Mendes. Essas pessoas, em sua maioria escravizadas ou descendentes diretos de escravizados, fazem parte de um mosaico histórico que enriquece a compreensão sobre a comunidade negra em Curitiba e sua luta por direitos e reconhecimento.

Nesse mesmo livro, a historiadora Fernanda Lucas Santiago faz um estudo aprofundado sobre o associativismo negro em Curitiba, em que ela analisa o surgimento e a atuação de sociedades e grêmios nos quais a presença feminina era majoritária, como a Sociedade 28 de Setembro e o Grêmio das Camélias.<sup>182</sup> O trabalho de Santiago é fundamental para colocar em relevo questões de gênero no pós-abolição, que inclui a luta das mulheres negras por autonomia e protagonismo, o que era dificultado pelos homens que constituíam a maioria nas associações. Em seu texto, a historiadora retoma a trajetória de Sebastiana Garcia, que foi presidente da Sociedade 28 de Setembro por diversas vezes. Essa sociedade tinha o seu próprio estatuto, sede e autorização da prefeitura. Muitas sócias pertenciam ou eram próximas a sócios da Sociedade Treze de Maio, como Vicente Moreira de Freitas e Norberto Garcia. Nesse sentido, o seu artigo foi fundamental para a composição do material didático, em especial para a seção sobre o associativismo negro feminino.

Por fim, em outro artigo do livro Brenda Santos, Geslline Braga e Larissa Brum recuperam a trajetória de outro homem negro cuja biografia integra o material didático: Benedito Candido.<sup>183</sup> Benedito foi uma pessoa de vida social muito intensa. Conforme mencionado anteriormente, ele fez parte da *Sociedade Ultimatum*. Além de sua atuação abolicionista, esteve presente nos primeiros anos da Sociedade Treze de Maio e da Sociedade Protetora dos Operários, da qual fez parte do conselho fiscal. Também participou ativamente da Sociedade 28 de Setembro, auxiliando na organização de festas e bailes de carnaval. Essa atuação cultural de Benedito parece ter feito dele uma pessoa bastante conhecida no cenário local, pois ele se fazia presente em vários clubes daquele contexto, muitas vezes assumindo a função de mestre-sala. Assim como Vicente e quase todos os demais biografados, Benedito era confrade das irmandades do Rosário e de São Benedito

---

<sup>182</sup> SANTIAGO, Fernanda L. O associativismo feminino negro em Curitiba. In: SANTOS, Brenda M. L. O.; BRAGA, Geslline G.; PINHEIRO, Larissa B. L. G. Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX. **Boletim Casa Romário Martins**, Curitiba, vol.37, n.149, 2019, p.58-75.

<sup>183</sup> SANTOS, Brenda M. L. O.; BRAGA, Geslline G.; PINHEIRO, Larissa B. L. G. O Clube 13 de Maio e suas malhas. In: \_\_\_\_\_, Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX. **Boletim Casa Romário Martins**, Curitiba, vol.37, n.149, 2019, p.108-125.

O carnaval e as aparições públicas dos sócios da Treze de Maio e das associações femininas eram eventos importantes para a população negra naquele contexto. Isso é evidenciado por Pamela Fabris em seu livro *Mobilização Negra em Curitiba: a formação de redes de solidariedade e a luta por direitos (1888-1910)*, publicado em 2023 (*pos mortem*). Outro aspecto fundamental abordado por Fabris são as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, pois ela mostra a estreita relação entre a construção de laços de amizade e solidariedade dentro das irmandades e a sua importância para a construção de associações de ajuda mútua por ex-escravizados e descendentes. De acordo com Fabris, a experiência associativa nesses espaços formada ainda no período de cativeiro foi uma etapa importante para a fundação de sociedade de ajuda mútua no pós-abolição, como a Sociedade Treze de Maio. Não à toa, muitos dos fundadores da Treze de Maio já se conheciam dos tempos de cativeiro e a sua grande maioria já era confrade dessas irmandades.<sup>184</sup>

Nesse sentido, o livro de Pamela Fabris não apenas possibilitou recuperar muitos aspectos das trajetórias dos personagens que apresento no material didático, mas, principalmente, consolidar a ideia de que as trajetórias individuais, compondo um conjunto, permite abordar aspectos cruciais do pós-abolição, como a luta pela cidadania, contra o racismo, pela representação político-parlamentar; as redes de sociabilidades estabelecidas; os aprendizados que, na escravidão, foram cruciais para construir a vida em liberdade, entre outros. Fabris mostra, por exemplo, que muitos homens negros foram irmãos do Rosário, sócios da Sociedade Treze de Maio e sócios da Sociedade Protetora dos Operários, mantendo vínculos de amizade nesses espaços com pessoas que conheceram o período da escravidão.

Fabris também discute na sua obra um ponto fundamental para a narrativa do material didático: o racismo enfrentado pela população negra no pós-abolição. Registros históricos recuperados pela historiadora apontam inúmeros episódios de discriminação contra ex-escravizados e seus descendentes em Curitiba, incluindo dos sócios da Treze de Maio. João Baptista Gomes de Sá, por exemplo, foi ridicularizado publicamente em um jornal pelo vigário da Igreja do Rosário em 1893, por questionar a taxa cobrada por ela para a realização da festividade da Irmandade do Bom Jesus do Perdão.<sup>185</sup> A pesquisa da autora mostra que esse não foi o único caso em que o espaço jornalístico era utilizado para veicular discursos racistas contra a população negra.<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> FABRIS, Pamela B. *Op. Cit.* p. 76.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p.55-56.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p.57-61.

Entre os sócios da Treze de Maio, Pamela Fabris mostra que o racismo institucionalizado aventou as atividades da instituição. Denúncias registradas em 1889 e 1897 pela presidência da Sociedade revelam práticas discriminatórias promovidas pelo Exército. A instituição militar realizava recrutamentos forçados que afetavam desproporcionalmente os homens negros, prejudicando a participação deles nas reuniões, aulas e festividades da associação.<sup>187</sup> Outro caso recuperado por Fabris foi o de Ezequiel Guimarães. Segundo ela, Ezequiel sugeriu a realização de bailes mensais na Treze de Maio possivelmente porque, meses antes, foi impedido de ingressar em um baile realizado na Associação Beneficente dos Operários Alemães, atual Clube Rio Branco.<sup>188</sup>

De acordo com a historiadora, esse cotidiano enfrentado pelos sócios da Treze de Maio pode ter levado a associação a reforçar sua defesa dos direitos da população negra em Curitiba. Em 1896, um novo estatuto foi aprovado pelos sócios, afirmando o compromisso da sociedade em defender os direitos dos afro-descendentes e reafirmando que, na República Brasileira, todos deveriam ser considerados iguais.<sup>189</sup> Dessa forma, a Treze de Maio sempre fez questão de preservar sua história e lutar por direitos fundamentais dos afro-curitibanos. O orgulho da identidade negra era, portanto, uma estratégia essencial na luta antirracista promovida pela associação. Esse aspecto, reforça Fabris, diferenciava Treze de Maio de sua vizinha, a Sociedade Protetora dos Operários, e por isso muitos homens negros foram atraídos para participar das suas atividades.

Esses fatos evidenciados por Pamela Fabris, e que estão presente no material didático, são fundamentais para que os estudantes tenham a dimensão do cotidiano enfrentado pela população negra no pós-abolição, e, ao mesmo tempo, possam observar exemplos de luta antirracista organizada por homens e mulheres negras e realizada coletivamente. Por isso, seu livro foi uma base importante para a escrita do material.

A pesquisa mais recente sobre o pós-abolição no Paraná consultada para a elaboração do material didático foi a tese de doutorado da historiadora Noemi Santos da Silva, especificamente sobre a luta pelo direito ao letramento de homens negros por meio da criação de escolas que funcionam na Sociedade Protetora dos Operários (SPO) e na Sociedade Treze de Maio. Na SPO, já no primeiro ano de seu funcionamento, em 1883, João Baptista Gomes de Sá e outros sócios, entre eles o fundador, Benedito Modesto Rosa, solicitaram ao presidente da

---

<sup>187</sup> Ibidem, p.65-66.

<sup>188</sup> Ibidem, p.37.

<sup>189</sup> Ibidem, p.65.

província do Paraná, um professor para dar aulas noturnas na associação.<sup>190</sup> Conforme ressalta Silva, a escola fundada pela Sociedade Treze de Maio desempenhou um papel essencial no processo de inclusão e ascensão social da população negra no pós-abolição. Diante das dificuldades financeiras para manter as aulas noturnas, a associação inicialmente tentou conduzir a escola de forma autônoma. No entanto, reconhecendo a necessidade de apoio para garantir a continuidade do ensino, os sócios passaram a buscar auxílio do poder público. Já em 1889, Vicente Moreira de Freitas e Leocádio Júlio de Assunção encaminharam um ofício ao governo estadual, expressando gratidão pelo suporte recebido.<sup>191</sup> Esse apoio incluiu a doação de materiais essenciais, como livros didáticos de gramática, aritmética e geometria, fundamentais para a formação dos alunos.

De acordo com Noemi Santos da Silva, mais do que um espaço de ensino, a escola da Sociedade Treze de Maio tornou-se um símbolo da luta por direitos. Em um contexto de racismo estrutural e exclusão social, a instituição não apenas oferecia educação formal, mas também fortalecia a identidade coletiva e ampliava as possibilidades de atuação profissional e cidadã de seus frequentadores. Para os membros da associação, a educação era vista como uma ferramenta indispensável para a plena liberdade e cidadania, sendo reivindicada como um direito a ser garantido pelo Estado. A Sociedade Treze de Maio se destacou como uma das primeiras associações negras a estruturar e manter uma escola desde sua fundação em 1888, consolidando-se como um exemplo de organização coletiva voltada para o fortalecimento da comunidade negra.<sup>192</sup>

A existência da escola da Treze de Maio, nesse sentido, evidencia como a população negra no Brasil, além de buscar acesso à educação, se organizava politicamente para garantir esse direito. Mais do que um espaço de aprendizado, a escola simbolizava a possibilidade da construção ativa de um novo futuro para os ex-escravizados e seus descendentes, reafirmando o protagonismo negro na luta por cidadania e igualdade. Tendo em vista que o material didático tem como público alvo professores e estudantes de escolas públicas, ressaltar esse aspecto sobre a trajetória de pessoas negras no pós-abolição é fundamental para gerar sentimentos de identificação e pertencimento.

---

<sup>190</sup> SILVA, Noemi Santos da. **Direito de aprender:** a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910). Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2023, p.228.

<sup>191</sup> Ibidem, p.229.

<sup>192</sup> Ibidem, p.305.

A partir desses estudos mencionados sobre a escravidão e o pós-abolição em Curitiba, o material didático apresentado resgata e realça a trajetória de homens e mulheres que nasceram sob a condição da escravidão, conquistaram a liberdade e, mesmo diante de inúmeros desafios, dedicaram-se à luta por direitos e à construção de uma sociedade mais justa. A valorização das histórias individuais e coletivas, bem como a reconstrução de suas trajetórias, contribui para uma reflexão mais ampla sobre a história local de Curitiba e suas dinâmicas raciais e sociais. Nesse sentido, além de uma fonte de informação, o material didático pode ser utilizado como ferramenta de valorização da história afro-brasileira, promovendo uma educação antirracista e mais inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou evidenciar o protagonismo negro na história de Curitiba, destacando as trajetórias de homens e mulheres que, nascidos sob o regime da escravidão, lutaram por sua liberdade e por espaços de atuação política, social e econômica no pós-abolição. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a abolição da escravidão, por si só, não garantiu inclusão e cidadania plena para a população negra. Pelo contrário, as estruturas racistas persistiram, dificultando o acesso ao trabalho, à educação e à participação política, impondo desafios que exigiram novas formas de organização coletiva.

Ao mesmo tempo em que esses indivíduos buscavam inserção na sociedade, a população negra em Curitiba também reivindicou reconhecimento e respeito, enfrentando discriminações e até ataques explícitos em espaços públicos e na imprensa da época. Estudos como os de Pamela Fabris mostram que essas estratégias de mobilização foram aprendidas com experiências anteriores à conquista da liberdade, quando, ainda em cativeiro, escravizados desenvolveram espaços de ajuda mútua e construíram laços de solidariedade que se fortaleceram depois da abolição.

No âmbito do Ensino de História, esta dissertação também buscou preencher lacunas na abordagem sobre a escravidão e o pós-abolição, propondo um material didático que destaca a presença e a atuação da população negra em Curitiba. A historiografia local, por muito tempo, negligenciou essas narrativas, reforçando um imaginário de Curitiba como uma cidade essencialmente branca e europeia. O material desenvolvido pretende contribuir para a superação desse apagamento, permitindo que estudantes e professores tenham acesso a histórias que fortalecem a identidade e o pertencimento da população negra à cidade.

Dessa forma, este material didático não apenas valoriza essas trajetórias individuais, mas também contribui para o reconhecimento do papel ativo que a população negra desempenhou na construção da sociedade curitibana. Ao trazer essas histórias para a sala de aula, busca-se não apenas preencher lacunas na historiografia oficial, mas também oferecer referências, por meio da História Local, que fortaleçam o pertencimento, a autoestima e a construção de identidades positivas pelos estudantes.

A pesquisa reafirma, portanto, a necessidade de um Ensino de História comprometido com uma educação antirracista, que valorize as trajetórias de grupos historicamente marginalizados e que possibilite novas formas de interpretar o passado e construir o futuro. A luta por reconhecimento, memória e direitos da população negra continua, e trazer essas histórias para a sala de aula é um passo essencial para combater discursos excludentes e

promover uma sociedade mais justa e plural. A luta por direitos da população negra no pós-abolição reforça que a cidadania plena não foi concedida, mas conquistada, e que esse processo de mobilização continua sendo fundamental na sociedade atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008.

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O Racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba**: Imaginário, poder e exclusão social. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1980)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BALHANA, Altiva P; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Vol. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARACHO, Maria Luiza G.; SUTIL, Marcelo S (org.). **Presença Negra em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020.

BARROS, José D’Assunção. História, Regionalidade e Espacialidade. **Revista de História Regional**, 10(1), 2005.

\_\_\_\_\_. História Local e História Regional. A historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 2, 21 jul. 2022.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados (UFGD), Vol. 6, n. 11, jan/jun 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História do Brasil nos Livros Didáticos. In: **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, p.183-191.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História: sociedade e cidadania. SP: FTD, 2022.

BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BURMESTER, Ana Maria et. Ali. Paranismo em Questão: o Pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: CORRÊA, A. M. M. **República em migalhas — História Regional e Local**. SP: Editora Marco Zero, 1993, p.145-160.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. SP: Editora Contexto, 2019.

CARDOSO, Rosy de Sá; FILHO, Leônidas F.; MICHAELE, Faris A. S.; RODERJAN, Roselys V.; WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Vol. 3. Curitiba: Grafipar, 2ª edição, 1969.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 7, nº 13, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). SP: Selo Negro Edições, 2011.

FABRIS, Pamela B.; HOSHINO, Thiago de Azevedo P. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli M. N.; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais - séculos XVIII ao XXI**. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, v.1, p. 51-64.

FABRIS, Pamela B. **Mobilização Negra em Curitiba**: a formação de redes de solidariedade e a luta por direitos (1888-1910). Curitiba: Editorial Casa, 2023.

FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**. 6ª edição. SP: Editora Contracorrente, 2021.

FONSECA, B. Paranismo, Neo-Paranismo e as Mídias Sociais: um estudo dos símbolos paranaenses na Gestão Greca a partir do Facebook (2016-2021). **Temáticas**, Campinas (UNICAMP), v. 29, 2021.

FREITAS, Nei L. Moreira. **Celebração do 13 de Maio**: subsídios para elaboração de uma proposta de registro de patrimônio cultural imaterial. Monografia (Curso de História, Memória e Imagem) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GABRIEL, Cláudio. HQ conta história de Tiodora Dias, escravizada que usou cartas para encontrar sua família e obter a alforria. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de dez. de 2022.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº34, julho-dezembro de 2004.

GOMES, Flávio Gomes; LAURIANO, Jaime Lauriano; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: **Enciclopédia Negra**. SP: Companhia das Letras, 2021, s/p.

GONÇALVES, Márcia de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOUBERT, Pierre. História Local. **História & Perspectivas**, Uberlândia, Jan/Jun 1992.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

GT NACIONAL Emancipações e Pós-Abolição. **Manifesto de Fundação**. Disponível em: <https://emancipacoeseposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em 06 de fev. de 2025.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, vol. 8, n. 16 São Paulo, mar/ago 1988, p. 161-188.

HARTMAN, Sandiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco Pós**, Universidade do Rio de Janeiro, v. 23, n.3, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. SP: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOSHINO, Thiago de Azevedo P. **Entre o espírito da lei e o espírito do século: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão**. Curitiba (1868-1888). Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HOSHINO, Thiago de Azevedo P.; FREITAS, Nei L. Moreira de; PACHECO, Carolina S. Pela "união dos descendentes da raça africana": a Sociedade Operária Beneficente 13 de maio e os caminhos da presença negra em Curitiba. In: BARACHO, Maria Luiza G.; SUTIL, Marcelo S. **Presença Negra em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020. p.156-171.

IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. **Educere**, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.

JÚNIOR, Durval. M. de Albuquerque. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, v. 10, n. 17, 2008.

LARA, Silvia H. Apresentação: biografia de Mahommah G. Baquaqua. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.

\_\_\_\_\_. **Campos de Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. RJ: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Escravidão, cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, 16, fev. de 1998.

LAUBACH, Peter e REDIKER, Marcus. **Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. SP: Companhia das Letras, 2008.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: um intelectual negro no contexto do pós-abolição na Bahia. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. SP: Selo Negro Edições, 2011, p.63-82.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas (org.)** SP: Editora da UNESP, 1992.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas. 1888-1937**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte, Audiência Editora, 2011.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MENDONÇA, Joseli M. N. Escravidão, Africanos e Afrodescendentes na 'Cidade mais Europeia do Brasil': identidade memória e História Pública. **Tempos Históricos**, Cascavel PR (EDUNIOESTE), v. 20, 2016.

\_\_\_\_\_. Negros em Curitiba: experiências na escravidão. In: BARACHO, Maria Luiza G.; SUTIL, Marcelo S. **Presença Negra em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020.

MENDONÇA, Joseli M. N.; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. 1ed. Salvador: Saggá, 2020.

MENDONÇA, Joseli M. N.; FABRIS, Pamela B. Freitas e Brito: trajetória de uma família negra na Curitiba do final do século XIX e início do XX. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. 1ed. Salvador: Saggá, 2020.

MOISES, Carolina M.; FABRIS, Pamela B. Os primeiros sócios da Sociedade 13 de Maio. In: SANTOS, Brenda M. L. O.; BRAGA, Geslline G.; PINHEIRO, Larissa B. L. G. Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX. **Boletim Casa Romário Martins**, Curitiba, vol.37, n.149, 2019.

NASCIMENTO, Aryana Costa do. **A trajetória da professora Rosa Barreto Dias:** possibilidades no ensino-aprendizagem de gênero e raça a partir da história local de Morro do Chapéu-BA. Dissertação (Mestrado Profissional) — Universidade Estadual da Bahia, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Bahia, 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná:** Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba: Seed, 2018.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face:** a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1990.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Paranismo: **O Paraná inventado:** Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus Roberto M. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e socioeconômico da Sociedade Paranaense (1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PERROT, Michelle Perrot. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: CORRÊA, A. M. M. **República em migalhas — História Regional e Local.** SP: Editora Marco Zero, 1993.

PIRES, Letícia Cristina. **Presença negra em São José dos Pinhais:** percurso para ensinar e aprender história. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA -, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou:** a questão étnica-racial e o Brasil – ensaios, artigos e outros textos (1949-1973). Organização de Muryatan S. Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. SP: Companhia das Letras, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004.

ROCHA, Bento Munhoz da. Introdução. In: BALHANA, Altiva P; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná.** Vol. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

ROZA, Luciano Magela. **A história afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 10, n. 18/19, 1989.

\_\_\_\_\_. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, 2006.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.9, n.19, p.219-243, 1990.

SANTIAGO, Fernanda L. O associativismo feminino negro em Curitiba. In: SANTOS, Brenda M. L. O.; BRAGA, Geslline G.; PINHEIRO, Larissa B. L. G. Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX. **Boletim Casa Romário Martins**, Curitiba, vol.37, n.149, 2019, p.58-75.

SANTOS, Brenda M. L. O.; BRAGA, Geslline G.; PINHEIRO, Larissa B. L. G. Clube 13 de Maio e suas malhas. In: \_\_\_\_\_, Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX. **Boletim Casa Romário Martins**, Curitiba, vol.37, n.149, 2019, p.108-125.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887** (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos). Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 1974.

SANTOS, Conceição A. dos. Devoção centenária. In: STOLL, Sandra J. *et. al.*, **Maria Bueno**: Santa de Casa. Curitiba: Edição do autor, 2011.

SANTOS, Rita Silvana dos. Prefácio. In: SANTOS, Neli Edite dos (org.). **Construindo uma educação antirracista**: reflexões, afetos e experiências. Curitiba, Editora CRV, 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** (org.) SP: Editora da UNESP, 1992.

SILVA, Fernanda Oliveira; SÁ, Jardélia Rodrigues de; GOMES, Luciano Costa; ROSA, Marcus Vinícius de Freitas; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SILVA, Sarah Calvi Amaral; SANTOS, Sherol dos. **Pessoas comuns: histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: PINSKY, Carla B (org.) **Novos temas nas aulas de História**. SP: Editora Contexto, 2009.

SILVA, Noemi Santos da. **O "batismo na instrução"**: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial. Dissertação (Mestrado em História): Curitiba: Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 2014.

\_\_\_\_\_. **Direito de aprender**: a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910). Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2023.

VARGAS, Karla Andrezza Vieira. **Vozes, Corpos e Saberes do Maciço**: Memórias e Histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 6 (24), 1845.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH**, n. 13. Curitiba: 1997, p. 25-63.

WOODSON, Carter Godwin. **A des-educação do negro**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. SP: Companhia das Letras (Penguin Companhia), 2021.

XAVIER, Regina Célia Lima. Autobiografias de escravizados e libertos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 67 (2023), p. 717-725.